



A PROFESSORA

ATUALIDADE DO PENSAMENTO DE
MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES

Fernando Nogueira da Costa

Sumário

Capítulo 1. Da Maria da Conceição Tavares ao Capitalismo Financeiro ...	4
Introdução.....	4
Em suas pegadas... ..	5
Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil	7
Notas sobre o Problema do Financiamento na Economia em Desenvolvimento - o Caso do Brasil.....	8
Além da Estagnação.....	12
Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente	13
O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente	20
Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea	26
Relação entre Mestre e Discípulo	29
Capítulo 2. Apresentação da Obra da Professora	34
Introdução	34
Síntese da Obra da Mestra.....	38
Relação Centro-Periferia Revelada no Balanço do Comércio Exterior	42
Ciclo e Crise: Movimento Limitado pelo Grau da Industrialização Brasileira.....	47
Problema do Financiamento de Empresas Não-Financeiras	54
Goeconomia e Geopolítica Internacional: Retomada da Hegemonia Norte-americana.....	64
Capítulo 3. Dos Discípulos à Professora: Atualidade do Pensamento de Maria da Conceição Tavares	68
Balanço Comercial por Intensidade Tecnológica	68
Ciclo e Crise: Movimento Recente da Economia Brasileira	76
Abordagem Estruturalista da Indústria: Processo de “Dessubstituição de Importações”	83
Impacto da Crise nas Empresas Não-Financeiras.....	88
Financiamento de Empresas Não-Financeiras	92
Goeconomia e Geopolítica Internacional: Divisão da Hegemonia Norte-americana.....	98
Crescimento com Inclusão Social de 2004 até 2013.....	111
À Guisa de Conclusão a la Conceição Tavares: Concentração de Riqueza.....	115
Capítulo 4. Diálogos com Maria da Conceição Tavares: Reflexões Femininas sobre a Economia Latino-Americana da CEPAL	123
Introdução	123
Entrevista de Virginia Laura Fernández com A Professora Maria da Conceição Tavares.....	126
Bases do Pensamento Estruturalista da CEPAL.....	137

Estagnação versus Dinamismo: Além da Estagnação.....	143
Reflexões Finais sobre a Entrevista.....	146
Referências	148
<i>Apêndice: Por Qual Razão Há Tão Poucas Economistas?.....</i>	<i>151</i>
Mulheres em Profissões Tecnológicas.....	154
<i>Referências Bibliográficas</i>	<i>159</i>
<i>Obras do Autor com links para download</i>	<i>164</i>
<i>Sobre o Autor</i>	<i>169</i>

Capítulo 1. Da Maria da Conceição Tavares ao Capitalismo Financeiro¹

Introdução

No dia 24 de abril de 2010, Maria da Conceição Tavares completou 80 anos de vida. Escrevi um depoimento pessoal a respeito o nascimento de nossa amizade, desde quando eu tive a honra de me tornar seu aluno em 1975. Postei-o em meu blog.

Este *post* tornou-se um dos mais visitados à época. Meu filho, estudante de Ciências Sociais, disse-me: “Poxa, pai, eu não conhecia essa história de sua geração... Vou compartilhar na minha rede social, para meus colegas lerem!”

Tentarei manter aqui a narrativa coloquial para relatar minha vivência, inclusive intelectual, com a Professora. Chamo-a assim, pois, com plena lucidez, inteligência e energia peculiar, ela continua me ensinando em todas as vezes quando eu tenho o prazer de lhe ouvir ou ler.

É sempre uma alegria saber a Professora desejar me encontrar, quando eu volto ao Rio de Janeiro. Sempre a visitei.

Em fase difícil de sua vida política, na qual teve a coragem de criticar a postura cínica de muitos colegas, apresentando-se “da boca para-fora” como seus “discípulos”, mas praticantes do neoliberalismo, inclusive vendendo o patrimônio público, ela reencontrou o prazer da militância política. Rompeu com antigas “amizades” e encontrou amigos entre os novos companheiros. Era outra geração: a de seus ex-alunos.

“A última coisa desejada por um amigo, escreve Aristóteles, é separar-se do amigo. Não apenas a separação irremediável da morte, nem aquela cuja distância dos lugares de moradia impõe (embora um longo silêncio tenha posto fim a muitas amizades), mas a separação ativamente produzida quando alguns amigos se esforçam para se elevar acima dos demais, quebrando os

¹ Publicado originalmente em PRADO, Luiz Carlos Delorme (organização.). *Desenvolvimento Econômico e Crise: Ensaios em Comemoração aos 80 Anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado; 2012.

laços da amizade, o viver junto, a partilha dos pensamentos e a igualdade das vontades. Fundada na semelhança entre os amigos e na relação virtuosa entre os naturalmente bons, a amizade é destruída quando a semelhança entre pares é substituída pela hierarquia separadora entre superiores e inferiores". Marilena Chauí sintetiza esse pensamento em "*Amizade, Recusa do Servir*" (comentário do *Discurso da Servidão Voluntária*, texto de autoria de Etienne La Boétie em 1574) da seguinte forma: "*amizade é igualdade*".

Em suas pegadas...

Como nos tornamos amigos? Discutíamos muito em público, em várias situações. Nas eleições para o IERJ – Instituto de Economistas do Rio de Janeiro, reduto dos economistas de oposição ao regime militar, organizado em 1977, Conceição era a candidata à presidência da chapa A na sucessão do Pedro Malan.

Acompanhado de parte da militância dos economistas e de todos os colegas do Mestrado da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP, moradores no Rio de Janeiro, rompemos com a situação e partimos para organizar a chapa B. *Rebeldia sem causa?*

Primeiro, devo confessar hoje, foi sim um grito de independência política, mas com ainda baixa autonomia intelectual, pois eu era – e continuo a ser – “fã de carteirinha” da Conceição!

Seu artigo "*Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente*", apresentado em 1971, durante os “anos de chumbo” e de euforia do “Milagre Econômico Brasileiro”, dominou minha “mente e coração”. Ele inclusive me levou a escolher a especialização profissional.

Revelava, destemidamente, o que a propaganda oficial do regime militar desejava ocultar: seus “pés-de-barro”. Contrariava a opinião midiática ao demonstrar o *boom* da Bolsa de Valores, em 1971, ser uma bolha preste a estourar.

Ela remetia o leitor à teorização sobre capital financeiro feita por Hilferding. Era um autor marxista do qual eu nunca tinha escutado falar, em meu curso de Economia, iniciado naquele ano na FACE-UFMG.

Tinha a coragem de denunciar a estratégia do todo-poderoso ministro da Fazenda, Delfim Netto: “este processo de centralização do capital financeiro estaria confirmando o alto grau de concentração da atividade econômico urbana nos principais centros industriais e financeiros do país e conduzindo a uma mudança acentuada na estrutura oligopólica da economia, mediante associação e fusão de grupos empresariais e financeiros, nacionais e estrangeiros. As novas formas de associação do capital tendem a conduzir a um tipo de estrutura oligopólica que supõe um grau muito maior de abertura externa das empresas e uma internacionalização progressiva dos principais setores da economia” (1971: 217).

No entanto, ela cobrava. Desse seu vislumbre do futuro restavam vários problemas para esclarecer. O mais importante deles se referia a “qual seria a base real de sustentação dessa rearticulação empresarial”.

Quando li isso, quis logo saber com meus colegas mais antigos quem era aquela autora tão corajosa. Contaram-me: “É uma portuguesa que fala com sotaque super enrolado e xinga muitos palavrões! Ela, quando chegou atrasada em debate com Mario Henrique Simonsen, foi chamada a atenção por este, dizendo que teria de repetir o que já tinha dito. Ela respondeu: – Não é necessário, pois eu sei o que você sempre diz: *é 'isto, isso e aquilo'*, repetindo exatamente o que Simonsen tinha dito, para perplexidade (e risada) da plateia”. Estava criada a lenda para mim!

Para saber se não era um mito, quando soube ela seria professora em Campinas, junto com colegas da Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, exilados do golpe militar no Chile do Allende, em 1973, não hesitei. Eu me joguei naquela aventura, em cidade no interior de São Paulo, onde nunca tinha estado.

Com isto, recusei convite pessoal da Eliana Cardoso, na ocasião mulher do Edmar Bacha da Universidade de Brasília, e também fazer o Mestrado do CEDEPLAR na minha cidade natal, Belo Horizonte. Fundação Getúlio Vargas do Simonsen e Universidade de São Paulo do Delfim, nem morto! Não havia hipótese de eu estudar com professores atuantes como suporte à ditadura militar!

Por qual razão eu tinha essa “postura radical”? Eu não era “organizado”, isto é, não pertencia à nenhuma organização política clandestina.

Na verdade, eu tinha abominado, quando ainda no Colégio Estadual de Minas Gerais, ver estudantes serem espancados pela polícia. Não tinha gostado nada de também ver a vitória da seleção brasileira de futebol, tanto amada, ser apresentada como símbolo do regime militar e de seu “milagre econômico”. Depois, quando comecei a namorar, e soube a irmã de minha namorada estar isolada como presa-política. Foi a gota d'água!

Embora fosse ganhando consciência política daquilo, de fato, ocorrendo no país, não tinha ainda consciência intelectual. Fui realizando, então, dois cursos: um oficial, do qual era aluno bolsista, e outro paralelo, onde lia literatura “clandestina” marxista e imprensa alternativa, tipo “Opinião”, “Argumento”, “Movimento”, “Pasquim”, etc.

Foi quando comprei a segunda edição *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro*, a de 1973, pois a primeira tinha sido lançada no segundo semestre de 1972 e, logo, se esgotado. Tudo aquilo era muito difícil de ser lido com instrumentos ortodoxos ensinados pelo meu curso de graduação. Com todo o esforço, o que eu me lembro de ter lido – e entendido?

Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil

O primeiro ensaio tornou-se clássico, na literatura econômica brasileira, a ponto de alguns economistas acharem a autora, isto é, a Professora Maria da Conceição Tavares ser a responsável pelo Modelo de Substituição de Importações, vigente no Brasil até o desmanche do Estado desenvolvimentista, na Era Neoliberal!

Paradoxalmente, aquele conceito histórico-estrutural não pode ser lido dessa forma simplista: quando o coeficiente de importação sobre o Produto Interno Bruto caiu, houve substituição de importações, quando ele subiu, não houve.

Explicitamente, Conceição advertiu: “o termo ‘substituição de importações’ é empregado muitas vezes numa acepção simples e literal significando a diminuição ou desaparecimento de certas importações que são substituídas pela produção interna. (...)”

Na realidade, o termo 'substituição de importações', adotado para designar o novo processo de desenvolvimento dos países subdesenvolvidos, é pouco feliz porque dá a impressão que consiste em uma operação simples e limitada de retirar ou diminuir componentes da pauta de importações para substituí-los por produtos nacionais. Uma extensão deste critério simplista poderia levar a crer que o objetivo 'natural' seria eliminar todas as importações, isto é, alcançar a autarquia. Nada está tão longe da realidade" (1963: 38/9).

Fazia breves comentários com o propósito de não só demonstrar o risco de uma interpretação estrita do termo "substituição de importações", como também chamar a atenção para algumas características ocultas por trás daquela designação, ela esclarece toda a dubiedade.

"Essa designação será aplicada, daqui por diante, em um sentido lato, para caracterizar um processo de desenvolvimento interno que tem lugar e se orienta sob o impulso de restrições externas e se manifesta, primordialmente, através de uma ampliação e diversificação da capacidade produtiva industrial" (1963: 41).

Notas sobre o Problema do Financiamento na Economia em Desenvolvimento – o Caso do Brasil

O segundo trabalho do livro foi escrito em meados de 1967 e apresentado por Conceição ao Seminário de Programação Monetário-Financeira, realizado em Santiago do Chile. Ainda não se tinha configurado a nova etapa de expansão capitalista que, mais tarde, no seu auge 1970-71, passou a ser conhecida como "Milagre Brasileiro".

As novas condições de financiamento e o novo caráter da inflação passaram a ser, a seu ver, a chave para entender as possibilidades de retomada do crescimento.

Escreveu ela: "a inflação parece ter funcionado, no contexto do desenvolvimento brasileiro, até alguns anos atrás, não só como um mecanismo de poupança forçada (em sentido global), mas principalmente como uma força capaz de dissolver uma certa rigidez da institucionalidade financeira e de proporcionar brechas e canais subterrâneos para transferência inter-setorial

de recursos entre as unidades familiares, as empresas e o setor público e, em particular, dos setores mais dinâmicos para os de maior potencialidade de crescimento. A inflação como mecanismo de financiamento tende, porém, a esgotar rapidamente as suas possibilidades. A partir de certo patamar da espiral inflacionária, variável conforme a capacidade de defesa e reação dos diversos setores econômicos e sociais, começa a tomar corpo uma série de reações em cadeia, determinadas pela articulação das expectativas de todos os agentes econômicos e sociais, os quais passam a antecipar e extrapolar conjuntamente a tendência inflacionária” (1967: 131).

Seu argumento era, nessas condições, sob o ponto de vista do financiamento, não ser possível utilizar modificações significativas de preços relativos internos ou externos a favor de determinados setores. O sistema de preços torna-se extremamente solidário em uma inflação crescente.

Devido ao conflito distributivo, qualquer modificação de preços em determinado setor propagava-se, quase instantaneamente, aos demais. A espiral preços-salários obscurecia a distinção entre a inflação de custos e a de demanda, em contexto quando aumentava o grau de endividamento de empresas e famílias para absorver o repasse da elevação de custos para os preços, sustentando a demanda por bens e serviços.

Ela não se deixava enganar pela análise superficial dos fenômenos, observando apenas os aspectos monetários. Alertava para sua causa estrutural.

“Quando um processo inflacionário como o ocorrido na economia brasileira, no período 1957-1962, torna-se crítico e entra em disfunção, evidencia as distorções da ‘estrutura de financiamento’ em vigor”.

Passando ao largo da abordagem monetarista, naqueles anos finais dos 60’s ensaiando na academia norte-americana, para depois ganhar hegemonia no mundo político dos 70’s, ela apontava a essência do problema.

“A incapacidade de muitos dos países latino-americanos e, em particular, a economia brasileira de estabelecer uma estrutura financeira capaz de suportar e resolver os problemas

apontados, entre os quais destaca-se o das transferências intersetoriais de recursos dentro do setor privado e deste para o público, tem levado o sistema econômico a pôr em marcha mecanismos ocultos de transferência, em particular via modificações violentas no sistema de preços relativos, com as subseqüentes repercussões inflacionárias” (1967: 129).

De modo geral, a expansão urbano-industrial liderou o processo de desenvolvimento ao resolver seus problemas de financiamento utilizando *fontes internas*, isto é, *lucros retidos*, para a acumulação de capital fixo. Recorria, para o capital de giro, crescentemente, a *fontes externas*: começando pelo crédito bancário, passando pelo endividamento Inter empresas e terminando, antes da reforma financeira de 1964, no mercado financeiro não oficial, ou seja, paralelo.

Resumindo as hipóteses centrais desta interpretação da Conceição Tavares em uma frase: “a inflação apresenta-se no caso brasileiro como um *fenômeno solidário* com seu modelo histórico de desenvolvimento” (1967: 151).

Em sua primeira etapa, suas raízes estruturais emergem da diversificação produtiva. Esta provoca demanda crescente por recursos financeiros sem a contrapartida do desenvolvimento paralelo da estrutura financeira, capaz de executar a transferência intersetorial aos polos dinâmicos de expansão.

“A inflação apresenta-se, assim, como um mecanismo heterodoxo de financiamento que, mediante tensões crescentes, mobiliza e sanciona a acumulação de capital” (id., *ibid.*).

Na etapa de transição, ao perder impulso o processo de substituição de importações como autogerador de mercado, a inflação consegue ainda manter certa “sobrevida” à ampliação da capacidade produtiva, garantindo às empresas taxa de lucro artificial e ilusória. Sem representar mecanismo “real” de sustentação do processo de expansão, dentro do qual as tensões redistributivas possam ser compatibilizadas, entra rapidamente em disfunção. As políticas de estabilização via controle da demanda agregada vêm como resposta.

A insuficiência da demanda efetiva e as contrações periódicas do crédito “oficial” lançam as empresas na defensiva. Recorrem ao financiamento das vendas através das financeiras privadas. Elas

fazem a reconversão paulatina das aplicações de seus recursos próprios em autofinanciamento. Em alguns casos, “entregam os pontos”, então, via fusão de grupos, aprofunda-se o *capital financeiro*.

Diante dessa situação de acirramento da competição, a expulsão do mercado das empresas com menor solidez financeira torna o mercado cada vez mais oligopolista. A aliança tácita ou explícita, quando não orgânica, das maiores firmas industriais com as financeiras, eleva o grau de desnacionalização.

Conceição conclui o ensaio antevendo o possível de predominar na década seguinte: a *estagflação*.

“Tudo indica o reinado do capitalismo financeiro estar a caminho para permitir ao sistema um maior grau de flexibilidade na utilização intra e inter setorial de seus recursos. Até lá, a inflação, agora [novembro de 1967] devidamente sob controle, é ainda o grande mecanismo de defesa contra a estagnação” (1967: 152).

Nesse ensaio, na área financeira, suas maiores referências teóricas eram ainda autores estrangeiros dos anos 50 como Michal Kalecki e Gurley & Shaw. Conversando com ela, anos depois, chamou-me a atenção para o pioneirismo tanto de Ignácio Rangel, quanto dela, na esquerda brasileira. Foram eles os primeiros autores, no Brasil, a atentar para o “lado financeiro” do capitalismo.

Até então, quer nacional-desenvolvimentistas, quer marxistas, todos os militantes destacavam apenas a exploração dos trabalhadores na “órbita produtiva”. Achavam falar de moeda era coisa de monetarista.

Curiosamente, foi o próprio Milton Friedman quem alertou aos (futuros) pós-keynesianos: para Keynes, “a moeda importa”, isto é, *não é neutra*. Foi realizada, então, a releitura da obra keynesiana de maneira diferente da feita pelos fiscalistas da síntese neoclássica.

A crítica de Ignácio Rangel aos estruturalistas e monetaristas era a de ambos buscarem a gênese da inflação em suposta insuficiência ou inelasticidade da oferta – global, no caso dos monetaristas, e setorial, no caso dos estruturalistas –, quando deveriam perceber o problema inflacionário estar na crônica insuficiência da demanda – e não, como sugeriam, no seu excesso.

O diagnóstico de Rangel, em *A Inflação Brasileira* (Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1963), era de *nível de demanda insuficiente*, para assegurar a utilização satisfatória do potencial produtivo existente, após a expansão da capacidade produtiva dos anos 50. Esse problema de demanda era devido à própria inflação, à distribuição de renda, e à arcaica estrutura agrária, com a concentração da propriedade fundiária.

Em sua premonição, Rangel afirmava, para o nosso desenvolvimento independente, o centro da luta, antes visto como “a estruturação do parque industrial”, se deslocava, naquela conjuntura, para “a estruturação do mercado interno de valores”.

Dizia: “o Brasil entra em novo estágio, no qual o desenvolvimento não será mais comandado pelo *capital industrial*, mas pelo *capital financeiro*. Ele está surgindo com extraordinário vigor, sob o impulso da oferta de capitais a taxas negativas de juros reais” (p. XVI).

Conceição, em seu ensaio escrito quatro anos após, chegava à mesma conclusão: se a esquerda quisesse entender o que se passava com o capitalismo brasileiro, teria de estudar o capital financeiro!

Além da Estagnação

Escrevi, em 1993, depois da desastrosa experiência do governo Collor, Texto para Discussão no CECOM-IE-UNICAMP, intitulado “*Além da Hiper-estagnação*”. Era despreziosa homenagem à comemoração dos vinte anos de publicação do clássico *Da Substituição de Importações ao Capitalismo Financeiro* de Maria da Conceição Tavares, livro fundamental na minha formação.

O ensaio “*Além da Estagnação*”, escrito em 1970 com coautoria de José Serra, contém *crítica à tese da estagnação secular*, defendida então por Celso Furtado. Ela prejudicava a compreensão do dinamismo do capitalismo no Brasil, em período de crise. A crise era vista pelos autores como *situação de transição para novo esquema de desenvolvimento capitalista*.

Diziam eles: “uma consequência importante da aceitação da tese da estagnação secular é prejudicar a compreensão da dinâmica atual do capitalismo nas economias mais avançadas da região. A convicção de o capitalismo não avançar ou, muito em breve, deixará de fazê-lo, leva ao desinteresse pela análise de sua operação e expansão. Seriam imprescindíveis como ponto de partida para todos aqueles se propondo a promover ou apressar sua substituição” [1970: 159].

Eles não queriam dizer, de forma alguma, as análises apologéticas do capitalismo nacional, tão abundantes no Brasil, explicassem mais se comparadas às análises críticas de autores de esquerdas. Estes insistiam, equivocadamente, na ideia de *um capitalismo esgotado*.

Pelo contrário, “neste sentido, poder-se-ia dizer, enquanto o capitalismo brasileiro desenvolve-se de maneira satisfatória, a nação, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica. Isso ocorre, em grande medida, *devido* ao dinamismo do sistema ou, ainda, ao tipo de dinamismo que o anima” [1970: 158].

Imagino como deve ter sido duro, para ela, filha intelectual do mestre cepalino, Celso Furtado, romper com essa filiação, “saindo de casa para ganhar o mundo”!

Ela e o Serra criticam-no, explicitamente: “Furtado parece ter vestido a ‘camisa de força’ de um modelo neoclássico de equilíbrio geral, elegante, mas ineficaz para explicar a dinâmica de uma economia capitalista” [1970: 167].

Natureza e Contradições do Desenvolvimento Financeiro Recente

Como disse, neste artigo, apresentado pela Conceição em 1971, quando iniciei meu curso de graduação em Economia, talvez tenha sido o que mais inspirou minha especialização profissional. Desde minha primeira leitura, verifiquei entre as potencialidades do capital sob a forma financeira estava “possibilitar a acumulação

financeira mediante a criação de capital fictício". Fiquei fascinado com isto: *capital fictício!*

O capitalismo era um "tigre de papel"! Como domá-lo? Era sistema indomável onde as figuras do capital atuavam como marionetes? Como essa ilusão de autodeterminação cegava a todos? Como os capitalistas acreditavam (e usufruíam) de "bolhas"? *Ao especular? Espetacular!*

Era muitas minhas perguntas a fazer para a autora. Eu encontrava desafios intelectuais a destrinchar em cada página!

Aliás, depois, descobri ser essa a grande virtude da Conceição como Professora: ser fonte de *brainstorm!* Suas aulas eram instigantes, difíceis de anotar, tantas eram as ideias originais, possíveis de brotar de seu cérebro aos borbotões, improvisadamente, ao vivo!

Só conseguia isso pessoa muito preparada intelectualmente. Ela vibrava emocionalmente com o dito, conseguia ouvir com atenção todos os especialistas, apreender e aprender tudo. Só ela demonstrava a possibilidade de transformar os conhecimentos dispersos e parciais em síntese sistêmica maravilhosa.

Ela sumariava as características do capital financeiro relacionadas com sua finalidade no processo geral de acumulação:

1. Possibilitar a acumulação financeira mediante a criação de capital "fictício", ou seja, a emissão de títulos de propriedade com direito a renda, cuja valorização depende de operações especulativas no lançamento ou na circulação dos títulos em mercados secundários de valores.
2. Separar as funções de empresário das de capitalistas.
3. Permitir a associação do capital industrial, comercial e bancário sob a hegemonia do capital financeiro, conferindo, assim, a este a possibilidade de promover maior centralização do capital em sua forma mais geral, do direito de propriedade, e, portanto, o controle em última instância do processo global da acumulação.

Esta última potencialidade do capital financeiro era a mais discutida naquela etapa do desenvolvimento financeiro brasileiro, em 1971, ao propor-se a formação de *holdings*, corporações ou conglomerados, como formas de reorganização empresarial. Deduzi logo: se eu me especializasse no conhecimento do capitalismo financeiro, eu poderia gritar como o Leonardo di Caprio na proa do Titanic: "*Eu sou o rei do mundo*"!

Maravilhoso autoengano. Logo, na página seguinte, a autora quebrava meu encantamento, colocando dúvidas sobre o destino dos possíveis avanços do "capitalismo financeiro".

- Trata-se, realmente, de processo se encaminhar no sentido da articulação orgânica das formas de acumulação financeira e as de ampliação da taxa de investimento real? Aquelas fusões de grupos e as aberturas de capital das empresas continuariam a processar-se sob inspiração estritamente financeira ou se articulariam com a expansão da capacidade produtiva, o aumento da escala de produção, visando ao aumento da competitividade e à conquista de novos mercados?
- Essa rearticulação se daria mediante o estabelecimento de *duas órbitas empresariais separadas, a produtiva e a financeira*, ou se tenderia à formação de verdadeiros conglomerados econômico-financeiros sob o controle hegemônico de quais grupos?
- Seria o Estado brasileiro, além de mediador entre os interesses dos grupos nacionais e internacionais, o verdadeiro articulador capaz de promover e controlar o maior entrosamento entre as órbitas real e financeira?

Vi o desafio estar muito além do meu alcance conhecer apenas com o curso de graduação na FACE-UFMG. Naquele ensaio, Conceição tentou seguir várias pistas exploratórias para discutir essas hipóteses.

Humildemente, não pretendia alcançar explicações definitivas. Aliás, até hoje, quase quarenta anos após, a história não chegou a seu final... A cada passo nos surpreende ou falseia nossas velhas hipóteses, forçando-nos a elaborar novas hipóteses substitutas. *Assim caminha a humanidade... e a ciência!*

Mas naquele momento, em plena euforia do “Milagre Econômico Brasileiro”, com a economia crescendo mais de 10% ao ano e a Bolsa de Valores “bombando”, Conceição Tavares teve a lucidez de alertar, quase como estivesse remetendo “Carta a Jovem Economista” com o conselho de ser humilde. Aprendi: *quanto mais a gente estudar, mais teremos a dimensão de nossa ignorância a ser coberta.*

Assim, da compreensão e da resposta efetiva daquelas difíceis questões dependeria a confirmação do otimismo vigente em relação à duração da expansão acelerada do “Milagre Econômico”, bem como o esclarecimento do verdadeiro caráter do novo “modelo de desenvolvimento” então em curso. Obtive dela, então, minha primeira lição: o descolamento total do capital financeiro em relação ao capital produtivo acaba sempre com a euforia e a transforma em pânico ao se descobrir que toda a riqueza era fictícia.

Caí na realidade! Afundei-me nela tal como o Titanic no oceano...

Para ser bom analista do todo é necessário ler todos os especialistas das partes. Para se tornar bom economista não se pode ser apenas economista. Para ser heterodoxo tem de se saber tudo da ortodoxia. A melhor formação intelectual e profissional é a pluralista. De economista inculto o mundo não precisa mais.

Outra penosa lição aprendi mais adiante, no primeiro seminário com a Professora no Mestrado na Universidade Estadual de Campinas. O grupo com o dever de apresentá-lo lhe entregou um calhamaço de papel mimeografado sob o mesmo título de sua tese de livre-docência defendida em 1974: “*Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*”. Ela deu brevíssima folheada, rasgou-o e jogou-o no lixo!

Passou as quatro horas programadas para o seminário dando bronca em toda a turma. Em resumo, dizia não querer saber daquele “marxismo de m****” – e queria sim, na manhã seguinte, aquela lousa (“quadro-negro”) toda preenchida com números!

Passamos toda a noite em mutirão para preparar toda a estatística imaginável. Desde então, antes de qualquer aula ou palestra, sempre me lembro dela gritando: “nunca diga nada sem evidência empírica”!

E eu gostava de saltar as páginas com estatísticas porque assim apressava a leitura... Nunca mais! Acho minha penitência ter incluído trabalhar sete anos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, logo no meu primeiro emprego, após o Mestrado.

Bem, vou contrariar essa lição, e aqui não recuperarei seu tratamento das estatísticas da época do Milagre em "*Características Gerais da Evolução Financeira Recente*". Saltarei logo para a segunda parte do ensaio: "*Acumulação Financeira, Concentração e Centralização do Capital*".

Ela alerta, de início, a respeito da *complexa relação entre capital financeiro e capital produtivo*.

"A acumulação de ativos financeiros não tem, em primeira instância, uma relação direta com o processo macroeconômico de poupança-investimento porque não implica, necessariamente, a acumulação de ativos reais. [...] O capital financeiro não representa, pois, o resultado da produção e acumulação do excedente econômico e sim da geração de 'acumulação' de direitos de propriedade" [1971: 234].

O destacado era a possibilidade de não se alterar o volume do excedente produzido, mas apenas a forma como esse excedente era apropriado, ou seja, a maneira como se distribuíam as rendas de propriedade entre os donos dos ativos. Descobri então porque se podia entender *a acumulação financeira como processo de criação de capital "fictício"*.

O modo de articulação entre os dois planos de acumulação, nas órbitas real e financeira, era circunstancial. Por exemplo, dadas as condições da demanda efetiva em determinado contexto, pode ser mais interessante, tanto para os empresários, como para os capitalistas, aplicar recursos no financiamento de uma dívida crescente de consumo, privada ou pública, em vez de ampliar a capacidade produtiva das empresas. Nessas circunstâncias, se aceleraria o processo de acumulação de ativos financeiros sem contrapartida em expansão equivalente dos ativos reais.

Não existe articulação direta entre os investimentos financeiros e os recursos utilizados para adquirir ativos instrumentais. Em

consequência, a sobra de recursos das unidades superavitárias não se converte, obrigatoriamente, em investimento produtivo.

Uma coisa é realizar aplicações baseadas na rentabilidade dos títulos financeiros, outra, bem distinta, é os recursos, ao fluírem das unidades superavitárias (famílias e empresas), serem investidos pelas empresas em ampliação de sua capacidade produtiva.

Conceição, portanto, rompia com aquela visão mecanicista de livro-texto. Este colocava automatismo na intermediação financeira, como se os bancos realizassem, passivamente, “a canalização da poupança para o investimento”. Obedeceriam a Lei de Say pré-keynesiana para haver equilíbrio entre demanda agregada e oferta agregada – e não provocar inflação!

Ela afirma, claramente: “a realização dos novos investimentos reais dependerá não só das possibilidades de autofinanciamento ou da obtenção de créditos por parte das empresas mas, sobretudo, das relações existentes no mercado entre a estrutura da taxa de lucro e de juros e da taxa de rentabilidade esperada de novos investimentos (expectativas de rentabilidade e risco)” [1971: 236].

O fato de de o processo de acumulação financeira pudesse ter lugar com ritmo distinto do da formação real de capital era evidenciado pela experiência histórica.

Conceição Tavares, no entanto, ressaltava: “a evolução divergente das órbitas real e financeira requer, para ser compatível com a sustentação dinâmica da economia, relativa estabilidade na taxa de lucro líquido das empresas e na rentabilidade média dos títulos e valores mobiliários” [1971: 237].

Antecipava, categoricamente, um diagnóstico válido até hoje, haja visto a última grande crise sistêmica mundial:

“uma divergência acentuada entre as tendências de crescimento das variáveis nos planos real e financeiro sempre foi considerada como uma fonte de perturbações e, eventualmente, de crises” [id. ibid.].

Logo adiante, fazia outro diagnóstico ousado (e provado no futuro ser acertado):

“parece estar ocorrendo uma forte *acumulação de capital fictício* (contábil) por parte das empresas de capital aberto sem contrapartida na expansão equivalente da sua *capacidade produtiva*. Isto põe em risco a taxa de lucro de longo prazo das empresas e, portanto, sua capacidade de pagar dividendos. Deixa completamente em suspenso a realização do valor de capital financeiro enquanto direito de propriedade sobre os lucros de empresas” [1971: 243].

Ela tinha demonstrado a impossibilidade de manter a base real para a acumulação financeira, quando havia redistribuição contínua do excedente em favor da órbita financeira. Esta, mantida além de suas possibilidades reais de sustentação, poderia provocar ruptura crítica da expansão econômica. Sairia de órbita!

Para evitar essa ruptura, se necessitava diminuir a especulação, mediante regulação governamental. Entretanto, no final de sua análise, Conceição constatava, lamentavelmente:

“nas atuais condições de desenvolvimento dependente, e mantido o caráter concentrador do modelo, é difícil ao Estado brasileiro afirmar uma hegemonia que resolva em termos ‘nacionais’ os grandes interesses em jogo” [1971: 262/3].

Era o suficiente, para mim! Eu tinha começado meu curso de graduação em Economia sob a euforia do “Milagre Econômico”. Tinha entrado em pânico com o conhecimento das prisões políticas e torturas sob o regime ditatorial-militar.

Vislumbrava, através do ensinamento daquelas páginas, a ficção, apresentada para iludir a opinião pública, era apenas uma “bolha” e explodiria logo. De fato, ela se desfez em 1973, quando a inflação reprimida não conseguiu ser mascarada, nem no índice oficioso, nem na vida real.

Em 1974, quando me graduei, o ME (Movimento Estudantil) resolveu abandonar a pregação do voto nulo e descarregar sua força na propaganda do voto na oposição, no caso, o MDB. A vitória na

eleição parlamentar obrigou ao regime militar iniciar “abertura lenta, gradual e segura”.

Mas outros fatos atropelaram esse ritmo e levou-nos à manifestação de rua em São Paulo no ano de 1977. Minha turma de Mestrado, todos alunos da Conceição, lá estava. Dois anos depois, já no Rio de Janeiro, trabalhando no IBGE, criamos o Núcleo de Economistas do PT.

O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente

O livro *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*, organizado por Luiz Gonzaga Belluzzo & Renata Coutinho, reunia um conjunto de ensaios de professores do então DEPE-IFCH-UNICAMP. Seu propósito era proporcionar uma visão ampla da trajetória conjuntural do desenvolvimento brasileiro.

O segundo volume, publicado pela Editora Brasiliense, em 1983, tinha o propósito de avaliar algumas questões particulares e desenvolver temas setoriais. Este era o caso do artigo da Professora Conceição Tavares sobre *O Sistema Financeiro Brasileiro e o Ciclo de Expansão Recente*.

Sua maior contribuição permanente diz respeito aos mecanismos de criação de liquidez. Foi a primeira vez quando se escreveu a respeito do estabelecimento de duas formas “separadas” de dinheiro, distinção popularizada pelo candidato Mário Covas, na campanha eleitoral de 1989, sob as expressões “*dinheiro de pobre*” e “*dinheiro de rico*”.

Conceição diferenciava o *dinheiro de curso forçado* – o papel-moeda e depósitos a vista, isto é, os meios de pagamento a se desvalorizarem sem parar – e o *dinheiro financeiro*, cumpridor de forma separada das demais funções do dinheiro, em especial, reserva de valor. Como unidade-de-conta atuava o instrumento da correção monetária, aplicado de forma generalizada a todos os ativos financeiros. Esse “dinheiro” tinha nova unidade de conta, chamada indiscriminadamente de UPC.

Como o próprio nome indicava, a Unidade Padrão de Capital destinava-se a manter o *capital-dinheiro* valorizado a partir de um padrão arbitrado pelo Estado. Essa forma destinava-se a permitir o dinheiro cumprir as outras funções, as quais lhe davam substância como “capital”, ou seja, a função de reserva de valor e instrumento de valorização de si mesmo.

Germinaria, a partir de então, a ideia frutificada mais adiante, nas mentes de professores da PUC-RJ e FGV-SP, sob a forma da URV – Unidade de Reajuste de Valores. No Plano Real, esta seria uma variável diária de acordo com uma taxa de inflação esperada *pro rata*, com a qual se fazia o reajuste da cotação oficial do dólar como unidade de conta.

Mas, uma década antes desse Plano de Estabilização Inflacionária, Conceição já dizia a crise brasileira de crédito envolver a existência de *dois dinheiros* e a operação de *dois mercados*:

1. o *mercado bancário* tinha como base os depósitos a vista e a expansão dos meios de pagamento; e
2. o mercado financeiro tinha como base alguns títulos financeiros especiais e a circulação endógena do “dinheiro financeiro”.

Isso fazia em uma das órbitas do sistema, a *financeira*, haver excesso de dinheiro, aplicado continuamente para render mais dinheiro – a valorização fictícia do capital-dinheiro – e na outra órbita, a *monetária*, faltar dinheiro (meios de pagamento) para liquidar e refazer permanentemente as dívidas crescentes de todos os agentes extra bancários. Somente as grandes corporações abertas tinham o poder legal de emitir títulos financeiros negociáveis no mercado aberto de valores, isto é, debêntures e ações.

O conjunto do sistema produtivo, para expandir seu crédito em termos reais, tinha de emitir novos títulos de dívida primária descontáveis no sistema bancário: títulos mercantis (duplicatas, letras de câmbio), pessoais (notas promissórias), ou patrimoniais (hipotecas).

Essa *dívida direta* tinha como limite a garantia real da produção, do consumo e do patrimônio, não podendo estender-se além deles. Assim, não podia se estender na crise.

Já *dívida indireta*, baseada em títulos financeiros com apoio na dívida pública e interfinanceira, não tinha limite algum. Exceto caso se deparasse com perda da credibilidade e do poder do sistema financeiro ante si mesmo e ante à autoridade monetária.

A Professora denunciava então: “esta credibilidade e este poder foram alargados de uma maneira extremamente elástica e irresponsável pela forma especial de operação do nosso sistema financeiro, e tornam-se problemáticos na crise” (1983: 131).

Em vez do exame detalhado da crise financeira de então, como ela fez, ficou para a posteridade o ensinamento mais permanente de como operava o mercado aberto de dinheiro, criando *liquidez financeira*. Esta adquiria forma especial, no Brasil, e A Professora explicava com algum detalhe para seus leitores entenderem os problemas monetários e financeiros existentes.

A *liquidez financeira* decorria do volume de títulos financeiros liquidáveis em curtíssimo prazo no mercado financeiro. Aumentava fortemente a velocidade de circulação dos títulos primários e secundários da dívida pública e privada.

Dependia em particular de a capacidade de alguns títulos serem mais bem aceitos no mercado por terem sua liquidez real garantida. Destacavam, em particular, as Letras do Tesouro Nacional (LTN prefixadas) e os Certificados de Depósito Bancário (CDB pós-fixados).

O risco nulo, a liquidez garantida e a proteção contra a inflação, através da correção monetária, tornavam os papéis emitidos pelo governo ativos financeiros de primeira linha. Em função disso, esses títulos serviam de garantia para todas as operações de curtíssimo prazo, o chamado *overnight*.

Ao mesmo tempo, a taxa de remuneração implícita desses títulos, isto é, deságio mais correção monetária e juros, deveria regular a taxa mínima de rentabilidade para as aplicações financeiras em geral e, conseqüentemente, *o custo do dinheiro*. Por isso, passou a ser conhecida como a taxa básica (similar à *prime rate* nos Estados Unidos) do mercado, por assimilação com o que ocorria nos mercados internacionais de dinheiro. Na verdade, alertava a Conceição, esta não era a taxa básica do mercado por uma série de razões institucionais descritas a seguir.

Desde a instituição da “carta de recompra” tinha se tornado possível converter quaisquer títulos financeiros de dívida direta em indireta. Permitia “picar” no mercado aberto, através de diversas instituições financeiras, dos *dealers* aos bancos “satélites” ou aos fundos de investimento, uma grande massa de títulos de qualquer prazo de maturação.

Todos esses títulos ficavam líquidos no mercado. Podiam ser negociados com deságios sucessivos no mercado secundário, aumentando a circulação acelerada de papéis e subindo a taxa de desconto global de qualquer papel. Nesse sentido, dizia o conceito de *prime rate* perder totalmente o seu significado.

A circulação desses títulos criava um mercado de “*dinheiro endógeno*” ao sistema financeiro, ou seja, um *dinheiro propriamente financeiro*, com o qual se pode especular à vontade, valorizando-se a si mesmo. Essa valorização se dava nas operações sucessivas de repasse dos títulos, *graças ao compromisso de recompra*, mas sobretudo *graças à confiança em última instância nas operações de cobertura do Banco Central*.

Bem mais adiante, na minha carreira profissional, quando me tornei Vice-Presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, responsável pela elaboração da estratégia de sua Tesouraria, eu me lembrei, em vários momentos, desses ensinamentos. Foram úteis quando eu, ex-aluno da Conceição, imergi no capitalismo financeiro...

A carteira própria da Caixa em títulos de dívida pública se tornou a maior entre todos os bancos de 2003 ao primeiro semestre de 2007. O lucro médio anual de sua Tesouraria foi de nove bilhões de reais ou 68% do total a cada ano!

Por esse mecanismo de confiança irrestrita, tanto o setor bancário como o banco emissor, no caso, o Banco Central do Brasil, são obrigados a proceder à cobertura final de todo o movimento financeiro diário, para converter o saldo de “*novo dinheiro*” no “*velho dinheiro*” de curso forçado, isto é, os meios de pagamento, sob pena de quebra na credibilidade do mercado. Dessa forma, esses papéis, ao servirem de base à circulação financeira, são duplamente sem risco.

O aumento da dívida pública obrigou à emissão maciça de novos títulos de dívida pública para sua rolagem, repondo o serviço dos títulos lançados previamente como contrapartida da dívida externa. A expansão descontrolada da dívida externa, desde 1974, captada em petrodólares e elevada na repactuação periódica de seu estoque, após choques de juros internacionais, funcionou como mecanismo de reforço e de crescimento desse circuito financeiro de curto prazo.

A necessidade de conseguir novos recursos externos, para pagar os juros e amortizar o principal da dívida externa já contraída, obrigava à Autoridade Monetária manter taxas de juros internas muito elevadas, de modo a se tornar vantajoso para as empresas internacionais e os bancos brasileiros tomar dinheiro em grandes volumes no exterior. O fluxo crescente de dólares, acima das necessidades imediatas, obrigava o governo a desembolsar moeda nacional para cobrir o saldo das operações externas.

Para evitar a emissão pura e simples de papel-moeda, o Banco Central colocava títulos de dívida pública no mercado financeiro com deságio atraente, captando, assim, a moeda nacional necessária para cobrir os saldos daquelas operações externas. Conjugavam-se então taxas elevadas de juros com expansão da dívida interna, cujos títulos se tornaram ainda mais atraentes como refúgio para os recursos ociosos das grandes empresas e dos bancos em contexto de estagflação.

Maria da Conceição Tavares revelava dessa forma a expansão da dívida interna como contrapartida da dívida externa, ou seja, como “as duas faces da mesma moeda”, no caso, o dólar.

Denunciava: “julgando enxugar com esta operação a liquidez excessiva proveniente da chamada *base monetária externa*, está-se em realidade criando uma máquina especulativa montada na esquizofrenia dos dois dinheiros, isto é, os *meios de pagamento* e o *dinheiro financeiro*, tendo como *base interna* os Títulos do Tesouro Nacional. Converte-se a *liquidez real* em *liquidez financeira* e obriga-se todos os agentes econômicos com saldos líquidos a optar por esta forma de dinheiro monetário e de crédito corrente” [1983: 133].

Na espiral do circuito especulativo, o próprio mercado financeiro acaba por não dispor de meios de pagamento suficientes para a liquidação periódica dos papéis. A *liquidez real* tornava-se insuficiente para a valorização desenfreada do *dinheiro financeiro*.

Pedia-se de volta ao Banco Central do Brasil sancionar o valor dos títulos de dívida pública. Emitia meios de pagamento e permitia assim a retomada da *liquidez financeira*, para o ritual da *circulação especulativa* se cumprir.

A *liquidez real* da economia brasileira continuava, porém, caindo, porque o *dinheiro velho*, crescentemente desvalorizado, não podia concorrer com o poder do *dinheiro novo*. Este se nutria da aceleração inflacionária ao mesmo tempo a promovendo em processo de retroalimentação.

Pior, o crédito corrente era retalhado e concedido cada vez mais caro, apenas para os bons clientes. Os meios de pagamento não conseguiam correr a par com os preços, nem conseguiam acompanhar a *liquidez financeira* dos títulos.

Assim, a *crise de crédito se tornou geral e permanente*, sendo superada, definitivamente, apenas com o início do Governo Lula, em 2003. Houve breves “bolhas de crédito” logo após os planos de estabilização inflacionária.

Nessa magnífica construção analítica, Conceição mostrava essa “esquizofrenia” do dinheiro ter sido a forma histórica, especificamente brasileira, de resolver o problema da “unidade das funções do dinheiro” em situação inflacionária crônica. Essas funções, em geral, só se separam na crise, quando se desfaz a unidade entre as órbitas produtivas e a circulação financeiro do capital.

Alertava também, no Brasil, ter sido deliberadamente produzida uma nova separação na própria *órbita da circulação financeira* do capital. Criaram-se dois sistemas de medida para o dinheiro:

1. uma medida elástica era a habitual e permitia a sua desvalorização progressiva através do movimento dos preços; e
2. outra rígida, arbitrária, era a correção monetária determinante do valor legal do dinheiro.

Era, respectivamente, o “dinheiro do pobre” e o “dinheiro de rico”.

Porém, as duas medidas só estavam separadas enquanto mecanismo de criação de dinheiro interno a cada órbita, ou seja, a monetária e a financeira. A circulação geral do dinheiro se dava necessariamente entre ambas.

O governo precisava, pois, fazer obrigatoriamente política monetária para sancionar a existência legal de ambas as medidas de dinheiro.

Afirmava ela: “este é um mecanismo que sanciona a *esquizofrenia permanente do dinheiro* e torna a política monetária um *boomerang*” [1983: 134].

Uma Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea

Voltei para fazer meu Doutorado no Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas em 1985. Era a oportunidade de me reencontrar com a Professora.

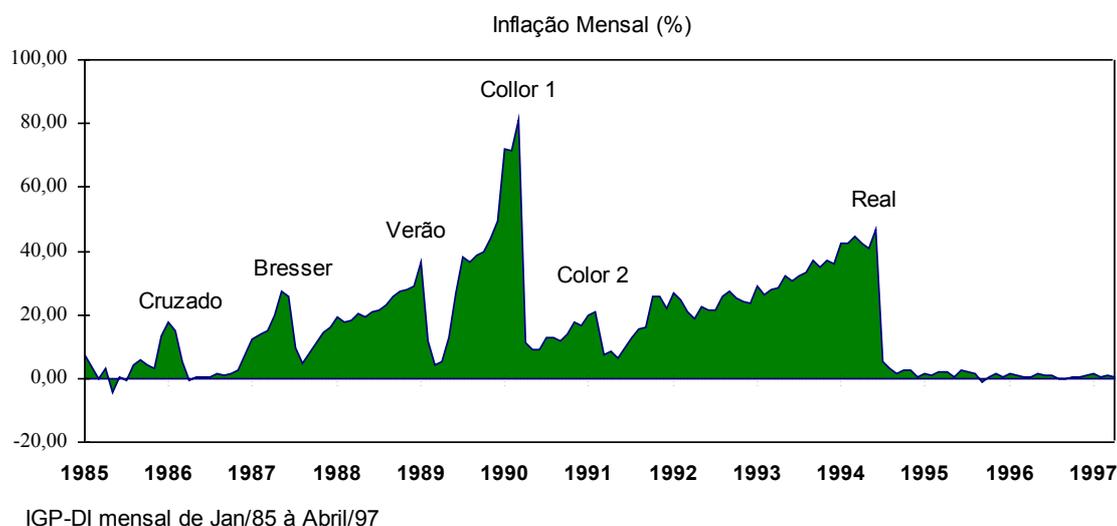
Cursei com ela Economia Internacional, focalizando as finanças internacionais. Mas, naquela conjuntura dos primeiros “choques heterodoxos” aplicados ao regime de alta inflação vigente na economia brasileira, sua *Reflexão sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*, título de artigo escrito em co-autoria com o Professor Belluzzo, publicado em 1986, parece-me, foi a maior contribuição analítica ao debate.

A interpretação da inflação brasileira como predominantemente *inercial* tinha bastante evidência empírica na manutenção de patamares inflacionários, em média durante três anos, desde 1974 até o Plano Cruzado em 1986:

- em 1974 e 1975, foi de 30%;
- de 1976 a 1978, 40%;
- transitou em 1979 por taxa de inflação anual de 77%;

- de 1980 a 1982 girou em torno de 100%; e,
- depois da maxidesvalorização cambial em fevereiro de 1983, dobrou para 220%, anualmente, entre aquele ano e 1985.

Mas o problema maior tornou-se explicar os *choques inflacionários*, com alterações de preços relativos, nesse período, e as *acelerações inflacionárias*, após os choques heterodoxos, na segunda metade da década dos 80 e primeira dos 90 (ver quadro abaixo).



Nesse caso, ganharam evidência, no campo heterodoxo, as interpretações pós-keynesianas, entre as quais as fundamentadas teoricamente no modelo de *fix price* e *flex price*, elaborado por John Hicks.

O pensamento pós-keynesiano supunha os *mark-up* serem estáveis em curto prazo e insensíveis aos movimentos da demanda. Mas essa hipótese de constância dos *mark-up* reduzia o mercado de preços administrados ao papel de transmissor passivo de impulsos inflacionários gerados em outras partes do sistema econômico, como exemplo, a variação do custo do trabalho.

Em oposição a essa visão do fenômeno inflacionário, o artigo mencionado de Tavares & Belluzzo mostrava o *modelo keynesiano de preços normais de oferta*, com salários exógenos e *mark-up* fixo, não se manter como modelo explicativo em condições quando não se

sustentava a *hipótese da estabilidade dos contratos de oferta*, por exemplo, no suprimento de matérias-primas estratégicas.

Essa “quebra dos contratos” ocorria em função de *flexibilização cambial* e devido à *repactuação periódica dos contratos de dívida* em circunstâncias de volatilidade das taxas de juros. Tudo isso obrigava a sucessivas reavaliações de estoques ou saldos.

A incerteza sobre o *custo de uso* dos estoques de matérias-primas e sobre o *valor atualizado* da dívida passava a converter o modelo de *fix-price* em modelo de *flex-price*. A *flexibilidade* de preços e da margem desejada de lucro levavam a uma margem incerta de cálculo.

Mas era, predominantemente, *para cima*, porque embutia certa *margem de segurança*. Era a fórmula protetora da capacidade futura de reposição dos estoques de suprimentos para novo ciclo de produção.

Era inspiradora essa reflexão, pois se contrapunha à *teoria da inflação inercial*, elaborada por professores da PUC-RJ e da FGV-SP, onde a formação de preços era realizada com *mark-up* desejado estável, baseado na margem *histórica* de lucro. Nela, depois de algum choque, ou seja, variação de preços relativos, a *inflação corrente* voltaria a ter como referência custos devidos à *inflação passada*.

De acordo com a *teoria da aceleração inflacionária* (ou da “profecia auto confirmada”), elaborada por Conceição & Belluzzo, as empresas líderes na formação de preços ampliavam o *mark-up* desejado como forma de prevenção contra *inflação futura*. Entretanto, meus Professores alertavam: as margens de lucro efetivas (*ex-post*) podiam ser declinantes, devido a não validação das crescentes *margens de segurança de lucro* desejadas.

Com base nessa reflexão dos Mestres, publiquei artigo onde levantava a hipótese de “a inflação brasileira responder também à lógica estritamente financeira” (publicado em *Estado de Confiança e Hiperinflação* in REGO, J. M. (org.). *Inflação e Hiperinflação: Interpretações e Retórica*. SP, Bional, 1990). Posteriormente, esta generalização da referência à taxa nominal esperada de juros de

curtíssimo prazo como critério para os ajustes de preços a prazo foi denominada, no IE-UNICAMP, de “*financeirização dos preços*”.

A taxa de juros funcionaria como o rendimento alternativo do capital não-imobilizado, no caso de arbitragem entre o mercado de bens e serviços, de um lado, e o mercado de ativos financeiros, de outro. Quanto mais alta a taxa de juros, mais se estimularia a elevação das margens de lucro.

Paralelamente, com a obtenção de riqueza financeira, as empresas não-endividadas, capitalizadas e líquidas teriam melhores condições de sustentar estoques não colocados no mercado àqueles preços elevados. Em consequência, a política de altas taxas de juros teria resultado contraditório no combate à inflação.

Os juros esperados da “quase-moeda indexada” cumpriria função semelhante à da “dolarização”, em contextos hiperinflacionários, sem referência direta à moeda estrangeira, mas indireta via relação juros-câmbio. As expectativas inflacionárias influenciariam não só o *custo de reposição do estoque*, mas também o *juro mercantil*, cobrado na venda a prazo.

Na *formação do preço a prazo*, o empresário levaria em conta a alternativa de vender à vista e aplicar os recursos derivados da realização dessa venda no mercado financeiro. Não seria racional, na busca de maximização de lucro, cobrar menos juro mercantil e obter receita operacional menor do que poderia receber de receita financeira.

Relação entre Mestre e Discípulo

Meu entreviro com minha Mentora, em 1980, durante as eleições no IERJ, não teria despertado em mim sentimento similar ao tido por ela em relação ao seu mestre Celso Furtado, quando ela escreveu *Além da Estagnação?*

Seria muita pretensão minha a comparação. Mas nossa interpretação daquele momento histórico, em encruzilhada política,

era distinta em relação a qual caminho trilhar: mais à esquerda ou, moderadamente, de centro.

Minha geração e eu enxergávamos o longo prazo: apoiar o nascimento do Partido dos Trabalhadores, para nós, era mais importante em vez de se aliar com o MDB autêntico de Ulysses Guimarães para pactuar socialmente a transição para a democracia. Desconfiávamos de tudo aquilo desembocar em “transição por cima”, onde, mais uma vez, os trabalhadores da base estariam alijados da conciliação de elites e contra elites.

Curiosamente, essa discussão histórica estava escondida por trás de motivo aparentemente prosaico. Eu me reuni com ex-colegas do Mestrado da UNICAMP, para oferecer, no final dos anos 70, os primeiros cursos de leitura de *O Capital* de Karl Marx, no Rio de Janeiro, desde o endurecimento do regime militar nos anos 60. Era a maneira encontrada para arrecadar fundos para sustentar o IERJ.

O problema foi “organizar a fila” de alunos com pretensão de fazer a leitura. Foram várias turmas. Trabalhamos duro, porém, na hora de montar a chapa de sucessão do Pedro Malan, encabeçada pela Conceição, sequer fomos consultados!

Provavelmente, acharam todos nós sermos discípulos obedientes e não rebeldes de maneira a, automaticamente, seguir a líder. Chamaram o velho “pessoal do Partidão”, ausente do dia-a-dia do IERJ, e deram um “passa-fora, moleque” na nova geração da esquerda, a qual, de fato, ajudava a sustentar a instituição.

Porém, não éramos “rebeldes sem causa”. As greves sindicalistas no ABC, em 1979, já tinham recebido nosso apoio e militávamos para retomar o Sindicato e o CORECON das mãos da direita. Quase todos passamos a nos organizar no Núcleo de Base dos Economistas do PT no Rio de Janeiro.

De fato, a categoria profissional carioca se empolgou com a eleição. Até mesmo algumas pessoas da Fundação Getúlio Vargas entraram para o lado de lá.

A disputa era apresentada por colunistas dos grandes jornais, O Globo e Jornal do Brasil, como fosse apenas “conflito de gerações”. Nós da Chapa B, surpreendentemente, perdermos por muito pouco!

Lembro-me de, muito inexperiente e ainda nervoso para falar em público, eu tentava esconder a insegurança provocando e agredindo ideologicamente os adversários. Tomava coragem para dizer tudo o que me vinha à cabeça, inclusive para meus ex-professores da UNICAMP, em altos brados.

Passaram-se alguns poucos anos, afastamo-nos do IERJ para ganhar o Sindicato e o CORECON. Na verdade, o IERJ submergiu um pouco sem a movimentação feita por nós jovens. Até quando houve algo de grande significado pessoal para mim.

Convidado para o coquetel de inauguração da nova sede do IERJ, em frente ao lugar onde trabalhava, no IBGE, fui lá. No fim do evento, esperando sozinho para tomar o elevador e ir embora, Conceição Tavares se aproximou e disse-me: – “Fernando Mineiro, agressivo feito a porra, mas você pelo menos é humilde, gosto disso”!

Respondi-lhe na lata: – “Professora, se a senhora está dizendo isso, deve ter razão, porque é a pessoa mais agressiva conhecida por mim”!

Daí dei-lhe carona até seu apartamento e ficamos amigos para sempre. Parece-me ter deixado de ser agressivo pessoalmente.

Tive a sorte de ser aluno da Conceição em Economia Brasileira no Mestrado. Foi o primeiro curso quando ela e o Professor Carlos Lessa compartilharam, depois da experiência no Chile.

Ela era responsável pela análise dos ciclos; ele, pela política econômica. Cada qual, na presença do outro, demonstrava mais brilhantismo.

No Doutorado, fui também seu aluno, mas em Economia Internacional. No final do seu curso, fui lhe entregar o trabalho para avaliação em seu apartamento. Estava lá o Fernando Fanzylber, ótimo economista e excelente orador chileno.

Ela me perguntou: – Está feliz com a mudança de vida por ter sido convidado para ser professor em Campinas? Respondi-lhe: – Estou um pouco assustado, pois irei receber a metade do meu salário no IBGE... Meu xará comentou: – Mas terá o dobro de felicidade!

Dito e feito. Não posso me queixar, pois tive momentos muito prazerosos com o ofício de professor, tentando seguir sempre o exemplo da Professora em termos de dedicação e combatividade.

Lembro-me de quando, ansioso, antes da defesa de minha tese de doutorado, com ela na banca, eu me aproximei e Conceição me mostrou minha tese (609 páginas) toda marcadinha e disse: – Puro realismo fantástico! Isto é puro Gabriel Garcia Marquez! A história bancária brasileira contada por você é fantástica!

Pronto, acalmei-me, pois tomei aquilo como elogio. Eu tinha lido tudo do Gabriel Garcia e ela tinha lido tudo de minha tese!

Também ela fez questão de ser a primeira arguidora. Eu me senti tão à vontade, na defesa, a ponto de acabar falando dos meus *sonhos (reais), alternativas (possíveis) e utopia (necessária)*.

Disse-lhe defender a autogestão para os bancos públicos subordinada ao planejamento estatal, para evitar o corporativismo – coisa realizada no governo Lula.

À noite, com muita gente, houve festa boa em minha casa. Conceição dançou à vontade. Estava a Laurinha, sua filha, minha ex-aluna. Meu filho, Ivo, ainda garoto lourinho, também entrou na farra.

Depois de sua eleição para o Congresso Nacional, como deputada do PT, em almoço em sua casa, em Laranjeiras, estava a Glorinha, Sandra, Isabel, Carmem Garcia, Zé Carlos e eu.

Todos nós da Chapa B ríamos muito e a provocávamos: – Nós, Conceição, estamos onde sempre estivemos. Você, na chapa A, estava junto com Pedro Malan, Marcílio Marques Moreira e César Maia! Agora, você se chegou a nós! Parabéns, avançou para a posição consequente!

Como eu posso descrevê-la, para meus alunos sem a sorte de a conhecer pessoalmente? Sem dúvida, está entre uma das (poucas) pessoas cuja presença me deixa, inteiramente, fascinado. Outro é o Lula. A Dilma também é figura impressionante. João Manuel Cardoso de Mello é outro dominante do ambiente.

Mas com ela tenho história pessoal, a qual não tenho com os outros. Conversar com ela é muito excitante. É desafio intelectual acompanhar a rapidez de seu pensamento, tipo *brainstorming*.

Culta, não é verdade que fala apenas sobre Economia. Conversamos mais até sobre política, costumes do povo brasileiro, cinema, histórias pessoais, tudo enfim conversado naturalmente por dois amigos quando se encontram.

Lembro-me do interesse com o qual ela acompanhou minha trajetória no governo Lula. Sentia, no início: "eu estava mais feliz que pinto no lixo"!

Seus olhos brilhavam quando eu lhe contava sobre tudo feito por lá. Imagino: a Conceição estava vendo meu sonho se realizar, fazer a alternativa possível, mantendo a utopia necessária.

Depois, quando caí de mal jeito, pois fui substituído por colega, cuja reputação profissional eu não admirava, ela esteve entre os poucos amigos a me prestar solidariedade. Ela e o Jorge Mattoso foram as pessoas a quem recorri para entender o que se passou.

Parabéns, Professora Maria da Conceição Tavares, muitos anos vida! Necessito muito de você! O Brasil sempre necessitará de você! O País não tem como fazer a substituição dessa importação de Portugal!

Capítulo 2. Apresentação da Obra da Professora²

“Não quero ele falar só;
quero ele escutar o seu discípulo falar por sua vez”
(Montaigne [1533-1592] em *Ensaio: Da Instrução de Crianças*).

Introdução

Há muita sabedoria acumulada na relação entre mestre e aluno. Ninguém poderá ser mestre na escrita sem ter sido antes aluno. O mestre diante da turma se encontra na difícil situação de quem se espera, sempre e necessariamente, ter a razão. Sua missão de educador é vista como a de revelador da verdade.

Mas o verdadeiro mestre não é o repetidor de alguma verdade, provisória tal como toda verdade demonstra ser. Ele ensina sim o método de busca, pois *a verdade é sobretudo o caminho da verdade*.

O mestre duvida de si mesmo e se deixa persuadir. Seu ensino mais relevante não está no dito por ele, mas sim no não dito – e descoberto pelo ex-aluno. “*Mestre não é quem sempre ensina, mas quem de repente aprende*”, definiu João Guimarães Rosa em “*Grande Sertão: Veredas*”.

Já narrei minha experiência pessoal com a Professora Maria da Conceição Tavares (Prado [org.]; 2012: 179-204). Ela confirmou minha ideia para emigração: a gente tem de ir atrás de bons professores para nosso desenvolvimento intelectual.

Mentor é aquele indivíduo experiente capaz de guiar (ou dar conselhos a) uma outra pessoa. Serve a alguém de guia, de sábio e experiente conselheiro. Ele inspira, estimula a criatividade, o livre pensar. Não necessariamente é o orientador presencial de ideias, ações, projetos, realizações etc.

² Publicado como Introdução no livro *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas* / Hildete Pereira de Melo (organizadora). – São Paulo: Fundação Perseu Abramo / Expressão Popular / Centro Internacional Celso Furtado, 2019.

Minha mestra nunca me deu, diretamente, conselhos pessoais, mas deu-me *o mais importante para qualquer educador*: bons exemplos de postura intelectual sábia e atitude política combativa.

A mentora é a pessoa responsável pelo desenvolvimento de alguém. Sua prática exemplar influencia os comportamentos de uma outra pessoa mesmo sendo de maneira virtual, não presencial ou inconsciente de sua parte.

Fui aluno dela no mestrado em 1976 e no doutorado em 1985 do IE-UNICAMP. Tive a oportunidade de presenciar então o primeiro curso dado por ela após seu retorno do Chile.

Dividiu-o com o Professor Carlos Lessa. Ela dava em uma aula cada fase dos ciclos da economia brasileira, ele apresentava em outra a política econômica da ocasião. Cada qual se rivalizava em brilhantismo intelectual.

Não em didatismo. Ela propiciava um *brainstorm* de ideias sobre tudo e todos. Tinha *insights* fantásticos aos borbotões sem tempo sequer para os alunos anotarem.

Resultado: saíamos da sala-de-aula encantados pelo espetáculo, mas se nos perguntassem o que tínhamos aprendido na aula, apenas teríamos condições de responder: "ficamos muito impressionados com a sapiência dela"... Não conseguiríamos reproduzir nada do dito.

Aprendemos a aprender. Fomos estimulados a estudar muito para enfrentar os desafios intelectuais colocados por ela e pelo debate público. E também a jamais falar algo sobre a economia brasileira sem mostrar evidência empírica.

Quase ao mesmo tempo ela se enfurecia com indignação face às impropriedades da vida pública brasileira e admirava as virtudes da miscigenação cultural, cujo olhar estrangeiro percebia e exaltava. Vociferava aos brados ou colericamente, berrava, clamava, proferia palavrões aos gritos contra os desatinos, mas também ironizava e ria das situações absurdas.

Com o tempo entendemos sua impaciência com a burrice alheia. O conceito científico de idiota não se refere à pessoa carente de inteligência ou de discernimento. O tolo, ignorante, estúpido, pode

até ser tolerado, mas a pessoa pretensiosa, vaidosa, jamais ela perdoou. Idiota é quem não tem consciência do mal feito a si próprio e aos outros, inclusive desconhecidos.

Em consequência, a Professora tinha razão em exigir-nos a preparação árdua, mas prazerosa, para enfrentar os desafios intelectuais. Seguindo seu exemplo de combatividade, aprendemos a gostar de estudar e pesquisar com objetivo além do enriquecimento pessoal.

Tratava-se de preparar-nos para o enfrentamento do debate público contra os neoliberais, voltados apenas para a defesa de O Mercado, e a favor do igualitarismo social, bandeira de esquerda compartilhada por alunos e professores.

Disse-me em certa ocasião: “com quem você acha eu aprendo hoje? Com meus discípulos! Vocês são especialistas, não são generalistas como eu. Portanto, tratem de pesquisar até aprenderem a fazer uma síntese sistêmica como eu faço.”

Dotada de uma *visão holística*, prioriza o entendimento integral dos fenômenos, em oposição ao procedimento analítico em que seus componentes são tomados isoladamente. A análise da economia como um sistema complexo exige o holismo.

E deu-nos exemplo de comportamento humilde, mas sábio. Em seminários no auditório do IE-UNICAMP, quase sempre era a única pessoa a anotar tudo de relevante dito pelos palestrantes. No debate, sempre os questionava, não só para testar a defesa de suas hipóteses, em atitude científica, mas também para sedimentar sua aprendizagem.

Era engraçado quando o interlocutor sustentava veementemente uma hipótese contrária à dela. Debatia com ele até ela mesmo passar a defender a hipótese se ficava convencida da força dos argumentos contrários.

Com os anos de acompanhamento de seus passos mesmo à distância aprendi: ela respeita as personalidades fortes, combativas, e não tolera a arrogância esnobe. Se ela grita com alguém, aceita a pessoa retrucar com a mesma veemência e passa a respeitá-la.

Em um mundo profissional essencialmente masculino, quando passou a trabalhar em meio a economistas, abriu espaço aos gritos e impondo o respeito aos machistas através de seu brilho intelectual. Talvez, por isso mesmo, achávamos ela cobrar mais ainda das jovens economistas tímidas. Preparava-as para o combate mundano.

Exigia-nos também o conhecimento teórico plural. Como heterodoxos, tínhamos de superar o marxismo vulgar – “de merda!” –, aprendido apressadamente por conta própria, e ampliar nossa capacidade analítica com outras teorias, inclusive as ortodoxas, para melhor debatê-las – e combatê-las.

O conhecimento multidisciplinar de Ciências Afins (Política, Sociologia, Psicologia, Antropologia, etc.) e História era também incentivado. Um bom economista tem de ser capaz de fazer uma abordagem pluralista nos planos da abstração, evolução e regulação.

Com ela não se trata apenas de Livre Pensar uma teoria pura. Além de *O Pensar*, ela exige *O Querer*, isto é, a capacidade de aplicar a teoria, e mais: *O Julgar*. Capacidade de tomar melhores decisões é a Arte da Economia aprendida com a Professora (com P maiúsculo).

Esta é minha hipótese a ser testada neste artigo-resenha. Quero verificar se o método histórico-estruturalista da obra de Maria da Conceição Tavares se reproduz na análise da economia contemporânea realizada por seus discípulos.

A metodologia empregada será, na primeira parte, recordar suas ideias-chave e principais temas:

- mudanças na pauta de importação relacionadas às alterações na estrutura produtiva,
- relações entre ciclos e crises econômicas,
- concentração oligopolista de empresas não-financeiras e centralização do capital financeiro,
- problema do financiamento,
- distribuição de renda e riqueza,
- geoeconomia e geopolítica internacional.

Os principais resultados a serem alcançados, na segunda parte, serão sumários de estudos de seus discípulos sobre:

- o impacto da crise atual sobre o balanço comercial,
- o desempenho das empresas não-financeiras,
- a diversificação setorial dos grandes grupos econômicos,
- a evolução recente dos empréstimos às empresas por porte,
- a acumulação financeira de pessoa física,
- o atual contexto internacional.

Todo esse levantamento terá como fim a caracterização da atual economia brasileira. Com essas evidências confirmarei ou descartarei minha hipótese: *seu ensino mais eterno não está no dito por ela, mas sim no não dito – e descoberto por ex-aluno.*

O dito é esquecido, o visto é lembrado, o feito é aprendido. A mestra vive na obra do(s) discípulo(s).

Síntese da Obra da Mestra

A *obra oral* da Professora Maria da Conceição Tavares é bastante conhecida: a capacidade de formar discípulos críticos à realidade, dentro do método histórico-estruturalista, com visão holística da indústria brasileira e do sistema financeiro nacional.

Encontra-se pelo menos quatro resenhas notáveis da obra escrita de Maria da Conceição Tavares. Por ordem de publicação são as realizadas por Possas (2001), Andrade e Silva (2009), Bielschowsky (2010), e Robilloti (2016).

Quanto à *periodização da obra*, há pequena discordância entre elas. Bielschowsky (2010) a divide em dois grandes períodos:

1. *Era Desenvolvimentista* (até as proximidades de 1980): objetivo de entender a lógica do crescimento brasileiro;
2. *Era Neoliberal*: elementos causadores da ausência de crescimento ou estagflação.

No primeiro período, o crescimento era instável e problemático, devido à peculiaridade de se dar em uma economia capitalista e ao mesmo tempo periférica e subdesenvolvida. Era uma economia com uma estrutura produtiva heterogênea e incompleta, insatisfatoriamente especializada e incapaz da geração endógena de progresso técnico.

Por consequência, ficava exposta a estrangulamentos recorrentes do balanço de pagamentos. Tinha oferta abundante de mão de obra com baixos salários e alta concentração de renda e propriedade.

O Estado e as instituições eram relativamente frágeis e instáveis. Os elos funcionais entre os agentes da produção — Estado, empresas privadas nacionais e estrangeiras — e os das finanças eram muito particulares.

O segundo período contempla a crise e a estagnação, a partir do início de 1980. Ela concentra a atenção na análise dos (des)ajustes macroeconômicos a partir de ideias como a ciranda financeira, a aceleração da inflação de oligopólio, e a retomada da hegemonia norte-americana. O exame das restrições ao crescimento se sobrepôs ao das possibilidades de crescimento e desenvolvimento.

Andrade e Silva (2009) identificam, na obra de Conceição Tavares, três planos de reflexão de mútua influência, demarcados por revisões teóricas e contextos:

1. fase da CEPAL: a questão do (sub)desenvolvimento econômico periférico, em particular da economia brasileira;
2. fase da UNICAMP: o diálogo crítico com autores importantes da tradição da Economia Política, como Marx, Keynes e Kalecki;
3. fase da UFRJ: análise da (des)ordem econômica mundial, apresentando uma “visão geopolítica para entender melhor a formação dos centros hegemônicos”.

Seu pensamento é periodizado por Possas (2001), assim como por Robilloti (2016), em três momentos de acordo com publicações de destaque:

1. fase cepalina: de 1963, data do seu clássico *Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil*, até 1972, quando foi publicado seu *Além da estagnação*, escrito com a colaboração de José Serra;
2. fase de revisão teórica: de 1973, ano em que a autora publicou o importante ensaio *Distribuição de renda, acumulação e padrões de industrialização* – precursor de sua tese de Livre-Docência e depois de Titular – até 1985);
3. fase da Economia Política Internacional: em 1985, quando a autora publicou seu ensaio *A retomada da hegemonia norte-americana*, inicia-se essa nova etapa no pensamento de Tavares, estendendo-se até o presente.

Em seus trabalhos da década de 1970 e 1980, Conceição Tavares rompe com a visão cepalina de determinantes externos. Passa a se basear nos esquemas setoriais de análise desenvolvidos por Michael Kalecki para compreender a dinâmica das economias capitalistas em desenvolvimento.

Em sua visão crítica à ideia de estagnação, reconhece o consumo conspícuo ter relevância como estímulo à acumulação de capital e ao mercado interno de países com distribuição desigual da renda – e não como um impedimento a ambos.

Desta forma, há um deslocamento da análise: a ênfase, no pensamento de Conceição Tavares, recairá sobre *os limites nas decisões de investimento sem autonomia financeira e tecnológica*. A economista desenvolverá a ideia de a distribuição de renda ser exógena ao processo de acumulação, isto é, determinada pelo quadro político-sindical.

A economia brasileira cresce puxada pelo efeito acelerador do investimento e multiplicador da renda, concentrada por razões político-institucionais na expansão do consumo das classes mais altas.

Não existe, no pensamento da autora, fatores distributivos impostos mecanicamente pela acumulação de capital. O aumento do consumo de bens de maior valor agregado não reduz o consumo dos trabalhadores, muito pelo contrário, o aumenta.

Apoiada em Kalecki, a autora defenderá os efeitos multiplicadores do gasto em investimentos e/ou em consumo conspícuo serem tanto maiores quanto maior for a participação dos salários na renda. Salário não é só custo, a massa salarial representa demanda.

Tavares também utilizará a ideia de o setor de subsistência, apesar de expressivo, não ter força para determinar o nível de salários do setor moderno da economia. Esta população se mantém marginalizada, estruturalmente, do mercado de trabalho.

Robilloti (2016) resgata três ideias centrais do pensamento da autora:

- i) *A falsa oposição entre lucros e salários*, pois os lucros dependem das decisões de gasto dos capitalistas. A acumulação não se limita por salários, mas em si mesma. A distribuição de renda é determinada pelo movimento de acumulação, pelo padrão de concorrência intercapitalista e pelo poder de organização dos trabalhadores. As lutas de classes afetam a distribuição de renda, porém de forma subordinada ao movimento de acumulação.
- ii) *A instabilidade estrutural do capitalismo em Kalecki é vista a partir da desproporção entre os três setores*. O DI (setor produtor de bens de capital) tende a expandir sua capacidade acima dos outros setores (DII de bens de consumo capitalista e DIII de bens de consumo assalariado), tendo em vista os capitalistas fazerem muitas coisas como classe, mas não definirem, em comum, suas decisões de gasto. Estas são descentralizadas, descoordenadas e desinformadas uma das outras.
- iii) *O sistema não tende à estagnação, mas oscila em movimentos cíclicos de expansão e contração*. Em sua leitura schumpeteriana do capitalismo, Tavares destaca o impulso da dinâmica ser dado pela inovação. A ênfase nos aspectos endógenos da acumulação em Tavares tem raiz tanto em Kalecki como em Schumpeter.

Aqui, para demarcar as inspirações mais importantes na obra da Professora, reencontradas nos assuntos pesquisados por diversos

discípulos a respeito da economia contemporânea, optarei por mesclar as resenhas em cada assunto. Sem dúvida, todos os autores das resenhas concordam a respeito dos seus principais temas:

1. Relação centro-periferia revelada no balanço do comércio exterior;
2. Ciclo e crise: movimento limitado pelo grau de industrialização brasileira;
3. Problema do financiamento das empresas não-financeiras;
4. Geoeconomia e geopolítica internacional.

O tema da distribuição de renda e acumulação de riqueza financeira está por trás dos demais. Vamos conferir o destacado nas resenhas dentro desse enquadramento ou repartição temática com o propósito de sumarizar posteriormente suas influências na obra dos discípulos. A exegese não será realizada através de repetitivas citações.

Relação Centro-Periferia Revelada no Balanço do Comércio Exterior

Tavares exerceu *grande influência sobre o pensamento econômico brasileiro*. Tratou de assuntos variados, mas na interpretação de Possas (2001) há uma dupla preocupação em toda a sua obra:

- i) *o desenvolvimento de países "periféricos", com especial ênfase no caso brasileiro, e*
- ii) *a sorte de grandes contingentes da sua população, excluídos economicamente.*

Seu ponto de partida foi o pensamento cepalino, com ênfase nas relações econômicas e de poder entre nações centrais e periféricas. Andrade e Silva (2009) afirmam ser um aspecto central das ideias cepalinas, influentes sobre a trajetória intelectual de Tavares, o chamado *método histórico-estrutural*.

Seu propósito era examinar o modo peculiar de como se dava o ajuste interno da estrutura produtiva dos países latino-americanos

em resposta aos choques externos. Esse ajuste estava condicionado por uma estrutura econômica e institucional subdesenvolvida, herdada do período exportador.

Na visão cepalina, as estruturas setoriais e institucionais das economias latino-americanas condicionam a trajetória futura. O enfoque histórico-estruturalista implica um método de geração do conhecimento voltado ao comportamento de agentes sociais e instituições, mais próximo a um procedimento histórico-indutivo se comparado aos métodos abstrato-dedutivos convencionais.

Porém, Conceição Tavares procurou repensar essa matriz, ampliando a importância de questões como:

- i) variáveis internas a cada país, em especial a presença do setor produtor de bens de capital;
- ii) as necessidades de financiamento do desenvolvimento e
- iii) como os modos historicamente específicos de atendê-las repercutem.

Em seu primeiro trabalho influente, *Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil* (1963), a interpretação da CEPAL tinha vários componentes importantes assumidos pela autora. Destacava-se a ideia-chave: *o desenvolvimento não se dar em todos os lugares da mesma forma, seguindo as mesmas etapas.*

Há uma razão simples para isso, a industrialização originária e retardatária de alguns países (Inglaterra no século XVIII e, por exemplo, Estados Unidos, Alemanha e Japão no século XIX) resulta em uma dinâmica de poder no conjunto da economia mundial, onde os demais assumem *papel dependente e periférico.*

Este era o caso da economia brasileira. Ela teria passado por:

- i) uma *fase primário-exportadora*, caracterizada por “crescimento para fora”;
- ii) uma *fase de substituição de importações*: “crescimento para dentro”.

Na primeira fase, a exportação de produtos primários é o principal componente autônomo de demanda. O dinamismo da economia fica totalmente subordinado ao exterior.

Quando surgem obstáculos às exportações, criados por guerras ou depressões, o país focaliza o mercado interno, investindo na produção doméstica de bens outrora importados.

O período do “crescimento para fora” apresenta uma *dualidade*:

- i) de um lado, um setor exportador de alta rentabilidade;
- ii) de outro, um setor voltado ao mercado interno com baixa produtividade, satisfazendo apenas em parte as necessidades básicas, dependentes também de elevadas importações.

Daí suas características sociais: alta concentração da propriedade e extrema desigualdade na distribuição de renda. Permite à elite um padrão de consumo importado, portanto, semelhante ao dos grandes centros desenvolvidos.

A *primeira tese central de Conceição Tavares*, segundo Bielschowsky (2010), é atribuir a dinâmica do processo de desenvolvimento por substituição de importações a uma série de respostas ao estrangulamento do setor externo, através das quais a economia muda qualitativamente a natureza dessa dependência ao exterior. Ao longo do processo de modificações estruturais da economia, vai se repondo a contradição básica entre as necessidades de crescimento e a barreira quanto à capacidade para importar.

A ruptura com o *modelo primário-exportador* se dá ao longo de sucessivas crises no comércio externo. Começaram na Primeira Guerra, agravaram-se com a Grande Depressão e continuaram intermitentes. Essas crises impediam necessidades básicas de produtos industriais serem supridas pelas importações.

Daí a política econômica cria mecanismos e estímulos variados, inclusive controles de câmbio e de importações, como tentativas de produzir internamente o antes importado. Surge novo modelo de crescimento, o de *substituição de importações*, com dinâmica distinta do anterior.

Ocorrem mudanças no setor produtivo com a industrialização baseada em sucessivas ondas de implantação de elos da cadeia produtiva. Mas permanece um *dualismo* na economia, porque, de imediato, essas mudanças ocorreram principalmente na indústria, não sendo muito alteradas as condições da agricultura, inclusive a exportadora. Somente mais adiante ela se transforma em agroindústria com constituição de cadeia produtiva de valor.

Há modificação da pauta de importações com relativamente menos bens de consumo e mais insumos e equipamentos. Acontece pela via do mercado e também por inúmeros mecanismos de compressão das importações menos essenciais.

Avanço do processo se dá em respostas às sucessivas barreiras contra as importações. Foi árdua a superação desses obstáculos por razões variadas: tecnologia, dimensão e estrutura do mercado interno sem comportar grandes escalas, dificuldade para prosseguir modificando a pauta de importações. O processo era exigente de importações dos bens necessários à produção dos substitutos das importações anteriores.

O esgotamento do processo é diferente nos diversos países latino-americanos. A distinção do caso do Brasil se dá por ser um dos poucos países latino-americanos a conseguir avançar até a implantação de partes do setor de bens de produção, os quais necessitavam investimentos vultosos. A economia brasileira tinha vantagens competitivas:

- i) o tamanho de seu mercado interno;
- ii) a disponibilidade de recursos naturais;
- iii) a capacidade de importação, devido à exportação do café;
- iv) a criação de instituições públicas desenvolvimentistas, desde os anos 30, em particular, a do BNDE em 1952.

Novas indústrias são projetadas para atender a um perfil de demanda restrito em função de:

- i) péssima distribuição de renda, com acesso ao consumo relativamente por poucas pessoas resultante em mercados relativamente pequenos;

- ii) tecnologia utilizada, importada das economias mais desenvolvidas, exigia grandes escalas, gerando, além de problemas pelo lado do financiamento, a não adequação à disponibilidade dos recursos internos: abundante mão-de-obra pouco qualificada, mas capital e mão-de-obra qualificada escassos.

O ensaio, escrito em coautoria com José Serra, "*Além da estagnação*", foi apresentado em novembro de 1970 e publicado no fim de 1971. Faz a crítica ao "estagnacionismo".

Argumenta o declínio das taxas de crescimento da economia brasileira, na ocasião, não representar uma tendência persistente ou secular à estagnação, mas apenas uma *crise episódica e/ou cíclica*, possível de ser superada com a utilização da capacidade produtiva industrial ociosa.

A crítica é dirigida à argumentação de Celso Furtado de o aumento da relação capital/trabalho ter levado ao declínio da taxa de lucro e conseqüente queda da acumulação. Os fatores impeditivos seriam o aumento da produtividade do trabalho destinado ao favorecimento dos lucros em detrimento dos salários.

De acordo com a interpretação de Tavares e Serra, o limite do processo de substituição de importações tinha sido dado pelo fim do Plano de Metas no governo de Juscelino Kubitschek. Foi tal como uma *onda de inovações schumpeteriana*, resultante em capacidade produtiva ociosa, porque construída à frente da demanda existente.

A saída da crise de meados dos anos 60 foi a transição para um processo de crescimento acelerado, mesmo sendo *injusto*. Constituiu um novo estilo de desenvolvimento, um novo esquema de concentração do poder, e uma nova inserção internacional.

O declínio das taxas de crescimento do PIB foi superado com inovações institucionais para a reordenação da economia e o surgimento de novas atividades dinâmicas. No novo modelo de desenvolvimento, Estado e capital estrangeiro passaram a ser os principais agentes, associados a novas formas de acumulação de capital, mais propriamente financeiras.

Provoca a modificação do esquema dual anterior, aquele com um *setor atrasado* voltado ao mercado interno e um *setor mais dinâmico* ligado às exportações. Há integração nacional pela penetração dos meios de transporte e comunicação.

Permanece certa heterogeneidade com o progresso técnico industrial sem absorver ou liquidar atividades tradicionais nem integrar a mão-de-obra nelas ocupadas. A *exclusão social* marca o "milagre econômico brasileiro". A tendência à redistribuição ou reconcentração da renda pessoal se dá pela abertura do leque de salários. Mas esse processo excludente providencia a geração de excedente necessário à expansão dos mercados.

Segundo Bielschowsky (2010), a *segunda contribuição fundamental de Conceição Tavares* foi mostrar como o crescimento no período do chamado "milagre econômico" se fazia com concentração da renda de maneira funcional para a expansão do mercado interno para "bens de luxo". Essa tese era contrária do postulado pelo mestre Celso Furtado ao destacar a tendência à estagnação, devida aos rendimentos decrescentes de escala em mercado interno restrito.

Ciclo e Crise: Movimento Limitado pelo Grau da Industrialização Brasileira

Robilloti (2016) procura fazer uma leitura da influência das ideias econômicas e sociais latino-americanas na formação teórica de Conceição Tavares, capazes de a diferenciar no debate econômico. Não foram poucas as contribuições teóricas do estruturalismo ao pensamento de Conceição Tavares. Começando pelo método histórico-estrutural de análise, passando pelo desafio do desenvolvimento econômico na periferia, atingiu:

1. o repúdio à visão de automatismos do mercado para se percorrer a via do desenvolvimento,
2. a ideia de estilo distinto de desenvolvimento em economia periférica, e
3. o papel das empresas transnacionais na dinâmica do sistema capitalista mundial.

Posteriormente, a autora adicionará ao método histórico-estrutural a sua chamada Economia Política, apoiada em Marx, Keynes, Kalecki, Steindl e Schumpeter, para analisar a dinâmica e o processo da acumulação de capital no Brasil. Na Escola de Campinas, nos anos 70, ela reverá muitos pontos discutidos no âmbito da Cepal.

Em auto subversão da própria ideia de “estrangulamento externo”, segundo Bielschowsky (2010), *a terceira contribuição de Conceição Tavares* à análise da natureza do crescimento brasileiro incorpora um esquema de reprodução kaleckiano capaz de descrever os mecanismos endógenos do processo de acumulação de capital no Brasil. Embora fosse ainda uma industrialização restringida por implantação parcial dos departamentos industriais, o processo de crescimento brasileiro já continha elementos em comum com o processo de crescimento verificado nos países desenvolvidos.

A existência incompleta do setor de bens de capital tinha levado o ciclo ao auge, seguido de sua reversão, dado o papel central do *investimento à frente da demanda*. Os auges cíclicos (1957-1962 e 1967-1973) tinham sido intensos, mas curtos, fadados ao rápido esgotamento, porque o porte do departamento produtor de bens de capital era insuficiente para atender à demanda agregada.

Os lucros se multiplicavam, mas para a realização, os investimentos tinham de se acelerar continuamente. A elevação da relação capital / produto em certo ponto contrapunha as decisões de investimento com a ociosidade da capacidade produtiva.

Na tese de livre-docência defendida em 1974, *Acumulação de Capital e Industrialização no Brasil*, o tema da dinâmica da industrialização brasileira é retomado e aprofundado com uso de conceitos de autores como Marx, Keynes, Schumpeter, Kalecki e Steindl.

Segundo Possas (2010), as características de “padrões de acumulação” se referem às formas alternativas de auto-organização capitalista. Emergem das taxas diferenciadas de crescimento dos diversos setores da economia e através de formas de competição neles vigentes, cada qual dependente da particular distribuição de renda.

Conceição Tavares adota o conceito de *industrialização retardatária*, discutido durante a elaboração da tese de doutoramento do colega João Manuel Cardoso de Melo. Era uma alternativa à visão cepalina e às Teorias da Dependência, tanto à de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, quanto à de Rui Mauro Marini e André Gunder Frank.

Distingue entre processo industrial e implantação de indústrias isoladas. Defende a tese de a instalação de um setor de bens de produção, em especial, de bens de capital, ter o potencial de internalizar, ao menos em parte, os principais determinantes da dinâmica econômica, tanto o financiamento do investimento, quanto o progresso técnico.

Propiciaria a constituição de forças produtivas especificamente capitalistas. Se não houvesse produção interna de bens de capital, os efeitos multiplicadores do investimento seriam exportados e a economia se manteria dependente do comércio exterior, inclusive para a introdução de inovações em maquinaria. Portanto, para a industrialização se completar, a dinâmica econômica não poderia ser apenas reflexa da demanda externa.

A industrialização retardatária norte-americana, alemã e japonesa levou à predominância de escalas de produção elevadas e estruturas de mercado oligopolizadas na economia mundial, em vários setores fundamentais, inclusive o de bens de produção. Daí os problemas enfrentados por economias periféricas quanto à centralização dos capitais necessários, à obtenção de tecnologia, e ao enfrentamento da concentração dos mercados.

A industrialização só se daria, em capitalismo tardio, com concurso do Estado para articulação dos interesses e atração do capital necessário, inclusive o estrangeiro. Mas a industrialização foi "restringida", no Brasil, até a implantação do Plano de Metas, embora houvesse a implantação de algumas empresas de bens de produção – menos de bens de capital e mais de bens intermediários – desde os anos 30.

O desenvolvimento das forças produtivas e a infraestrutura urbana eram insuficientes para implantar a grande indústria de base necessária ao crescimento da capacidade produtiva adiante da própria demanda. Só assim evitaria periódicos estrangulamentos

setoriais. A implantação de um departamento de bens de produção significativo exigia a ocorrência concentrada no tempo de um bloco de investimentos complementares.

Com essa reinterpretação da história econômica brasileira, realizada pela série de teses e dissertações defendidas na UNICAMP e na UFRJ, nos anos 70, houve a revisão da interpretação anterior do processo de substituição de importações. Os determinantes oriundos dos estrangulamentos externos passaram a ser considerados menos relevantes e foi conferido maior peso à dinâmica endógena da acumulação de capital.

O novo aparato teórico reunia os determinantes relativos às formas de concorrência (*microdinâmica*) e às categorias de uso dos bens (*macrodinâmica*) no exame do ciclo iniciado com o Plano de Metas, do desequilíbrio setorial, do processo aí desencadeado, e de como seria difícil manter as altas taxas de crescimento naquelas circunstâncias. Em trabalho posterior, o período de 1966 a 1974 foi analisado com a utilização e o aperfeiçoamento do mesmo instrumental teórico-analítico.

Andrade e Silva (2009) enfatizam os fundamentos teóricos. Para compreender a industrialização no Brasil, privilegiando os aspectos endógenos da acumulação de capital, Tavares vale-se do *princípio da demanda efetiva*. Para ela, as economias não enfrentam problemas do lado da oferta, e sim pelo lado da demanda, quando se caracteriza uma situação de “insuficiência da demanda efetiva”.

Tavares destaca o aspecto crucial da demanda efetiva ser o investimento enquanto instrumento de expansão da capacidade produtiva e da acumulação de capital. Entre as variáveis de gasto é importante também o consumo capitalista, como enfatizado por Michael Kalecki. Ele tem um papel a desempenhar na realização dos lucros no processo de acumulação.

A utilização do esquema de três setores de Kalecki é funcional para explicar a interpretação de Tavares do “crescimento desequilibrado”. Essa ideia tornou-se a base da nova visão da autora sobre a dinâmica cíclica da industrialização brasileira, presente em suas teses de Livre-Docência e Titular, defendidas respectivamente em 1974 e 1978.

Se o crescimento do DI e do DII superar o crescimento do DIII, os lucros por definição superam os salários enquanto custos, mas se ressentem da demanda propiciada pela massa salarial. Resulta em uma expansão da capacidade produtiva em ritmo superior ao do crescimento da produção e da renda corrente.

Isso gera uma queda no grau de utilização da capacidade produtiva. Esta, por sua vez, pode induzir a uma queda na taxa de investimento, implicando em aumento de capacidade ociosa por toda a economia e, por consequência, queda dos lucros.

Quanto ao processo de oligopolização da estrutura industrial, uma tendência de longo prazo, Tavares utiliza como referências microeconômicas:

- i) o oligopólio puro ou concentrado *a la* Steindl e Bain,
- ii) a competição com base em inovações tecnológicas *a la* Schumpeter,
- iii) o oligopólio diferenciado *a la* Sylos-Labini, e
- iv) a articulação oligopólica com hegemonia do capital financeiro *a la* Hilferding.

A partir de sua interpretação da obra de John Maynard Keynes, Tavares ganha convicção quanto à impossibilidade de autorregulação da economia capitalista. A incerteza no horizonte de cálculo capitalista implica em ressaltar o papel determinante e instável do investimento na dinâmica capitalista. Está baseado no princípio da demanda efetiva: variáveis de gasto determinam variáveis de renda.

Se, de um lado, o investimento é a variável estratégica determinante da demanda agregada, de outro, é o principal elemento de instabilidade do capitalismo. Os fatores determinantes do investimento, entre outros, as expectativas dos agentes acerca de um futuro incerto, são incapazes de garantir uma trajetória estável a essa variável.

- *Se crescer demais*, não se pode manter, porque termina por gerar capacidade ociosa, e ela deprime a taxa de rentabilidade do capital, tanto a efetiva como a esperada adiante.

- *Se crescer de menos*, tampouco pode manter-se, porque não gera renda suficiente para comprar a própria produção ampliada.

Com base no princípio da demanda efetiva, Tavares afirma não se sustentar a ideia de “insuficiência de poupança” para explicar as flutuações do investimento. O desenvolvimento do sistema de crédito, ao exercer papel fundamental no financiamento do investimento, faz com a poupança, isto é, a renda não-gasta registrada *ex-post*, não seja determinante para a realização do investimento.

Em sua abordagem, a poupança jamais “determina” o investimento, apenas possui uma equivalência contábil com o mesmo. A relação de determinação causal deve ser entendida a partir do investimento (gasto) para a poupança (renda não-gasta), e não o contrário, como é apresentada convencionalmente.

No financiamento do investimento, os capitalistas não podem contar apenas com suas “poupanças prévias acumuladas”, ou melhor dito, seu estoque líquido de riqueza. Eles precisam também do crédito de sistema financeiro.

Este deve ser capaz de captar o dinheiro disponível das firmas ou das famílias sob forma de investimentos em ativos financeiros. Essas formas de manutenção de riqueza permitem a valorização fictícia do capital por juros compostos. Ele é tanto maior quanto mais desenvolvidas forem as relações financeiras de dada economia.

Somente uma parcela dos ativos financeiros é, de fato, “ativa”. Corresponde à “dívida primária nova”. Ela se destina a financiar o setor produtivo da economia. A remuneração desse capital financeiro é paga com os juros. O setor financeiro apropria de parte do valor agregado na produção. Mas os empréstimos só serão efetivamente amortizados uma vez maturados os investimentos – e se os lucros forem realizados. A dívida, portanto, precede o investimento.

Ainda com base em Keynes, Tavares trata da questão da *crise de crédito*. De acordo com a leitura de Possas (2010) de sua obra, surge quando há queda do investimento e redução dos lucros. Passa a ser difícil remunerar os juros das dívidas primárias. Leva à depressão do capital produtivo.

O grande problema do endividamento, segundo a autora, é o fato de ele preceder a geração da renda e seu componente de lucro. A sustentação dos lucros requer os investimentos produtivos crescerem de modo a multiplicar a “parte ativa do capital”, aquele dinheiro relacionado ao financiamento da produção, do investimento e do consumo.

Se os investimentos declinarem e, por consequência, os lucros esperados não se realizarem, o peso da “parte passiva do capital”, isto é, do endividamento, se eleva proporcionalmente ao retorno. Deprime ainda mais o movimento real do capital produtivo. Nesse sentido, a queda no nível dos investimentos é a explicação, em última instância, da reversão do ciclo.

Na visão de Keynes, de acordo com a leitura de Tavares, a crise decorre não de uma elevação da taxa de juros, em virtude de necessidade de elevação do prêmio para se abandonar a liquidez, dado um aumento da preferência pela liquidez. Nasce sim do colapso da eficiência marginal do capital.

Avaliações pessimistas e a incerteza em relação ao futuro fazem a retomada da confiança nos negócios ser algo de difícil gestão em uma “economia de livre-iniciativa”.

Enquanto as expectativas quanto às resultantes do investimento forem otimistas, o endividamento para a alavancagem financeira da rentabilidade patrimonial sobre o capital próprio continua. Caso elevações na taxa de juros diminuam a rentabilidade esperada, os investimentos declinarão (e com eles a renda multiplicada), tornando-se insuportável a carga da dívida. Então, a crise financeira se manifesta, aumentando *ex-post* a preferência pela liquidez dos agentes.

A elevação do investimento leva ao crescimento do produto. Por sua vez, este levará a crescimentos adicionais do investimento, cujos impactos adicionais só diminuirão conforme diminuir a multiplicação da renda em ajustamento com caráter cíclico.

O *coeficiente da aceleração* é a relação entre variações no investimento provocadas por variações nos gastos dos consumidores. Mas a tragédia capitalista decorre de o investimento crescer aceleradamente à frente da demanda futura prevista.

Gera capacidade produtiva superior à capacidade de consumir toda a renda multiplicada, inclusive pela necessidade de parte dela ser estocada em investimentos financeiros para a aposentadoria e/ou a herança. Então, os gastos não a ocupam plenamente. A capacidade produtiva ociosa deprime o investimento.

Um contínuo aumento de renda pode induzir à elevação do gasto em consumo e daí à maior utilização da capacidade produtiva. Quando a capacidade produtiva se esgota, cria-se incentivo para ser aumentada por meio de novos investimentos.

A dedução é a necessidade de o crédito ao consumo acompanhar o ritmo do crédito ao investimento. A alavancagem financeira não pode correr muito à frente da capacidade de gasto em consumo, seja dos capitalistas, seja dos assalariados, sob o risco de gerar excesso de capacidade produtiva e, em consequência, virar para recessão.

Problema do Financiamento de Empresas Não-Financeiras

Na Era Desenvolvimentista, segundo Bielschowsky (2010), Conceição Tavares dedicou-se a dois grandes temas:

1. o movimento pelo lado real da economia e
2. a natureza do sistema financeiro brasileiro e de seu papel no processo de acumulação no país.

A discussão pelo *lado financeiro* está distribuída em três textos.

O primeiro, publicado em 1967 e intitulado "*Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento: o caso do Brasil*", aborda a influência das mudanças da estrutura produtiva sobre os problemas de financiamento, em especial ao consumo, bem como a funcionalidade e os limites do emprego da inflação como mecanismo de apoio à expansão industrial.

O segundo, publicado em 1971, "*Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro*", examina as características gerais da evolução financeira à luz das reformas feitas em meados de 1960, a acumulação financeira, concentração e centralização de capital no estudo de caso brasileiro.

O terceiro texto corresponde ao capítulo IV de sua tese de Professora Titular, defendida em 1978, intitulado "O sistema financeiro e o ciclo de expansão recente". Analisa o desdobramento do sistema financeiro nacional: sua funcionalidade e suas características estruturais, a evolução do crédito e dos ativos financeiros no ciclo em foco e os mecanismos de criação de *liquidez real* e *liquidez financeira*.

Nessa tese *Ciclo e Crise: o Movimento Recente da Industrialização Brasileira*, defendida em 1978, o primeiro capítulo é essencialmente teórico. Discute a noção (keynesiana) de *poupança*. Contrapõe à poupança *desejada* a poupança *potencial*. Esta é a renda não consumida, registrada *ex-post*, mas dependente da demanda efetiva.

Poupança não importa, o relevante para o investimento é o financiamento. Crédito depende do funcionamento de um sistema financeiro capaz de centralizar recursos e gerar ativos e passivos financeiros.

Há uma valorização contábil "fictícia" de parte do capital aplicado. Em economia avançada, o valor de ativos financeiros chega a superar o valor dos ativos reais.

Após a maturação do investimento, uma parte dessa valorização, correspondente à *dívida primária nova*, teria financiado a economia real e, conseqüentemente, receberia os juros por esta pagos. O restante dos juros compostos, derivados da *circulação financeira*, corresponderia à redistribuição entre os investidores dos lucros obtidos pelo conjunto do capital financeiro.

Tavares chama atenção para o fato de o determinante fundamental dos investimentos ser a eficiência marginal do capital, referente às expectativas, e não um movimento autônomo das taxas de juros. Estas podem subir e não necessariamente inibir o investimento, se as expectativas apontarem aumento ainda maior da eficiência marginal do capital.

Em vez de adotar o fundamentalismo keynesiano, Robilloti (2016) destaca ela preferir o exame dos determinantes do investimento segundo Kalecki e Steindl: grau de endividamento, expectativa de vendas e lucros, grau de ociosidade na capacidade

produtiva, e fatores de desenvolvimento como inovação tecnológica ou demografia.

Como o investimento é também dependente do crédito (e não de “poupança”), na *fase ascendente* do ciclo as empresas se alavancam, e na *fase descendente*, quando os juros são elevados, a carga financeira provoca um colapso das empresas mais débeis, dada a incapacidade de pagar os juros mais elevados quando suas taxas de lucro estão em queda.

Discutido isso no plano abstrato, na prática o sistema financeiro privado brasileiro necessitaria cumprir algumas funções de seus congêneres dos países desenvolvidos:

- i) criar crédito ampliado;
- ii) intermediar a transferência de capital de empréstimo;
- iii) valorizar o capital no circuito financeiro.

As particularidades do sistema financeiro no Brasil passaram a ser examinadas como as origens do problema do financiamento na economia brasileira. Esta ainda era dependente do capital financeiro internacional.

A industrialização tardia brasileira enfrentava os problemas de financiamento de grandes escalas de produção nos setores a serem implantados. O sistema financeiro brasileiro, então constituído por bancos comerciais concessionários de crédito em curto prazo, não estava adequado a cumprir essa tarefa.

Historicamente, o sistema financeiro privado nacional não dá todo o suporte necessário à acumulação de capital produtivo, porque evita financiar projetos de grande porte e longos prazos de maturação. Então, essa função é remetida ao Estado, através de instituições financeiras públicas federais e estaduais, estas antes de suas privatizações nos anos 90.

O Estado não age como fosse um capital financeiro autônomo. A promoção de fusões, aquisições e conglomerações econômico-financeiras não se dá sob seu comando. Não há constituição do capital financeiro como sujeito do processo de centralização do capital.

No sistema financeiro nacional, para Tavares, na leitura de Possas (2001), mais característico é o estabelecimento de duas formas de dinheiro:

- i) de um lado, “dinheiro de pobre”, isto é, papel moeda e depósitos à vista como *meio de circulação*, e
- ii) de outro, “dinheiro de rico”, ou seja, “dinheiro financeiro” ou moeda indexada com correção monetária atuando como instrumento de valorização do capital-dinheiro e cumprindo a função de *reserva de valor*.

Ainda de acordo com a resenha de Possas (2001), ela destaca a criação de espécie de UPC (Unidade Padrão de Capital) com o modo de operação do *open Market* a partir de meados da década de 70. Garantia liquidez e proteção aos aplicadores contra o regime de alta inflação.

Isso se dava com a utilização das cartas de recompra e a zeragem automática do mercado interbancário, realizada pela Autoridade Monetária.

A *ciranda financeira* se estabeleceu com o crescimento da dívida externa propiciando grande entrada de divisas. Havia a conversão dos dólares em moeda nacional e emissão de títulos de dívida pública para esterilização do impacto monetário do balanço de pagamentos.

Logo, a dívida interna cresceu como contrapartida da dívida externa. As mudanças de patamar da inflação ocorreram por ocasião dos choques exógenos (juros, petróleo e câmbio), alterando preços relativos em uma economia indexada.

Andrade e Silva (2009) afirmam o pensamento estruturalista ser fruto de algumas tradições da Economia Política, tanto em sua forma mais “radical” na herança marxista, quanto à sua vertente “reformista” nos enfoques keynesianos, kaleckianos e institucionalistas. Por isso, na obra de Tavares, destaca-se a leitura crítica de grandes pensadores da tradição da Economia Política, com o propósito de compreender a dinâmica dos capitalismo contemporâneos.

Lucro emerge do processo de interações entre os componentes do sistema capitalista, na sua forma completa ou, em linguagem marxista da autora, da “reprodução ampliada do capital”. Por isso, não pode ser deduzido diretamente da mais-valia (ou trabalho não pago), nem contabilizado pelo número de horas do “sobre-trabalho”.

O lucro requer a valorização, ou precificação em termos monetários, das mercadorias produzidas pela força de trabalho em seu uso de meios de produção.

No seu movimento de auto expansão e valorização permanente, o capital termina por encontrar-se “prisioneiro de si mesmo”, isto é, “o dinheiro tentando valorizar o dinheiro”. Esta é a ideia chave para a compreensão de um aspecto central, desenvolvido de forma sistemática ao longo de sua obra: a *lógica financeira* do processo de valorização do capital sobrepondo-se à sua *dimensão produtiva*. Não são lados (real e financeiro) descolados.

O desenvolvimento das instituições financeiras e, por sua vez, a criação de novos instrumentos de dívida (títulos financeiros privados e públicos), ambos tornam possível a valorização contábil “fictícia” do capital. Neste processo, a valorização na *esfera financeira* tende a superar a valorização na *esfera da produção*.

Dos diversos componentes do capital, inclusive das relações de crédito e de inovações financeiras, emergem a possibilidade da “capitalização”. Esta é a valorização contábil do dinheiro pelo dinheiro, seja por juros compostos, seja pela especulação com base em atribuição subjetiva de valores às ações.

Andrade e Silva (2009) afirmam, na visão da Professora, essa capitalização ocorrer em paralelo com a evolução da técnica de tornar “inútil” (ou dispensável) o trabalho produtivo. É um aparente paradoxo: de início, os capitalistas desejam contratar (e explorar) a força do trabalho.

Depois, almejam a dispensar com o propósito de aumentar a produtividade dos empregados restantes. Toda essa exploração visa, em última análise, a acumulação de capital-dinheiro para a autovalorização de si próprio na circulação financeira.

A parte “ativa” do dinheiro entra na circulação de mercadorias, adquirindo força do trabalho, máquinas e matérias-primas. Ela é valorizada ao se vender as mercadorias produzidas, pagar os juros do capital tomado emprestado de terceiros e os demais custos de circulação, se sobrar um lucro alavancado sobre o capital inicial próprio.

Os “limites” à acumulação decorrem do próprio processo de valorização do capital fora produção. Considerando exógenos o esgotamento dos recursos naturais (matérias primas) e a oferta da força de trabalho, são elementos endógenos a esse processo de valorização:

- i) *a acumulação de capacidade ociosa*, devido ao descompasso entre o investimento em cadeia e o escoamento da produção corrente, e
- ii) *a descoordenação entre os capitalistas*, cujas expectativas de rentabilidade são eufóricas, quando tudo vai bem, e são revertidas, bruscamente, para o pânico, quando o endividamento passa a ser considerado excessivo e o risco se torna inaceitável.

A acumulação não esbarra nos salários ou na falta de mão de obra, esbarra em si mesma. O capital é o limite de si mesmo.

A releitura de Tavares da obra de Rudolf Hilferding, *O Capital Financeiro* (1911), propõe uma formulação mais geral do capital financeiro, aquele capaz de transpor fronteiras setoriais, indo além do caso do capitalismo monopolista alemão.

A partir da leitura de *A Evolução do Capitalismo Moderno* (1894) de autoria de John Hobson, Tavares destaca a “classe de financistas”. Surge da associação estratégica entre bancos e empresas para formar a grande corporação norte-americana. Esta detém sob seu controle as atividades estratégicas na virada do século XIX para o XX: minas, siderurgia, petróleo, ferrovias, banco e manufaturas.

A *alavancagem financeira*, via aumento em grande escala do crédito, confere amplo poder à classe de controladores dos bancos. O tamanho e a capacidade de crescimento das grandes corporações

“trustificadas” decorreriam mais da dimensão financeira, na organização do capitalismo monopolista, em vez da inovação tecnológica.

As características gerais do capitalismo, captadas na obra de Tavares por Robilloti (2016), são:

- i) movimento dinâmico não tendente à estagnação,
- ii) falsa oposição entre lucros e salários,
- iii) alta capacidade de inovação,
- iv) dinâmica instável e
- v) tendência à valorização do capital no circuito monetário-financeiro.

No caso da periferia, a autora analisa certas especificidades do desenvolvimento capitalista. Dadas as limitações prévias do sistema financeiro nacional – não sendo capaz de oferecer suporte à concentração e centralização de capital –, os grupos industriais aproveitaram a nova regulamentação das sociedades de capital aberto para consolidar suas posições de grupo econômico.

Embora o capital familiar mantivesse o controle acionário de seus negócios, ao menos até o início dos anos 1980, os grandes grupos industriais passaram a usar o mercado de capitais como alternativa de valorização do capital social das empresas, auferindo rendas patrimoniais. Este fato não só põe em evidência o chamado “círculo vicioso de acumulação improdutiva”, mas também caracteriza o chamado *modo rentista-patrimonialista de acumulação das empresas industriais brasileiras*.

Este *caráter rentista-patrimonialista da acumulação* é o interesse dos grandes grupos nacionais em diversificar o risco, em um contexto de restrições de financiamento. Atuam em vários ramos, inclusive no bancário, de modo a promover a autossuficiência familiar.

É diferente dos casos clássicos de acumulação de capital na Alemanha, no Japão e nos Estados Unidos, onde as empresas visavam maior eficiência produtiva, incorporação de novas tecnologias e ampliação das economias de escala.

Este modelo de acumulação de capital é reflexo do emblemático processo de monopolização no Brasil. É decorrente da própria incapacidade do sistema financeiro nacional de descongelar o capital industrial, de permitir sua mobilização e transferência intersetorial mediante uma fusão de interesses de todas as esferas de acumulação industrial, comercial e financeira, sob a égide desta última.

Na verdade, eu ressalvo haver um impedimento legal, desde a reforma bancária de 1964, de banco emprestar para empresas não-financeiras associadas em mais de 10% do capital. Logo, maior participação acionária levaria à perda da empresa como cliente e impossibilitaria o autofinanciamento do grupo.

Essa medida legal foi adotada, no regime militar, justamente para impedir o autofinanciamento do grupo familiar bancário com recursos de terceiros captados pelo próprio banco. O risco era involuntariamente assumido pelo cliente bancário.

O *modelo rentista-patrimonialista*, portanto, foi levado a cabo pelas empresas nacionais com vistas essencialmente à manutenção das rendas e patrimônio empresariais dos grupos familiares. A acumulação de capital no Brasil pelos grupos nacionais não esteve atrelada à monopolização produtiva da indústria, mas mais ao agronegócio, terras, minas, serviços urbanos, etc.

Há certo desapontamento histórico dos leitores brasileiros do Hilferding porque aqui os conglomerados financeiros não cumpriram a função do capital financeiro, organizado em associação entre o capital bancário e o capital industrial a exemplo do caso alemão e japonês. Ao não almejar mais além de ser capital rentista e patrimonialista, eles não deram competitividade internacional à indústria brasileira.

A principal característica do capitalismo financeiro brasileiro é sua incapacidade de ter desenvolvido um capital financeiro propriamente nacional. Conceição indaga: como se vai construir um mercado de capitais autônomo se é tão mais barato trazer capital estrangeiro?

Atrai-se capital financeiro do exterior para especular em curto prazo e investimento direto estrangeiro para investir na produção. Ocorre no capitalismo tardio brasileiro algo ao contrário da acumulação clássica em países de capitalismo avançado.

A centralização do capital financeiro no Brasil não implicou associação dos capitais industrial e comercial nacionais sob a hegemonia do capital bancário. Não conferiu a este último a possibilidade de promover uma maior centralização do capital em sua forma mais geral, a dos diretos de propriedade. Portanto, *o capital bancário privado nacional não detém o controle em última instância do processo de acumulação no País.*

No entender da autora em foco, todo e qualquer processo de desenvolvimento industrial é impensável sem o desenvolvimento de canais de crédito em longo prazo. Aqui, quando não se apela ao endividamento externo, o BNDES é o responsável por financiamento à infraestrutura e indústria, porém limitado pelo grau de alavancagem financeira de seu capital próprio e pela não disponibilidade de *funding* captado com rede de agências.

Conceição Tavares ficou feliz quando eu aponte *a possibilidade de inclusão de uma "quarta perna" no tripé* apresentado por ela como sustentáculo do financiamento industrial: capital privado nacional, capital privado estrangeiro e capital estatal.

Disse-lhe, em um *capitalismo de Estado neocorporativista*, torna-se possível recorrer ao capital de origem trabalhista, não só em FAT e FGTS, mas também em EFPP (Entidades Fechadas de Previdência Privada), principalmente, nos fundos de pensão patrocinados pelas maiores empresas estatais.

Ela sempre inicia a discussão sobre o capital financeiro pelo investimento ou, mais especificamente, pelos *mecanismos de financiamento do investimento* – daí extrai o conceito de *capital financeiro*. O capital financeiro surge da multiplicação das relações de débito e crédito através da transformação contábil entre ativos e passivos financeiros.

Os ativos financeiros dão suporte à chamada "valorização fictícia" na tradição marxista de leitura da Teoria do Valor-Trabalho focada no capital produtivo. Tavares (1978) chama atenção para a tendência de os ativos financeiros superarem o valor dos ativos produtivos.

Eu não sou partidário de considerar os elementos financeiros como “fictícios” na acumulação de capital. São “fictícios” em razão de não gerar empregos?!

Ora, o sistema financeiro multiplica mais emprego assalariado em relação a diversas indústrias. O capital classificado como “improdutivo” é apenas para diferenciar sua circulação fora da órbita da produção – e não para o avaliar como “inútil”, muito antes pelo contrário. Ambas órbitas são componentes interagentes e resultam na emergência do complexo sistema capitalista.

Andrade e Silva (2009) resenham também Tavares e Belluzzo (1986). Eles mostram como os efeitos desestabilizadores das taxas de câmbio flutuantes e de juros voláteis tornaram limitado o *modelo de fix-prices* de Hicks para explicar o comportamento dos preços.

A estabilidade tanto dos preços embutidos nos contratos de oferta para o suprimento de matérias-primas estratégicas (importadas e exportadas), como dos contratos de dívida, fica comprometida com a flexibilidade do regime cambial e a volatilidade da fixação de juros.

Esses contratos passaram a ser reajustados em períodos de tempo mais curtos. O horizonte temporal para o cálculo prospectivo capitalista tornou-se, portanto, mais incerto e os preços de produção, antes de natureza *fix-prices*, passaram a ser *flex-prices*. Eram elevados como forma de antecipar uma possível queda na rentabilidade do capital.

Como consequência, as *margens desejadas de lucro* já não mais representavam um *mark-up* estável sobre os custos primários, tornando-se uma “*margem incerta de cálculo*”. Com as frequentes desvalorizações cambiais, estas margens apresentavam tendência ascendente, pois incorporavam as sucessivas reavaliações de estoques e a carga reajustável da dívida externa por meio de contratos repactuados com juros de mercado.

Este aumento da incerteza tornou mais problemático a estimativa do preço de oferta dos novos bens de capital. Afetou, de forma adversa, o cálculo da eficiência marginal do capital. Os mesmos fatores desestimulantes das decisões de investimento aumentavam a preferência pela liquidez.

Sem demanda por crédito, aprisionava montantes crescentes de liquidez à circulação financeira. Então é restringida a liquidez necessária à circulação industrial. Esta restrição de liquidez real mais a instabilidade das taxas de juros inviabilizavam o investimento produtivo – e não os níveis absolutos dessas taxas.

Assim, ao mostrar as limitações do modelo keynesiano de determinação normal de preços na nova conjuntura econômica mundial dos anos 70-80, Tavares não rompeu com as ideias inspiradas em Keynes. Ao contrário, utilizou-as não para descartá-las, mas para fornecer uma interpretação mais geral da dinâmica da inflação, válida também para os contextos de maior instabilidade e incerteza. Constituiu, portanto, um aporte analítico, atualizado e inovador.

Tavares & Belluzzo (1986), de acordo com a resenha de Possas (2001), explicaram *a aceleração da inflação* em contraponto à visão de *inflação inercial*. Em vez do conflito distributivo amortecido neste “modelo da gangorra”, alternando a reposição do pico prévio de renda real por empregados e empregadores, eles destacaram o papel das expectativas especulativas quanto à taxa de inflação e à taxa de câmbio na formação de preço com margem de lucro variável por segurança na reposição dos estoques.

Antecipava a esperada inflação futura. Apresentaram uma abordagem integrada entre moeda, finanças e economia produtiva.

Geoeconomia e Geopolítica Internacional: Retomada da Hegemonia Norte-americana

Segundo Possas (2001), o ensaio *Retomada da Hegemonia Norte-americana* (Tavares, 1985) demarca sua entrada no debate sobre “Poder e Dinheiro” na economia mundial. Os Estados Unidos estavam perdendo vigor na liderança tecnológica com déficit comercial. Tinham se tornado um país devedor do resto do mundo.

Porém, sendo o país emissor da moeda mundial e tendo domínio bélico, além de gerar o maior PIB mundial, era de fato o “senhor do dinheiro e da guerra”. Conseguiu a imposição de seus interesses ao resto do mundo.

Mas uma hegemonia não é apenas bélica e econômica, mas também política e ideológica. Os formadores de opinião especializada racionalizam a visão dominante como “a única possível”. Havia servidão voluntária ao Consenso de Washington por parte dos tecnocratas lá formados.

O dólar era uma moeda enfraquecida até 1979 quando foi dado o primeiro passo da retomada da hegemonia norte-americana com a elevação dos juros por Paul Volcker, presidente do Federal Reserve. A imposição de dólar forte ao resto do mundo enfrentou a oposição em vão do FMI e da maioria dos países membros.

O aumento sem precedentes da taxa de juros norte-americana até 22% ao ano provocou uma recessão mundial e a quebra de empresas e bancos, inclusive norte-americanos. Mas o império conseguiu a retomada do controle sobre bancos em seu território – e no resto do mundo.

As consequências sistêmicas mundiais (com assimetrias em inclusão/exclusão) foram:

- i) barreira à Alemanha e ao Japão como potências econômicas emergentes;
- ii) crise da dívida externa de países periféricos endividados durante a reciclagem dos petrodólares;
- iii) atração dos grandes bancos internacionais para o financiamento do déficit fiscal norte-americano através da compra de títulos de dívida pública.

Todas as demais economias, forçosamente, se alinharam aos interesses dos Estados Unidos. Suas políticas monetária e de taxas de juros, fiscal e de câmbio foram adequadas à diretriz norte-americana, devido à dolarização generalizada do sistema de crédito.

Após algum tempo, o dólar voltou a se depreciar e a economia norte-americana a crescer, mas o movimento de alinhamento e submissão de parceiros já havia sido feito.

O processo de crescimento na Era Neoliberal da Globalização Financeira tem *caráter concentrador*, baseado em regime de acumulação caracterizado por três aspectos:

- i) *acirramento da concorrência*: mercado pela destruição e transferências locacionais das atividades produtivas, com rápidas mudanças das vantagens comparativas dinâmicas;
- ii) *concentração de capitais*: aumento da importância de fusões e aquisições;
- iii) *centralização de capital no plano mundial*: direcionamento dos fluxos de capital financeiro e da disponibilidade de liquidez sujeitos a uma lógica financeira unificada.

Andrade e Silva (2009) destacam a internacionalização do capital, de acordo com Tavares, conferir um papel especial ao Estado Nacional. Passa a ser o agente articulador dos interesses dos capitalistas locais e os da empresa multinacional, buscando defender os primeiros e garantir a reprodução ampliada do capital internacional.

Robilloti (2016) discute o conceito de *padrão de acumulação* adotado por Conceição Tavares. Defende o termo se referir a um estágio de desenvolvimento capitalista, mas também ser uma construção teórica. Permite combinar três eixos de análise:

- i) a estrutura industrial,
- ii) a dinâmica de crescimento industrial, e
- iii) a forma de concorrência intercapitalista.

Todas elas são rediscutidas sob outra roupagem, através das *estruturas de oligopólios*, relacionadas às *estruturas de mercado*: os oligopólios competitivos, concentrados e diferenciados-concentrados, bem como a conglomeração financeira.

O padrão de acumulação é analisado a partir da mesma construção teórica dos autores inspiradores, porém com uma adequação fundamental por parte Tavares, na leitura de Robilloti (2016): não é possível pensar o capitalismo periférico fora dos marcos da expansão capitalista global. Entretanto, isto não significa – como os cepalinos destacavam – os *fatores externos* serem os determinantes exclusivos da dinâmica capitalista na periferia.

Vale recorrer à expressão “em última instância”, se “em primeira instância” destaca-se o papel do Estado nacional?

A reboque do Estado estava a burguesia ainda nacional com um papel secundário na fase avançada do capitalismo globalizado. Posteriormente, iria se associar de maneira subordinada aos interesses estrangeiros.

Quanto à insuficiência do progresso técnico na periferia – expressão última da dependência tecnológica –, Tavares procura ressaltar não a ânsia de aquisição no centro de bens na fronteira tecnológica, como faziam os cepalinos, mas sim a orientação da estrutura produtiva sobre a demanda de importação.

Capítulo 3. Dos Discípulos à Professora: Atualidade do Pensamento de Maria da Conceição Tavares³

Apresento neste capítulo breves sumários de estudos de seus discípulos sobre os temas tratados pela Professora: o impacto da crise atual sobre o balanço comercial, o desempenho das empresas não-financeiras, a evolução recente dos empréstimos às empresas por porte, o atual contexto internacional. Todo esse levantamento terá como fim a caracterização da atual economia brasileira. Como “pano-de-fundo” está sempre o problema da distribuição de renda do trabalho e acumulação financeira de pessoa física, cujo tratamento está nas considerações finais.

Balanço Comercial por Intensidade Tecnológica

Estudos do IEDI (Instituto de Estudos de Desenvolvimento Industrial nos permitem ter uma visão das mudanças na estrutura de importações e exportações brasileiras. Júlio Sérgio Gomes de Almeida, meu ex-colega e discípulo da nossa Professora, imprime sua metodologia nesses estudos.

Em IEDI (fev 2016), afirma o ajuste anual do déficit externo em 2002 ter sido muito mais intenso: -1,6% do PIB contra -4,2% em 2001. Já na passagem de 2014 para 2015, a queda foi mais tímida, de -4,3% para -3,3%. Porém, visto este último em um processo trienal, o saldo em transações correntes / PIB atingiu -0,5%.

Em termos nominais, em 2017, o déficit foi US\$ 9,8 bilhões. Isso após atingir um déficit de US\$ 104,2 bilhões no fim de 2014. A despeito da vigência do mesmo regime de câmbio flutuante, adotado em janeiro de 1999, o ajuste externo pode estar associado a vários fatores.

O primeiro a ser considerado é a *conjuntura externa*. Nos dois momentos, a situação macroeconômica internacional foi relativamente semelhante, caracterizada pela desaceleração do

³ Publicado originalmente como Texto para Discussão do IE-UNICAMP 348 sob o título “Dos discípulos à Mestra – Atualidade do pensamento de Conceição Tavares”. Setembro 2018.

crescimento e pela evolução adversa dos preços das *commodities*. Ajuda pouco, então, a explicar a diferença de magnitude dos ajustes

O segundo fator é o *desempenho macroeconômico doméstico*. Como ensinam os modelos de macroeconomia aberta, as variáveis relevantes são a *taxa de câmbio real efetiva* e a *atividade econômica*. Nos dois períodos, a trajetória cambial foi favorável ao ajuste externo. Contudo, em 2001/2002, a *depreciação cambial* foi mais expressiva do que em 2014/2015.

Em outros termos, a mudança de preços relativos desponta como um importante fator explicativo do ajuste externo nos dois momentos, bem como da sua maior intensidade em 2001/2002.

Já o *desempenho da atividade econômica* foi muito pior em 2014/2015 em comparação a 2001/2002. Isto apontaria para um ajuste mais forte no período mais recente, porque a grande depressão (-7,2% no biênio 2015-16) se alongou para o ano seguinte.

Esses dados sugerem, para o IEDI, os *fatores conjunturais*, externos e internos, não serem suficientes para explicar o ajuste relativamente mais suave ocorrido em 2015. *Fatores de natureza estrutural* podem estar por detrás da menor queda do indicador BTC/PIB no período golpista.

Dentre estes fatores estruturais se destaca a *perda de densidade da cadeia industrial doméstica*. Ampliou ainda mais a assimetria entre as pautas exportadora e importadora.

Nos anos anteriores, houve importante elevação da participação dos produtos manufaturados (especialmente de maior conteúdo tecnológico) nas importações brasileiras ao mesmo tempo tendo se verificado uma piora da pauta exportadora.

Como destacado pelo IEDI, a participação dos produtos manufaturados no total exportado regrediu de 53% para 34% entre 2005 e 2014. As exportações brasileiras recuaram do 41º lugar para a 51ª posição no ranking mundial da complexidade entre 2004 e 2014.

“Em função dessa nova composição da pauta de comércio exterior é bem provável terem se alterado as sensibilidades das

exportações e importações em relação às variações da taxa de câmbio, do crescimento doméstico e da demanda externa. Além disso, a estrutura das demais subcontas das transações correntes também respondem às variações cambiais e do nível de atividades. Ela sofreu alterações entre os dois momentos considerados, influenciando a intensidade do ajuste das transações correntes” (IEDI; 2016: 3).

O ajuste recente mais perverso, ancorado na redução tanto das compras como das vendas externas e consequente forte queda (-1/5) do fluxo corrente de comércio, resultou da *combinação dos fatores conjunturais e estruturais* mencionados. A menor participação dos produtos manufaturados nas exportações ampliou o impacto da queda dos preços das *commodities* sobre o valor exportado e reduziu a elasticidade das quantidades exportadas às variações tanto da demanda externa como do nível de atividade doméstico e da taxa de câmbio.

No âmbito da subconta de serviços, a redução do déficit foi expressiva (quase $\frac{1}{4}$). Os dois principais responsáveis por essa trajetória tiveram contribuições opostas para o ajuste.

Por um lado, as “viagens internacionais” aumentaram a elasticidade desta subconta a depreciações da moeda doméstica, pois esse tipo de gasto é muito sensível e reage rapidamente às variações cambiais. Por outro lado, a maior relevância do item “aluguel de equipamentos” atuou no sentido contrário.

Por sua vez, o déficit da subconta “Renda primária de investimentos” não apenas diminuiu quase $\frac{1}{5}$, como também teve sua composição alterada devido às mudanças na estrutura do passivo externo líquido: o aumento da participação dos estoques de investimento direto e em carteira no país e a redução da dívida externa. Com isso, as rendas denominadas em reais passaram a superar as rendas denominadas em dólares.

Isto tornou essa subconta mais sensível às variações do PIB e da taxa de câmbio. Enquanto as remessas de lucros e dividendos foram negativamente afetadas pela recessão, bem como pela alta do preço do dólar, as remessas dos juros dos títulos negociados no mercado doméstico foram desestimuladas por essa alta, ou seja, pela depreciação cambial.

Percebe-se um grau de complexidade no desempenho do balanço de pagamentos brasileiro bem superior em relação ao da fase de industrialização nascente, analisado em *"Auge e Declínio do Processo de Substituição de Importações no Brasil"* por Conceição Tavares (1963).

Há, atualmente, muito mais componentes interagindo para a obtenção do saldo externo. E produtos industriais antes aqui produzidos passaram a ser importados. Por isso, denomino-o de *Processo de Dessubstituição de Importações no Brasil*.

As diversificações tanto da pauta de exportação quanto de importação podem ser observadas em análises periódicas do IEDI. Trata mais apuradamente o desempenho do balanço comercial para bens típicos da indústria de transformação considerando a classificação de suas atividades por intensidade tecnológica adotada pela OCDE. São quatro faixas da indústria de transformação: de alta intensidade, de média-alta, média-baixa e de baixa intensidade tecnológica. A tabulação abaixo descreve tais faixas nos moldes da OCDE.

Indústria de Transformação - Classificação por Intensidade Tecnológica

Produtos da indústria de transformação	Código CIU, rev. 3
Indústria de alta tecnologia	
Aeronáutica e aeroespacial	353
Farmacêutica	2423
Material de escritório e informática	30
Equipamentos de rádio, TV e comunicação	32
Instrumentos médicos de ótica e precisão	33
Indústria de média-alta tecnologia	
Máquinas e equipamentos elétricos n. e.	31
Veículos automotores, reboques e semi-reboques	34
Produtos químicos, excl. farmacêuticos	24 excl. 2423
Equipamentos para ferrovia e material de transporte n. e.	352 + 359
Máquinas e equipamentos mecânicos n. e.	29
Indústria de média-baixa tecnologia	
Construção e reparação naval	351
Borracha e produtos plásticos	25
Carvão, produtos de petróleo refinado e combustível nuclear	23
Outros produtos minerais não-metálicos	26
Produtos metálicos	27-28
Indústria de baixa tecnologia	
Produtos manufaturados n.e. e bens reciclados	36-37
Madeira e seus produtos, papel e celulose	20-22
Alimentos, bebidas e tabaco	15-16
Têxteis, couro e calçados	17-19

Empregando essa classificação dos ramos industriais por intensidade tecnológica, segundo a metodologia da OCDE, merecem destaque alguns aspectos do desempenho recente do comércio exterior da indústria de transformação. Agora, referem-se tanto à exportação quanto à importação de cada indústria.

A *indústria de alta intensidade tecnológica* registra déficit mesmo com as exportações crescendo. Exportações dos produtos da indústria aeronáutica reforçam seu costumeiro superávit. Não sendo isso, o déficit da alta intensidade avança ainda mais. Todos seus demais componentes (complexo eletroeletrônico e indústria farmacêutica) ampliam fortemente seus déficits em função de avanços consideráveis em suas importações.

A *faixa de média-alta intensidade*, cujo saldo é tradicionalmente negativo, assim como a da alta intensidade, tem seu déficit elevado quando suas exportações, a despeito do ritmo bom de crescimento, seguem em desaceleração, enquanto suas importações crescem. A maioria dos seus segmentos, como veículos automotores, reboques e semi-reboques, máquinas e equipamentos elétricos e produtos químicos aumentam suas exportações, mas de modo menos acentuado. Do lado das importações, todos apresentam crescimento, com destaque para a aceleração de veículos e máquinas e equipamentos elétricos e mecânicos.

A *indústria de média-baixa intensidade tecnológica*, por sua vez, oscila entre superávit e déficit. Melhora expressiva decorre do incremento em suas exportações, em grande medida, devido à exportação contábil de plataforma de petróleo. Contrapõem ao crescimento de suas importações. Tais números refletem dois principais segmentos: derivados do petróleo, combustíveis e afins. A economia brasileira está em transição para se tornar "economia de petróleo". Nesse grau de intensidade tecnológica, produtos metálicos logram pequeno superávit.

Quanto à *indústria de baixa intensidade tecnológica*, o costume é registrar o maior superávit dentre as quatro faixas. Os destaques nas vendas externas são a alta expressiva de madeira, papel e celulose e o declínio de alimentos, bebidas e tabaco. Pelo lado das importações, nota-se crescimento expressivo de tecidos, couro e calçados.

O *Atlas da Complexidade*, atualizado anualmente, foi elaborado pelos economistas Ricardo Hausman e César Hidalgo, respectivamente da Universidade de Harvard e do Instituto Tecnológico de Massachusetts (MIT) dos Estados Unidos. Partem da hipótese de *a complexidade das exportações ser determinante para o crescimento econômico de longo prazo dos países*.

Isso se explica porque existem conjuntos de produtos no núcleo do tecido produtivo que são mais essenciais para dinamizar outras atividades produtivas, por conta de seus *efeitos de encadeamento e transbordamento*:

- sejam *de oferta*, porque reduzem custos produtivos e geram progresso técnico;
- sejam *de demanda*, porque criam e expandem mercados.

A Carta IEDI de janeiro de 2016 resume e comenta, com ênfase no Brasil, o *Atlas da Complexidade de 2014*. Alguns setores produtivos estabelecem mais conexões com o restante das atividades econômicas.

Neste grupo estão, principalmente, máquinas, materiais para construção, químicos e produtos relacionados à saúde e vestuário. Já petróleo cru, algodão, arroz e soja tendem a ter menor conectividade e complexidade. Petróleo refinado, em contrapartida, é um dos produtos mais complexos.

Então, exportar recursos naturais não significa necessariamente uma baixa capacidade tecnológica. Sua transformação produtiva pode, na verdade, gerar bens de alto valor agregado.

O indicador de complexidade criado pelos autores considera as dimensões da diversificação e da ubiquidade. A *diversificação* é tomada em termos da quantidade de produtos exportados por um país, enquanto a *ubiquidade* é avaliada pela quantidade de países exportadores de cada produto.

Quanto *maior a variedade* de bens um país conseguir exportar e quanto *mais exclusivos* forem seus produtos exportados, maior a complexidade econômica. Logo, a complexidade econômica é maior quanto menos ubíquos e mais diversificados os produtos exportados.

No quesito *complexidade*, o Brasil vai de mal a pior. Em 2004, as exportações brasileiras ocupavam o 41º lugar no ranking mundial da complexidade. Em 2014 caíram para a 51ª posição, atrás de diversos países em desenvolvimento, como México, Uruguai, El Salvador e Costa Rica.

Este ranking de 2014 incluía 123 países. O líder era o Japão, seguido por Alemanha, Suíça, Coreia do Sul, Suécia, Áustria, República Tcheca, Finlândia, Hungria e Eslovênia. Esses últimos países em desenvolvimento, fazem parte dos *esquemas regionais de integração intra-industrial*, recebendo investimentos preferenciais de Alemanha, EUA e Japão.

Os vinte países mais complexos incluem economias de alta renda e alguns poucos de renda média, como Eslováquia ou México, para onde houve *realocação da produção relacionada às cadeias produtivas*, respectivamente, da União Europeia e do NAFTA.

Contudo, há exceções, isto é, países ricos ausentes entre os mais complexos, devido à baixa diversidade de suas pautas de exportação, como Noruega (31ª), Emirados Árabes (63ª) e Austrália (79ª). Mas sem dúvida, da 80ª posição em diante, ou seja, os países menos complexos do ranking, são de baixa renda.

Portanto, pode-se traçar *uma nova divisão centro/periferia baseada na complexidade das exportações*, embora não haja uma perfeita correlação positiva com a qualidade de vida e padrão de renda dos países.

A queda do Brasil no ranking da complexidade das exportações entre 2004 e 2014 se deve à *deterioração da pauta*, cada vez mais concentrada em produtos minerais (27% em 2014), produtos vegetais (17%) e alimentos (12%). Dentre os gêneros industriais destacam-se equipamentos de transporte (7%), máquinas/elétricos (6%), produtos de metal (6%) e químicos e relacionados (5%).

Por outro lado, *as importações brasileiras são compostas de itens industriais mais complexos* como máquinas/elétricos (25%), produtos minerais (21%), químicos e relacionados (16%) e equipamentos de transporte (11%).

Os vinte produtos mais complexos somados responderam a míseros 0,2% das exportações brasileiras em 2014. Na lista deles há alguns itens das seções de química, instrumentos, máquinas, metais.

Os produtos líderes no ranking foram material fotográfico/exposto/ revelado, equipamento de laboratório fotográfico, vidro soprado, maquinário para têxteis artificiais e dispositivos de cristal líquido. Somente na 148ª posição do ranking é que se encontra um bem cujas exportações excederam US\$ 1 bilhão.

A diversidade de produção e exportação de bens no Brasil é alta. Todavia, os bens mais complexos estão longe de ser os mais importantes da pauta comercial brasileira. Ao contrário, observa-se a tendência de maior parcela de itens de baixíssima complexidade.

Mudanças relevantes foram observadas em 2015 em relação a 2012, como, por exemplo, o aumento da participação de produtos do setor de *outros equipamentos de transporte* nas exportações brasileiras. Passou de somente 0,3% em 2012 – mesmo patamar de 2008 – para 20,4% em 2015. Esse resultado favorável decorre das vendas externas de aeronaves da Embraer. Certamente, elas se beneficiaram do ganho de competitividade associado à depreciação da moeda brasileira.

O enfraquecimento da posição comercial do Brasil é uma ameaça ao futuro da sua trajetória de desenvolvimento. Cada vez mais suas cadeias produtivas estão sendo corroídas, perdendo elos sofisticados. Desse modo, suas exportações estão se especializando em atividades menos conectadas e menos complexas.

A conclusão geral desta análise do IEDI é, se o Brasil não voltar a praticar políticas industriais e macroeconômicas corretas em prol do reerguimento industrial e do fomento às exportações mais complexas, *ficará comprometida a capacidade de crescimento de sua economia.*

Uma reflexão a ser feita por economistas social-desenvolvimentistas é se já não é mais oportuna a defesa desse *protecionismo industrialista*. Os estudiosos de Economia como um Sistema Complexo defendem, hoje, no século XXI, concessão de incentivos ao Ensino Superior público e gratuito e às instituições de

pesquisa básica, ambos buscando excelência para o País ingressar na Quarta Revolução Tecnológica.

Em decorrência, elevar-se-á o poder de barganha dos trabalhadores especializados de modo a reivindicar conquistas para toda a cidadania.

Por exemplo, para não concentrar os ganhos de produtividade com a automação robótica apenas nas mãos dos acionistas, a bandeira-de-luta universal deveria ser, em troca do aumento da idade mínima para aposentadoria aos 65 anos, diminuir a jornada de trabalho semanal para quatro dias úteis de nove horas cada, substituindo trabalho *alienante* por trabalho *criativo*. Com isso repartiria melhor os frutos da elevação da produtividade com a 4ª. Revolução Industrial.

Uma política industrial para o século XXI seria focalizada em investimentos em capital humano, educação voltada para tecnologia, *know-how tácito* e conhecimento produtivo, investimento público em sistema nacional de inovações. Esse seria o modo de construir a complexidade capaz de elevar o poder de barganha de trabalhadores mais especializados e criar as instituições propícias à luta pela diminuição da desigualdade social.

Ciclo e Crise: Movimento Recente da Economia Brasileira

Discípulos da Professora Conceição Tavares, organizados por Carneiro, Baltar e Sarti (2018), publicaram livro digital com análise do movimento recente da economia brasileira: *Para Além da Política Econômica*.

Em sua reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff, Carneiro (2018) parte de certo princípio: “a política econômica e sua operacionalização são condicionadas por um contexto mais amplo no qual, além das relações de classe, há no âmbito econômico aspectos estruturais e cíclicos conformando um pano de fundo sob o qual as decisões são tomadas”.

Assim, sua *tese metodológica* é a seguinte: “a trajetória da economia brasileira durante o período 2011-2016 só pode ser explicada a partir da interação destes três elementos: o estrutural, o

cíclico e a política econômica". Com isto, recusa duas famílias de interpretações sobre o período:

- i) as de *inspiração heterodoxa*, para as quais a razão principal do fracasso foi a contração da demanda agregada, em particular a do gasto público, e
- ii) as de *inspiração ortodoxa*, para as quais o crescimento excessivo dos salários e o esmagamento das margens de lucro das empresas teriam sido os determinantes da contração do investimento e da crise ulterior.

O arrefecimento do ciclo de 2003-2010 impunha a necessidade de se buscar um novo modelo de crescimento para superar os limites do padrão anterior. Para tanto, a escolha recaiu na diversificação da estrutura produtiva para reverter a especialização regressiva e na ampliação da infraestrutura, em parte utilizada além de sua capacidade, em parte sucateada por anos de baixo investimento. A força motriz principal seria, nesse caso, o *investimento autônomo*, privado e público, apoiado diretamente por ações do Estado.

A *distinção entre investimento autônomo e induzido* é crucial para compreender o caráter do novo modelo de crescimento necessário para substituir o anterior, no qual o estímulo oriundo das *exportações* e do *consumo* comandara o crescimento. O esgotamento do dinamismo exigia se passar a um novo padrão de investimento para o qual havia um conjunto de obstáculos.

Do ponto de vista da indústria, a demanda preexistente não o justificava integralmente, em razão das escalas de produção elevadas. Quanto às tecnologias, elas não estavam imediatamente disponíveis. No âmbito da infraestrutura, os riscos eram de natureza diversa: de construção, ambiental e iliquidez.

Que tipo de arranjo político demandaria esse novo modelo? Na opinião de Carneiro (2018), não aquele da *ampla conciliação das classes* observado nos governos Lula, durante os quais, por circunstâncias particulares, foi possível acomodar muitos interesses. Fazer escolhas e definir claramente os segmentos integrantes de uma *aliança interclassista* era crucial.

Segundo Singer (2105), um dos principais problemas dos governos Dilma foi o de ampliar o espectro de conflitos, mas ao mesmo tempo sem definir claramente o perfil das alianças e sem aprofundar o apoio das classes populares. A tese, segundo Carneiro (2018), destaca pontos importantes, mas necessita ser qualificada.

O fato de as alianças propostas não lograrem êxito não autoriza pensar não haver uma proposta para elas ou de como fortalecê-las. Da perspectiva dos grupos dominantes, o modelo excluía o capital financeiro e suas ramificações cosmopolitas, mas pretendia apoiar-se nos industriais e nas grandes construtoras, pois se tratava, afinal, de reindustrializar o país e ampliar sua infraestrutura.

Além delas, enfatizavam-se a nova classe média e os trabalhadores, ampliando-se o espectro das políticas sociais e dando menor importância à classe média tradicional. Definiu-se também um maior protagonismo do Estado e de suas burocracias, por meio dos seus bancos públicos, em especial o BNDES, e também da Petrobras, principal instrumento da nova política industrial.

Diante desses atributos, duas interpretações polares sobre o fracasso se colocam:

- i) ou de fato a operacionalização da política econômica foi muito ruim,
- ii) ou o projeto tinha pouca sustentação nas classes sociais e grupos de interesse.

Este trabalho de Carneiro (2018) parte da hipótese de ambos os fatores pesarem na explicação do malogro do experimento desenvolvimentista.

De acordo com sua tese, o fracasso do experimento desenvolvimentista posto em prática no governo Dilma Rousseff só poderia ser compreendido pela interação de fatores de três ordens: *estruturais, cíclicos e de política econômica*. Logo, os acertos e equívocos da política econômica teriam de levar em conta os condicionantes postos pela *inserção brasileira na economia globalizada* e pela *desaceleração cíclica*.

Sobre o *plano estrutural*, dada a elevada abertura financeira da economia brasileira, Carneiro (2018) ressalta a relevância do *ciclo de*

liquidez global como condicionante do ciclo doméstico, via preços de ativos e expansão do crédito, em moeda estrangeira e mesmo em moeda local. Essa influência foi exacerbada e mais instabilizada por conta das *políticas de combate à crise nos países centrais*.

Na *dimensão produtiva*, a formação das cadeias globais de valor e a inserção assimétrica do Brasil reduziram o papel do investimento nas fases de aceleração do ciclo. Isso também foi intensificado por conta do aparecimento da *capacidade ociosa generalizada na Ásia, em particular na China*, e na decisão de investimento daí decorrente, deteriorando as expectativas de lucratividade.

No *âmbito do ciclo*, o aspecto principal foi o esgotamento do dinamismo advindo da expansão do consumo:

- i) por conta dos *limites à melhoria da distribuição da renda* advinda dos instrumentos utilizados – aumento do salário mínimo e transferências públicas, sem mudanças tributárias significativas –,
- ii) pela impossibilidade de se ampliar o crédito no ritmo anterior.

Deduz ter sido *necessário mudar o modelo de crescimento*, se não completamente, ao menos de forma a agregar novas fontes de dinamismo. A busca da diversificação da matriz industrial e a ampliação da infraestrutura, bem como a exploração do pré-sal, constituíram as prioridades escolhidas.

Diante dos constrangimentos apontados, os desafios da política econômica eram imensos. Eles exigiam desde logo uma nova coalizão social capaz de dar suporte ao projeto.

Porém, a proposta desenvolvimentista fundada, de um lado, no fortalecimento e diversificação produtiva e dos setores empresariais nacionais e, de outro, em políticas ativas do Estado e no aumento do seu protagonismo, não encontrou apoio suficiente na sociedade.

A conclusão de Carneiro (2018) é fatal: “não há mais, *tout court*, Estado desenvolvimentista no Brasil e muito menos uma classe empresarial cujos interesses estejam atrelados ao destino do país”.

O fracasso do experimento desenvolvimentista sugere uma *financeirização e internacionalização* elevada dos segmentos produtivos.

Por sua vez, uma parcela muito expressiva da sociedade, em particular a classe média, tem um *perfil de consumo predominantemente globalizado*. Ela define seus apoios e preferências políticas de forma muito pragmática e baseada em critérios de curto prazo.

Alguns *equivocos na operação da política econômica* do governo Dilma Rousseff devem ser registrados, os quais terminaram por agravar o quadro apontado:

- i) baixa capacidade de negociação dentro e fora da coalizão;
- ii) mudanças frequentes e incertas no manejo dos preços macroeconômicos;
- iii) incapacidade de deslanchar uma ampliação da infraestrutura;
- iv) uso inadequado de dois instrumentos poderosos como o BNDES e a Petrobras contribuiu para a perda de sentido estratégico das propostas.

O “estelionato eleitoral” de 2015, com a escolha de ministro da Fazenda para implementar programa neoliberal de ajuste fiscal e choque tarifário, também colaborou para deixar a impressão de os equivocados de política econômica terem sido os únicos responsáveis pelo fracasso desse experimento desenvolvimentista. Mas, como Carneiro (2018) procurou demonstrar, essa é uma visão incompleta e superficial.

André Biancarelli, Renato Rosa e Rodrigo Vergnhanini, membros da nova geração de professores e pesquisadores do IE-UNICAMP, também tributária dos ensinamentos da Professora, analisam o setor externo no governo Dilma e seu papel na crise atual.

Em 2016, os golpistas disseminaram a percepção de o Brasil viver “a maior recessão de sua história”, superando em intensidade e duração as crises do início dos anos 1930, 1980 e 1990. Com exceção desta última, as grandes contrações brasileiras sempre tiveram

vínculos imediatos com dificuldades oriundas do setor externo de sua economia.

A trajetória recente apresenta um quadro à primeira vista bastante usual nesse aspecto: forte deterioração dos resultados em conta corrente quando um período de bonança global se reverte de maneira brusca, com maxidesvalorização da moeda nacional e recessão. Mas, o ponto destacado pelos autores é dessa vez não ter marcado presença no roteiro um personagem central em todos os episódios do tipo: a tão conhecida “*escassez de divisas*” – nem antes, nem durante o colapso do experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff (2011-2015).

A hipótese de fundo, testada por eles, é a seguinte:

“por conta de uma série de mudanças ao longo da última década, não se encontrarão nos canais tradicionais as formas de influência da economia global sobre a doméstica, mas sim em relações mais indiretas (e estruturais). Se por um lado não houve urgência nem ‘crise cambial’, por outro *as formas de atrelamento da produção e das finanças domésticas ao ciclo internacional* parecem bem mais profundas do que anteriormente. O que sinaliza dificuldades até maiores, não contornadas (ou contornáveis) por meio apenas da redução da absorção interna e aumento da competitividade com desvalorização da moeda nacional”.

Segundo Biancarelli, Rosa e Vergnhanini (2018), a “nova realidade” do setor externo brasileiro pode ser resumida em quatro conclusões.

Em primeiro lugar, o cenário internacional enfrentado nessa gestão foi, em quase todo o primeiro mandato, marcado por um ambiente relativamente favorável no que se refere aos preços de *commodities* e ao ciclo de liquidez, exceto a partir de meados do último ano.

Em segundo lugar, o comportamento da conta corrente brasileira sofre as consequências do cenário internacional e da conjuntura macroeconômica doméstica, mas também de processos de regressão estrutural mais antigos.

Em terceiro lugar, refletindo a “nova realidade”, foi possível ao país financiar seus déficits nas diferentes conjunturas externas. Por fim, a quarta conclusão se refere aos estoques, particularmente de *passivos externos*.

Eles também revelam novidades positivas para a histórica vulnerabilidade brasileira: grande parte dos compromissos está denominada em moeda nacional e/ou se refere a dívidas intraempresas. Essa proteção tem efeitos muito favoráveis sobre o risco de uma insolvência soberana.

A forte elevação do endividamento externo recente parece ser um problema muito mais das empresas envolvidas em vez do país como um todo em termos da dimensão cambial estrita. Empresas não-financeiras quebram, países não, embora assumam o risco de perda de soberania.

Os autores ressaltam a acumulação de passivos externos pelo setor privado ter acarretado forte custo fiscal, graças à agressiva atuação do Banco Central do Brasil. Trata-se de um canal indireto de influência do setor externo sobre a crise.

Eles levantaram evidências a respeito da existência de outros canais, também indiretos, relativos ao *atrelamento da produção e das finanças locais aos ciclos internacionais*. Suas implicações são profundas e transcendem em muito à explicação conjuntural para o colapso da economia brasileira na gestão presidencial interrompida com o golpe de 2016.

O caráter desses vínculos parece muito mais estrutural, diagnosticam os autores, de acordo com a boa tradição da abordagem histórico-estruturalista de Conceição Tavares. Logo, o enfrentamento de seus efeitos sobre o nível de atividade e as próprias possibilidades de desenvolvimento do país envolveriam muito mais do que as correções realizadas em preços macroeconômicos-chave.

Abordagem Estruturalista da Indústria: Processo de “Dessubstituição de Importações”

Fernando Sarti e Celio Hiratuka (2018) analisam o desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Avaliam a indústria brasileira ter apresentado no período 2014-2016 seu pior desempenho histórico, superando até mesmo a evolução negativa de final de 2008 e início de 2009 decorrida dos desdobramentos da crise financeira internacional, iniciada em 2007-2008 nos EUA e propagada para o resto do mundo. O produto industrial retornou ao patamar de doze anos atrás, do início do governo Lula.

Esse desempenho negativo reforçou os argumentos favoráveis à existência de um *processo de desindustrialização precoce*. Este teria se iniciado nos anos 1980, aprofundado nos 1990 e se agravado na primeira década do atual milênio e na presente década.

O objetivo do artigo de Sarti e Hiratuka (2018) é analisar a evolução negativa da indústria brasileira no período recente. Ela foi condicionada por um cenário econômico doméstico adverso, mas também por mudanças estruturais processadas na indústria mundial.

Assim, a conjunção de fatores conjunturais e estruturais, domésticos e internacionais, determinou o desempenho negativo da indústria brasileira no primeiro governo Dilma e no menos de um ano e meio do segundo mandato. A priori, era um governo com perfil e pretensões desenvolvimentistas, pelo menos no primeiro mandato.

Sarti e Hiratuka (2018) enfatizam as profundas mudanças na indústria global e seus impactos no Brasil. O processo de *desverticalização, fragmentação e de outsourcing* das atividades produtivas e a constituição de uma rede internacionalizada de produção e fornecimento promoveu um intenso deslocamento da produção industrial dos países avançados em direção a algumas regiões periféricas, sobretudo para os países do Leste Asiático.

Houve forte destaque para o crescimento exponencial da participação industrial chinesa. Eles denominam este processo de “*chinalização industrial*”.

Essa *internacionalização da produção* foi acompanhada por um *acirramento da competição* no mercado internacional. Abarcou setores da segunda e terceira revolução industrial: metal-mecânica, química, TICs. Reforçou as vantagens de diferenciação e de custo advindas das economias de escala e escopo.

As maiores escalas e os menores custos têm proporcionado preços industriais decrescentes com impactos significativos sobre a rentabilidade e os investimentos das atividades industriais. Trazem, portanto, novos desafios para as economias com estruturas industriais consolidadas, como a brasileira.

O cenário econômico adverso ao desenvolvimento industrial e as estratégias defensivas das empresas industriais, no período pós-crise internacional, favoreceram um padrão de inserção externa assimétrica e subordinada nas cadeias globais de produção. O aprofundamento da internacionalização produtiva, reforçado pelos intensos fluxos de investimento externo, ampliou a desnacionalização da base produtiva e a transferência do controle de decisões estratégicas de produção, comercialização e investimento para o exterior.

O resultado foi o aprofundamento da *especialização regressiva* da estrutura produtiva acompanhada da *elevação do conteúdo importado* e do *coeficiente de importações*. Não houve a contrapartida de um aumento proporcional do coeficiente de exportações manufatureiras e, pior, dos investimentos industriais.

Esse quadro desfavorável foi agravado pela *forte redução da rentabilidade industrial* em função de:

- i) redução global dos preços industriais,
- ii) contração da escala de vendas domésticas,
- iii) pressões de custos operacionais e das despesas financeiras.

Os impactos negativos sobre a produção e os investimentos industriais podem ser observados pela perda de participação do valor agregado manufatureiro brasileiro em relação ao global e ao dos países emergentes industriais.

Sarti e Hiratuka (2018) buscam explorar os riscos e desafios para o desenvolvimento industrial e tecnológico brasileiro diante do cenário doméstico e global atual:

- de um lado, o desafio promovido pelo *processo de "chinalização industrial"* já é enorme e impõe sérios riscos à competitividade e à sobrevivência de vários setores industriais no Brasil;
- de outro lado, as perspectivas de *um novo ciclo de inovações disruptivas*, denominadas, na literatura, "indústria 4.0", também poderá ter impactos significativos na competitividade dos setores industriais já consolidados tecnologicamente.

O Brasil tem sua estrutura produtiva centrada ainda nos setores da *segunda revolução industrial*. Conseguiu apenas parcialmente internalizar os setores da *terceira revolução industrial*.

Logo, esse *ciclo de inovações da quarta revolução* constitui-se em outro enorme risco e desafio para o desempenho industrial e tecnológico.

Esses discípulos da Conceição Tavares avaliam se o desempenho negativo da indústria brasileira no período recente representa *um processo irreversível ou não de desindustrialização*. A recuperação da indústria pressupõe a existência de *vetores de crescimento da demanda*.

Com relação às *exportações*, a inserção mais virtuosa nas cadeias regionais ou globais de valor dependerá:

- de um lado, da *estratégia* adotada pelas filiais de empresas estrangeiras presentes em quase todos os setores industriais e,
- de outro, de um maior grau de ousadia e capacidade de assumir riscos para investir em recursos produtivos e ativos intangíveis por parte das fragilizadas empresas nacionais, possibilitando aprofundar o ainda tímido *processo de acúmulo de capacitações e internacionalização produtiva e comercial*.

As filiais de empresas transnacionais têm adotado as decisões estratégicas sobre quanto produzir e investir e onde importar ou para onde exportar, fazendo a gestão dos diferenciais de capacidade ociosa e de custo. Assim, além do fortalecimento das relações Sul-Sul

(América Latina e países do BRICS) e do avanço do acordo de integração econômica entre Mercosul e União Europeia, a política cambial cumprirá um papel-chave em uma inserção comercial mais virtuosa.

Outro vetor importante de demanda é *a recuperação do consumo*. São condições básicas para a reconstrução de um mercado de massa:

- i) a redução do nível de desemprego, atualmente em torno do patamar de 13% da PEA,
- ii) o retorno de uma política de reajuste real do salário mínimo,
- iii) a redução das taxas de juros e dos *spreads* para patamares civilizados e condizentes com a prática internacional, e
- iv) a montagem de um novo ciclo de crédito.

A recuperação do consumo beneficiará os setores de bens de consumo duráveis e não duráveis, com elevada contribuição no valor agregado manufatureiro e no nível de emprego, bem como terá encadeamentos sobre os insumos industriais.

Mas o principal vetor de demanda para o desenvolvimento industrial é *o incremento das taxas de investimento*. Diante de um quadro de recessão, a recuperação industrial se inicia pela ocupação da capacidade ociosa, portanto não é de esperar uma recuperação dos investimentos industriais tão cedo.

Nesse caso, os investimentos "autônomos" em infraestrutura (logística, energia, telecomunicações e saneamento) e na própria construção civil residencial e pesada assumem um papel estratégico na expansão da taxa de investimento geral e da demanda por bens industriais, sobretudo da indústria pesada.

A recuperação de um ou mais vetores de demanda constitui-se em condição necessária, porém não suficiente, para o desenvolvimento industrial brasileiro. O vazamento de parte substancial da demanda por bens industriais para as importações nas últimas duas décadas, e com maior intensidade depois do início da crise internacional, impediu a recuperação da produção e do

investimento industrial e uma trajetória mais estável e sustentada de crescimento.

É fundamental *gerar demanda*, mas também o é *capturar essa demanda* para o desenvolvimento industrial e tecnológico.

A redução dos adensamentos produtivos e o maior grau de especialização regressiva da estrutura produtiva reduziram os encadeamentos produtivos e tecnológicos. A baixa taxa de investimento industrial afastou a indústria brasileira da fronteira tecnológica.

Essa fragilidade produtiva e tecnológica é particularmente preocupante diante do novo desafio desenhado globalmente a partir da trajetória de algumas *tecnologias disruptivas*. Elas tendem a mudar os patamares e os requisitos de competitividade dos setores industriais atuais frente a, entre outras inovações, internet das coisas, internet móvel, nuvens, robótica avançada, veículos autônomos, genômica, armazenamento de energia, energias renováveis, impressão em 3D.

Assim como o *processo de "chinalização industrial"* impôs um novo patamar de economias de escala e de escopo, e, portanto, de competitividade, para uma gama ampla de setores industriais, esse *cluster de inovações* promoverá mudanças estruturais de competitividade.

O desenvolvimento e a difusão dessas tecnologias no Brasil poderão ser dificultados pelo fato de que o país ainda nem sequer internalizou de forma adequada os setores da terceira revolução tecnológica: TICs, além de outras áreas tecnológicas importantes como biotecnologia, nanotecnologia etc. São esperados fortes impactos pela difusão dessas novas tecnologias sobre as estruturas produtivas dos países em desenvolvimento.

Impacto da Crise nas Empresas Não-Financeiras

Taxa média de crescimento ao ano (%) dos componentes da demanda agregada
Períodos selecionados

	PIB	Consumo das Famílias	Consumo do Governo	Formação Bruta de Capital Fixo	Exportação	Importação
2007-14	3,5	4,7	2,5	5,9	1,8	9,1
2015-17	-2,0	-2,2	-0,7	-8,8	4,6	-6,8
2007-17	1,9	2,8	1,6	1,7	2,5	4,5

Fonte: IBGE Contas Nacionais Trimestrais

A evolução dos setores da atividade da economia brasileira respondeu aos estímulos da demanda agregada. Entre 2007 e 2017, o consumo das famílias e as exportações apresentaram as maiores taxas anuais de expansão, respectivamente 2,8% e 2,5%.

Se tomarmos 2007 a 2014 como um subperíodo com crescimento positivo (excetuando-se a leve retração de 0,1% em 2009), o componente da demanda agregada líder do crescimento foi a formação bruta de capital fixo, com média de 5,9% ao ano. Dada sua característica de maior volatilidade em relação aos demais itens, no período seguinte, ou seja, entre 2015 e 2017, a formação bruta de capital fixo registrou a maior queda (-8,8% ao ano).

Um ponto a ser destacado é, portanto, a importância do avanço e posterior recuo da formação bruta de capital para o desempenho da economia brasileira no ciclo mais recente.

Entre 2007 e 2015 a economia brasileira passou por períodos marcantes em sua estrutura industrial. São exemplos:

- i) os impactos da crise global de 2008/2009,
- ii) a rápida recuperação com apoio de políticas anticíclicas e
- iii) o início de uma das piores fases enfrentadas pela indústria brasileira, em 2014 e, principalmente, 2015.

O objetivo do Estudo IEDI, divulgado em junho de 2018, é avaliar diferentes indicadores dos efeitos desse ambiente macroeconômico sobre a indústria. Foram construídos a partir das informações da PIA – Pesquisa Industrial Anual do IBGE, referente ao ano de 2015, a edição mais recente disponível quando da elaboração do estudo.

Em particular, o trabalho pretende acompanhar:

- i) as mudanças na composição setorial do valor adicionado e do emprego industrial,
- ii) as alterações na estrutura de custos de produção,
- iii) a evolução dos investimentos, além de
- iv) aferir a fragilidade financeira das empresas do setor.

Há muitos anos a indústria vem reduzindo sua participação relativa na economia brasileira, tendência acentuada no período em análise. Além disso, outra mudança merece ser enfatizada: os dados da PIA mostram *o agrupamento de setores intensivos em recursos naturais* (em particular, *o setor de alimentos*) obteve o maior aumento de participação, tanto no valor adicionado (de 40,9% para 46,2%) como no emprego industrial (de 36,2% para 40,5%) de 2007 a 2015.

Tendo em vista as vantagens comparativas do país e suas dimensões continentais, *a indústria intensiva em recursos naturais sempre foi a de maior peso na estrutura industrial*. Porém, o aprofundamento desta especialização no período em foco decorreu também das dificuldades da economia brasileira em estabelecer as condições adequadas para promover uma mudança estrutural na direção de produtos com maior conteúdo tecnológico.

Quem mais perdeu participação na estrutura industrial foi *o agrupamento de setores intensivos em escala*, notadamente, *metalurgia e veículos*. O grupo teve seu peso no valor adicionado reduzido de 31,1% para 24,7% entre 2007 e 2015 e, no emprego industrial, de 19,9% para 19,0%. Este também foi o grupo a enfrentar maiores dificuldades do ponto de vista dos custos de produção.

A análise dos *custos operacionais* avaliados relativamente ao valor de produção da indústria brasileira revela uma significativa redução nos anos iniciais do período em foco e um rápido aumento desde 2011, um perfil seguido por todos os grupos de setores industriais estudados. Na indústria geral, os *custos de operações industriais* representavam 55,1% no valor da produção em 2007, recuaram para 51,5% em 2011, mas subiram para 53,2% em 2015.

Quanto aos *custos do trabalho*, houve aumento dos salários como proporção do valor da produção praticamente em todo o período em foco e em todos os grupamentos de indústria. Na média da indústria geral, este item de custo representava 8,9% do valor da produção em 2007, subiu para 10,1% em 2011, alcançando 10,8% em 2015.

É relevante destacar a elevação de custos de forma generalizada, desde 2011, porque deste ano em diante se intensificou *a investida de economias como a da China sobre o mercado interno brasileiro*. Perder competitividade devido à majoração de custos em um momento como este, em que, ademais, a moeda encontrava-se valorizada, teria inevitavelmente como consequência a perda de mercado para o produto importado.

Não por acaso a indústria brasileira desde aquele ano passou a alternar períodos de crescimento com outros de retração, culminando em 2015/2016 com uma forte recessão. O aumento de custos é parte destacada deste cenário.

O estudo do IEDI também procurou mostrar *a evolução do investimento industrial* ter sido relevante para as mudanças da taxa de investimento da economia brasileira como um todo, seja na etapa de expansão entre 2007 e 2013, quando a taxa de investimento subiu de 18% do PIB para 20,9% do PIB, seja no período de crise dos últimos anos, quando a taxa de inversão se retraiu para 15,6% do PIB.

A taxa de investimento industrial, calculada pela proporção das aquisições menos as baixas de ativos tangíveis declaradas pelos informantes da PIA/IBGE em relação ao valor adicionado da indústria geral, era de 24,1% em 2007, se retraiu com a crise mundial de 2008/2009, mas aumentou de novo nos anos seguintes, retornando em 2013 ao padrão de 2007.

Daí em diante a crise industrial determina nova etapa de queda, para 23,5% em 2014, e 22,2% em 2015. Este é o último ano com dados disponíveis no período de elaboração do estudo, simbolizando o término de um ciclo de expansão do investimento iniciado em meados dos anos 2000.

Com a recessão da economia e da indústria, ganharam vulto *posturas defensivas das empresas*, como a alocação de recursos em ativos mais líquidos e de retorno mais rápido. Neste sentido, a *participação da receita financeira em relação à receita total* subiu de 4,2% em 2013 para 7,3% em 2015, um nível relativamente próximo daquele de 2009 (8,2%), quando a economia brasileira sofreu o impacto da crise financeira internacional.

Em relação aos grupamentos da indústria, em todos eles a participação das receitas financeiras na receita total foi superior em 2015 comparativamente a 2007.

O estudo constatou ainda que, a partir de 2014, *os balanços das empresas industriais se fragilizaram*, porque uma maior parcela da receita corrente passou a ficar comprometida com o pagamento de despesas contratuais, como *impostos e despesas financeiras*. A evolução deste indicador – uma *proxy de fragilidade financeira* – mostra, a partir de 2010, o excedente bruto da indústria tornar-se declinante em relação às despesas contratuais.

Em 2015, esse indicador passaria a ser inferior a 1, ou seja, o excedente bruto gerado na indústria não cobria os compromissos contratuais. Com isso, a taxa de investimento industrial declinou fortemente, uma tendência provavelmente prolongada até 2016 ou mesmo 2017.

Em resumo, o período de 2007-2015 pouco beneficiou a indústria na direção de elevar seu potencial de agregação de valor. A estrutura industrial tornou-se mais concentrada em setores intensivos em recursos naturais.

De outra parte, o crescimento dos salários não foi acompanhado de reduções correspondentes em outros custos e em aumento na produtividade. Daí registrou-se uma significativa perda de competitividade em setores outros, que não o intensivo em recursos naturais.

O estudo IEDI ainda apurou *as empresas industriais terem se fragilizado do ponto de vista financeiro* e, como consequência, foram perdendo capacidade de financiarem com recursos próprios seus investimentos. Neste ambiente, as *políticas de estímulo pelo lado da oferta* implementadas a partir de 2011 tiveram *pouca eficácia* em

dinamizar o investimento produtivo e direcioná-lo para setores com mais agregação de valor.

Financiamento de Empresas Não-Financeiras

O *Relatório de Inflação* do Banco Central do Brasil, divulgado em dezembro de 2017, apresenta box sob o título *Evolução Recente do Crédito no Segmento de Pessoas Jurídicas*. O mercado de crédito tinha registrado desempenho melhor nesse segmento se comparado ao de pessoas jurídicas, embora ambos observem queda significativa desde 2015, agravada no período do golpismo de 2016.

O box aborda uma estatística usualmente não acessível: *a evolução dos empréstimos às empresas por porte*. Esse tema era uma preocupação recorrente na obra de Conceição Tavares. Detalhe: orientei a dissertação de mestrado do atual chefe do Departamento de Estatísticas do Banco Central.

A análise do ponto de vista do tomador de crédito mostra, no período de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, a expansão de 14% no saldo das operações de crédito com valores acima de R\$ 50 milhões. Este aumento foi devido, em especial, à *evolução da carteira de 34 empresas*, em uma amostra de cerca de 4.300 tomadores com operações acima de R\$ 50 milhões, concentradas nos ramos de petróleo, mineração, energia, fabricação de papel e abate.

Contrastou com recuos generalizados nos saldos das operações menores de R\$ 1 milhão, de R\$ 1 milhão a R\$ 20 milhões, e de R\$ 20 milhões a R\$ 50 milhões. É evidente, portanto, as maiores operações de crédito terem sido determinantes para a carteira de crédito das pessoas jurídicas registrar crescimento nesse período de desaceleração da atividade econômica.

O aumento do saldo das carteiras de pessoas jurídicas de dezembro de 2014 a dezembro de 2015 repercutiu, fundamentalmente, o crescimento das concessões no âmbito das instituições financeiras sob controle público, destacando-se a elevação de R\$ 58 bilhões nos empréstimos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

Parte da elevação do saldo da carteira de pessoas jurídicas repercutiu o impacto da variação cambial de cerca de 50% no período sobre operações com exposição a moedas estrangeiras. Essas operações correspondiam a 15% da carteira total de pessoas jurídicas em dezembro de 2015 face a 11% em dezembro de 2014.

O período iniciado em 2016 até o fim de 2017 foi caracterizado pelo aumento das incertezas associadas, principalmente, ao impacto negativo da disseminação de eventos não econômicos como o locaute golpista e a gravação de corrupção de Temer e Aécio.

Nesse contexto, o saldo total da carteira de crédito de pessoas jurídicas recuou R\$ 282 bilhões de dezembro de 2015 a outubro de 2017, com ênfase na contração de R\$ 156 bilhões no saldo das operações superiores a R\$ 50 milhões. A redução na *carteira de 36 tomadores* – diversos deles pertencentes ao mesmo conglomerado empresarial – explica 80% dessa variação. Esta redução sofre o *Efeito Lava-Jato* por se penalizar as maiores empreiteiras de obras públicas do País.

Da mesma forma, a exemplo do observado de dezembro de 2014 a dezembro de 2015, os saldos das operações de crédito de R\$ 20 milhões a R\$ 50 milhões, de R\$ 1 milhão a R\$ 20 milhões e menores do que R\$ 1 milhão recuaram no período.

Os setores de atuação dos tomadores com reduções mais acentuadas de endividamento foram, conforme esperado, os mesmos onde ocorreram expansões mais expressivas no período analisado anteriormente. Então, para se entender os nódulos principais da rede de interconexões da economia brasileira é necessário colocar o foco nas maiores empresas, concentradas nos ramos de petróleo (Petrobras), mineração (Vale), energia (Eletrobras), fabricação de papel (Suzano Papel e Celulose / Fibria) e abate (JBS).

Cabe ressaltar o declínio na quantidade de tomadores cujos empréstimos representam 50% do total da carteira de crédito à Pessoa Jurídica. Eram cerca de 1.400 em dezembro de 2012. Reduziram-se para menos de 400 em outubro de 2017.

Apesar dos principais bancos apresentarem contração do estoque de crédito a PJ a partir de 2016, houve retração maior na carteira dos bancos públicos. Eles responderam por aproximadamente

63% da queda entre dezembro de 2015 e outubro de 2017 (R\$ 178 bilhões).

Esse comportamento foi influenciado pela concentração de suas operações em empresas de maior porte, justamente o segmento onde se registrou maior contração no crédito a partir de 2016. Os bancos privados, por sua vez, contribuíram com a redução de R\$ 104 bilhões no período, apresentando taxa de retração menor.

Do ponto de vista da origem dos recursos, destacam-se as operações com recursos do BNDES (diretas e repasses). Elas apresentaram retração mais intensa (-21%) entre dezembro de 2015 e outubro de 2017, relativamente à queda das demais operações (-14%) nesse mesmo período. Resultaram de explícita estratégia neoliberal.

Outro aspecto relevante no contexto recente de financiamento das empresas é o crescimento das captações junto ao mercado de capitais, em parte influenciadas:

- (i) pela redução da taxa básica de juros,
- (ii) por alterações nos custos e na política de aprovação de crédito direcionado,
- (iii) por exigências para concessões de crédito junto ao Sistema Financeiro Nacional (SFN), e
- (iv) pelo lento processo de retomada da atividade econômica, com melhora dos balanços das empresas.

Segundo dados da ANBIMA, ocorreram 258 emissões de debêntures no ano de 2017, totalizando R\$ 94,7 bilhões, volume 56,2% superior ao registrado em 2016. Registraram-se vinte e três emissões iguais ou superiores a R\$1 bilhão, ante quinze em 2016. Em relação às notas promissórias, houve emissão por parte de 90 empresas, totalizando R\$ 26,7 bilhões, correspondendo aumento de 192,1% em relação à movimentação de 2016.

Outra forma de captação que voltou a ser bastante utilizada foi a emissão primária de ações, com vinte emissores em 2017 (oito em 2016), atingindo R\$23,1 bilhões, volume 259,2% superior ao obtido no ano anterior. São muito baixos os números de emissores.

Considerando o *mercado externo*, a captação de recursos via emissão de títulos, contratação de empréstimos (setor não financeiro) e operações intercompanhia somou US\$ 98,4 bilhões em 2017, equivalentes a R\$ 315,3 bilhões, volume pouco abaixo dos observados nos dois anos anteriores. O ambiente externo favorável e a relativa estabilidade do câmbio foram fatores benignos para esse movimento.

O descrito acima contrasta com o desempenho do crédito no SFN no mesmo período. O volume de novos empréstimos para as empresas recuou 2,7% em 2017. No âmbito do crédito livre, a redução atingiu 0,6% e no segmento do crédito direcionado, 17,7%. Relativamente a 2015, o volume de concessões às pessoas jurídicas em 2017 diminuiu de forma expressiva, 16,6%, com queda de cerca de 40% no segmento direcionado.

Com o propósito de avaliar o impacto dessas tendências recentes do financiamento sobre o *endividamento das empresas*, analisou-se o comportamento da dívida ampla para o grupo de empresas destacadas por captarem recursos no mercado de capitais e/ou internalizarem recursos do exterior em 2017. A análise a partir de microdados considerou informações individualizadas por CNPJ, abrangendo a situação de cada empresa no mercado de capitais, o seu endividamento externo e a sua evolução dos saldos no SFN.

Esse grupo totalizou 740 empresas, com 277 empresas captando recursos no mercado de capitais, por meio de emissão de debêntures ou notas promissórias, de acordo com dados da ANBIMA, enquanto 504 empresas tomaram recursos no exterior. Considerou-se, na amostra, apenas as empresas com internalização de recursos do exterior em valor superior ou equivalente a US\$ 20 milhões. Essa amostra é responsável por cerca de 90% do total de captações externas no período.

O endividamento amplo desse conjunto de empresas variou -7,8% e 17,8% em 2016 e 2017, respectivamente, enquanto a dívida no SFN variou -9,1% e -10,6%, nos mesmos períodos. O aumento da dívida ampla concomitante à redução da dívida bancária em 2017 ratifica a percepção dessas empresas terem buscado a substituição de endividamento de custo mais oneroso por dívidas com menor custo

A queda da dívida junto ao SFN em nível superior ao recuo da dívida ampla em 2016 é indício de esse movimento já ter começado no ano anterior. A participação do crédito junto ao SFN na dívida ampla desse grupo recuou de 28% em 2016, para 22% em 2017, enquanto a participação da dívida oriunda de captações no mercado de capitais aumentou de 12% para 16% e no mercado externo, de 60% para 62%.

Das 342 empresas do grupo com redução do endividamento no SFN em 2017, 60% compensaram esse movimento com elevação da dívida nos mercados de capitais e externo.

No agregado, as captações de recursos por empresas nos mercados de capitais local e internacional mostraram-se insuficientes para compensar a redução do crédito do BNDES e alavancar o crescimento e o investimento em ritmo maior. É o mostrado pelos dados apresentados pelo Banco Central em boxe no *Relatório de Inflação* de junho de 2018, apesar da insistência da autoridade monetária em chamar a atenção para o aumento da participação de fontes alternativas de financiamento: o mercado de capitais e o externo.

Ernani T. Torres (junho/2017), também discípulo da Professora, é autor de estudo sob encomenda do IEDI sobre *o crédito corporativo em longo prazo*. Resumo suas conclusões em seguida.

O mercado de crédito brasileiro cresceu vigorosamente ao longo dos últimos 15 anos. Seu porte já é semelhante ao de países de renda mais alta. Sua profundidade já permite a existência de curvas a termo de taxas de juros por prazos relativamente longos. Essas transformações tiveram um grande impacto sobre o segmento corporativo de longo prazo em termos de escala, prazos e profundidade.

Além disso, houve algumas mudanças de natureza estrutural. Não só os bancos públicos e os privados expandiram suas carteiras de empréstimos corporativos, como, pela primeira vez, as empresas estão conseguindo captar recursos de longa duração diretamente de investidores Pessoas Físicas, através de ofertas de títulos incentivados.

A crise de 2008 não comprometeu, no primeiro momento, essa trajetória, mas afetou o ânimo de alguns dos principais atores. Os bancos privados tornaram-se mais cautelosos, mas o mercado continuou se expandindo graças à atuação compensatória do BNDES.

Em 2016, no entanto, o banco de desenvolvimento aderiu ao *processo de desalavancagem*. Sua atuação passou a estar sob forte dominância fiscal. Culminou com a amortização extraordinária de R\$ 100 bilhões dos empréstimos da instituição junto ao Tesouro Nacional. Esse valor representou 120% de seus desembolsos no mesmo ano.

No futuro próximo, o mais provável é o processo de desalavancagem do crédito corporativo de longo prazo se manter. Os bancos comerciais continuarão a ter posturas restritivas e, se não houver uma mudança nas políticas em curso, o mesmo deverá ser observado nos empréstimos do BNDES.

O único segmento com condições claramente expansivas é o das *debêntures incentivadas*. No entanto, ainda apresenta um porte relativamente pequeno, a despeito do rápido crescimento nos últimos quatro anos.

As *debêntures de infraestrutura* são uma experiência de sucesso, porém deve ser mais incentivada. Sua atual dimensão reflete basicamente limitações de oferta, associadas à dificuldade regulatória para se promover ofertas para um público mais amplo, e ao elevado nível dos juros domésticos, o que limita o interesse das empresas em emitir dívida de longo prazo nessas condições.

A aceleração do desenvolvimento do *mercado de debêntures corporativas*, incentivadas ou não, requer taxas de juros baixas por um período razoavelmente prolongado. Enquanto a economia não retomar o crescimento sustentado, o excedente de recursos à disposição do BNDES deveria, adicionalmente, ser utilizado para *fortalecer a estrutura de capital das empresas*.

Esses novos empréstimos ou participações deveriam estar vinculados a uma busca em momento posterior de recursos no mercado de capitais, por meio da colocação de ações e de dívida corporativa pulverizada.

As limitações estruturais do mercado de crédito corporativo de longo prazo não recomendam a desativação do BNDES. Pelo contrário, deveria contar com sua participação para *auxiliar o fortalecimento do mercado privado*. Esse objetivo seria alcançado quanto mais rápido e de forma mais duradoura se conseguir chegar a um regime macroeconômico de baixas taxas de juros.

Nesse cenário, a participação do BNDES no crédito total tenderia naturalmente a se reduzir e novas formas de direcionamento de crédito surgiriam de modo semelhante à experiência internacional. Em vários países desenvolvidos, como Estado Unidos, Alemanha, Japão, e entre os BRICS, como China e Rússia, esse direcionamento do crédito também está presente.

A grande diferença é, por causa das baixas taxas de juros praticadas nessas nações, os governos também conseguem canalizar grandes volumes de crédito privado por meio de mecanismos alternativos a fundos e bancos públicos.

Por exemplo, através de *garantias financeiras*: não requer recursos parafiscais, não é compulsório e prescinde da intermediação de bancos públicos. Isto porque, nesses países o mercado oferece fundos abundantes a baixo custo para os empréstimos garantidos por seus governos.

No Brasil, por força de juros especialmente elevados e pelo risco operacional associado à recuperação do crédito, *as garantias públicas não conseguem atrair volumes relevantes de crédito privado*.

Geoeconomia e Geopolítica Internacional: Divisão da Hegemonia Norte-americana

No livro com avaliação do governo Dilma, organizado por Carneiro, Baltar e Sarti (2018), novos professores e pesquisadores do IE-UNICAMP, Bruno De Conti e Nicholas Blikstad, analisaram os impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI.

Apresentaram a dicotomia entre *o que querem que sejamos* e *o que queremos ser*. São também herdeiros da tradição aberta a partir

da análise da Professora Conceição Tavares sobre geoeconomia e geopolítica internacional.

Com propósitos políticos ou não, dizem haver estudos explicativos da crise pela qual o Brasil passa hoje por *razões meramente internas*, ou seja, por erros do governo de Dilma Rousseff. A hipótese subjacente ao texto deles é a de a crise atual ser explicada por:

- i) os equívocos dos últimos governos,
- ii) as fragilidades estruturais da economia brasileira e
- iii) a situação da economia internacional.

Adicionalmente, sugerem algumas dessas *fragilidades estruturais* da economia brasileira terem sido acentuadas no período recente, amplificando sua suscetibilidade às intempéries globais. O aprofundamento dessas fragilidades esteve vinculado justamente às *dinâmicas engendradas pela economia internacional*, em especial a chinesa, e, paradoxalmente, à *euforia* criadas por essas dinâmicas no Brasil.

O período anterior à crise financeira global foi marcado pela aceleração do crescimento chinês. Passou de 8,3% em 2001 para 14,2% em 2007. Com a eclosão da crise, em 2008, iniciou-se uma tendência de queda dessa taxa. Chegou a 6,9% em 2015.

O aumento da participação do PIB chinês no PIB mundial nesse período explicita a importância dos rumos da economia para o restante do mundo. Em apenas quinze anos, o produto chinês saltou de 4% para 15,2% do produto global.

Com a eclosão da crise financeira global, em 2007-2008, ocorreu uma desaceleração da taxa de crescimento do comércio mundial. A China não passou ilesa, com uma contração de 11% das exportações em 2009.

As taxas de crescimento das exportações e importações totais chinesas se reduziram drasticamente, desde então, havendo até uma nova contração das exportações em 2015. Com isso, o comércio exterior chinês perde peso no total da economia do país.

Entre 2003 e 2015 a participação da China no comércio internacional de bens aumentou de 6% para 14% do total exportado e de 5% para 10% do total importado no mundo. O comércio externo chinês está associado às cadeias globais de valor.

Estas são marcadas pela dispersão geográfica da produção em diversos países e pela fragmentação produtiva em muitas empresas. Por isso, grande parte do comércio exterior, atualmente, é marcado por insumos, peças e bens intermediários.

Ao se destacar na montagem e finalização dos bens industriais – em grande parte em função dos baixos custos de produção –, segundo Conti e Blikstad (2018), a China teve papel relevante na conformação dessas cadeias, contribuindo para a redefinição da divisão internacional do trabalho (DIT) e tornando-se atualmente a “fábrica do mundo”.

Os principais vetores para a aceleração do dinamismo da economia chinesa foram – de forma articulada – as exportações e a formação bruta de capital. Uma parcela da formação bruta de capital é induzida justamente pelas exportações. Outra parcela importante é autônoma, relativa aos investimentos em infraestrutura.

A desaceleração da economia chinesa é, em certa medida, fruto de um ajuste desejável, por razões tanto de curto quanto de médio prazo.

“No curto prazo porque, para lidar com as vulnerabilidades que surgiram em decorrência da crise financeira global – e das políticas de combate à crise –, é necessário tomar medidas para a contenção da expansão do crédito e a redução do excesso de capacidade da indústria. No médio prazo, porque a transição do foco dos investimentos e exportações líquidas para o consumo e da indústria para os serviços gera inevitavelmente um período de desaceleração”.

A *la* Conceição Tavares, Conti e Blikstad (2018) destacam o papel-chave da capacidade ociosa para reversão cíclica.

“A evolução da capacidade ociosa na China impõe desafios para a própria economia chinesa, mas também para o restante do mundo. Internamente, as quedas da taxa de utilização na

indústria, associadas ao alto grau de endividamento das corporações não financeiras, criam desafios para a China realizar esse almejado *soft landing*. Da perspectiva da economia mundial, o alto grau de capacidade ociosa em um contexto de economias integradas impõe uma 'sombra' à produção industrial e, notadamente, aos investimentos em outros países”.

Vindo de um investimento acelerado no período pré-crise – e ainda mais intenso no pacote anticíclico de 2008 –, a economia chinesa depara-se hoje com uma demanda desaquecida, com a inevitável consequência de um aumento dos estoques e/ou da capacidade ociosa.

A gênese desse problema recente de capacidade ociosa na indústria chinesa remonta ao período de aceleração do crescimento, entre 2001 e 2008 – quando o excesso da produção doméstica podia ser direcionado para mercados externos –, tendo sido intensificado com o pacote de estímulos econômicos chinês decorrente da eclosão da crise.

Por exemplo, a China teria produzido, em 2011 e 2012, a mesma quantidade de cimento que os EUA em todo o século XX. Além disso, a produção de aço chinesa, em 2015, seria o dobro da produção combinada do Japão, EUA, Índia e Rússia.

Apesar da redução nos ritmos, a economia chinesa ainda tem necessidade, no médio e longo prazo, de pesados investimentos em infraestrutura e construção. A população chinesa é de 1,37 bilhão de pessoas. Entre 2001 e 2015, a porcentagem da população residente na zona rural caiu de 62% para 44%. Esse *processo de urbanização* ainda não se esgotou, gerando a necessidade de se criar as condições materiais para a habitação dessas pessoas na zona urbana.

A China tem articulado uma estratégia de financiamento e/ou de construção de grandes projetos de infraestrutura em outros países, de modo a fortalecer a demanda pela produção interna excedente chinesa em vários setores. Mas o estímulo à produção interna é a grande motivação para o projeto.

A despeito da existência de uma grande capacidade ociosa na indústria chinesa, existem elementos internos e externos capazes de resultar em demanda, tanto no médio quanto no longo prazo, para

sustentar grande parte da produção industrial na China. Os efeitos (diretos e indiretos) do dinamismo chinês sobre a economia brasileira resultam dos principais vetores originários dos impactos: o comércio exterior e o Investimento direto estrangeiro (IDE).

O papel da China no comércio exterior brasileiro aumentou enormemente no início do século XXI. Em 2009 a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil, desbancando os Estados Unidos. Estes ocupavam esse posto desde 1930, segundo informação colhida por Conti e Blikstad (2018).

Em 2015, 16% das importações e 19% das exportações brasileiras eram resultantes desse comércio com a China. As exportações chinesas para o Brasil são compostas quase que integralmente por bens de capital, de consumo e intermediários.

De 2010 em diante, cerca de 80% das exportações brasileiras para a China são compostas por matérias-primas. A concentração é principalmente em minérios, sementes e grãos – basicamente soja e minério de ferro – representando quase dois terços (64%) em 2015. Se somados os combustíveis minerais, chega-se a três quartos (75%) do total.

Existem dúvidas sobre qual será o efeito da desaceleração chinesa, analisada anteriormente, sobre a *demand por commodities* brasileiras e, em decorrência, também sobre a trajetória dos *preços dessas commodities*. A esse respeito, Conti e Blikstad (2018) destacam três elementos.

Em primeiro lugar, a despeito de uma possível redução na participação relativa dos investimentos no PIB chinês, os processos de urbanização e de construção de infraestrutura seguem vigentes – e com força – no país.

Em segundo lugar, a continuidade do processo de urbanização e de elevação da renda média das famílias na China seguirá implicando um aumento na sua demanda por alimentos.

Em terceiro lugar, o PIB chinês crescia 10% ao ano pouco tempo atrás e agora cresce “meros” 7% ou 6%, mas esse PIB é hoje bem maior do que antes. Logo, esse menor crescimento relativo é de fato uma maior variação absoluta da demanda agregada chinesa.

Com relação à produção brasileira de bens manufaturados, o “efeito China” tem dois desdobramentos centrais.

O primeiro é positivo e deve-se ao aumento das exportações da indústria brasileira para seus principais parceiros latino-americanos, em função do dinamismo de suas economias, propiciado pelo contexto internacional dinâmico, impulsionado principalmente pela China. Seu benefício indireto foi o crescimento da demanda latino-americana por bens manufaturados brasileiros.

O segundo é negativo, porque esse efeito mostrou seus limites quando a crise internacional ensejou um acirramento da concorrência internacional e a China passou a conquistar esses mercados latino-americanos de bens industriais. Logo, os “efeitos China” sobre o comércio exterior brasileiro são aumento das exportações de *commodities* e queda nas exportações de manufaturados.

Quanto ao segundo vetor originário dos impactos da economia chinesa sobre a brasileira, Conti e Blikstad (2018) destacam o caráter geopolítico do Investimento Direto Estrangeiro (IDE). Não por acaso, os setores priorizados são nitidamente aqueles ligados a recursos naturais, infraestrutura e, sobretudo, energia.

Trata-se de um investimento associado ao aprofundamento do mercado doméstico chinês e à carência de recursos a ele associada. Esse investimento *market seeking* costuma estar associado às possibilidades de geração de uma demanda cativa por bens intermediários (e mesmo de capital) chineses necessitados de serem “escoados”.

O Brasil, juntamente com o restante da América Latina e a África, é vislumbrado primordialmente como uma região para investimentos em recursos naturais e energia. Em particular, o foco do capital chinês esteve, durante os últimos anos, no setor petrolífero, em função da *commodity* em si, mas também do desejo de assimilação da tecnologia de exploração de petróleo em águas profundas, desenvolvida pela Petrobras.

De forma associada, faz parte dos planos chineses um investimento massivo – no Brasil e na América Latina – em infraestrutura, para a redução dos custos de transporte de matérias-primas agrícolas e minerais para a China. São investimentos com

prováveis efeitos positivos sobre a demanda agregada e a competitividade dos produtos brasileiros. No entanto, provocam uma perda adicional de soberania nacional sobre setores-chave de infraestrutura.

Conti e Blikstad (2018) destacam ainda parte relevante do IDE chinês dizer respeito à aquisição de empresas ou ativos (investimento *brownfield*) e não à construção de capacidade produtiva (investimento *greenfield*). A China já superou os Estados Unidos como o país de origem de capital mais adquirente de empresas e ativos no Brasil nos últimos anos. Há divisão da hegemonia norte-americana.

Para a China – e, na verdade, para a grande maioria dos agentes econômicos internacionais, sobretudo dos países centrais –, o papel do Brasil na divisão internacional do trabalho é muito claro e vem se efetivando: ser “a fazenda do mundo”, enquanto a China se torna “a fábrica do mundo”.

Mas Conti e Blikstad (2018) ressaltam não fazer o menor sentido responsabilizar a China pelos efeitos de sua economia sobre a estrutura produtiva brasileira. Eles refletem, de fato, a forma como o Brasil se inseriu na economia global e sua incapacidade histórica de alterar sua posição na divisão internacional do trabalho.

De fato, esses “efeitos China” só potencializam aquilo já inscrito no *processo de mundialização* erigido sobre uma estrutura centro-periferia, nas *reformas liberais* iniciadas nos anos 1990 e mesmo na *estratégia do pensamento econômico liberal*. Este defende o aproveitamento das “vantagens comparativas”.

No entanto, as “vantagens comparativas” chinesas foram – e vão sendo – construídas por processo planejado em longo prazo, enquanto o Brasil optou por outra trajetória onde se olha menos para o longo e mais para o curto prazo. Abandona o planejamento em nome do mítico “livre-mercado”.

Nos governos Lula – de forma bem tímida – e Dilma – de forma um pouco mais explícita – houve alguns esforços para o fortalecimento do setor industrial. Entretanto, eles se mostraram totalmente insuficientes diante do quadro internacional contemporâneo e do arranjo macroeconômico vigente, resultando no

processo de fragilização do setor e de regressão produtiva debatidos neste texto.

Agora, o governo golpista não apresenta qualquer tipo de prioridade com respeito às características da estrutura produtiva brasileira. Passivamente, o Brasil explora as complementaridades com a economia chinesa, ou seja, assume fielmente seu papel subordinado na divisão internacional do trabalho. O *processo de regressão produtiva* deverá ser ainda mais intenso.

Afinal, lidar com essa complexa situação dentro de marcos liberais, sem um mínimo de coordenação estatal, significará o aprofundamento inequívoco desse processo de subordinação. Vai se tornando cada vez mais difícil de ser revertido.

Assim, concluem os autores, dentro do pensamento hereditário da Conceição Tavares, “antes da clássica reflexão sobre *o que somos e o que poderíamos ser*, é necessária, portanto, a discussão sobre *o que querem que sejamos e o que queremos ser*”.

No citado livro – *Para Além da Política Econômica* –, há um capítulo sobre o contexto global durante o governo Dilma Rousseff, escrito por Pedro Paulo Zahluth Bastos e Celio Hiratuka (2018). Eles, também dentro da tradição crítica da Professora Conceição Tavares, procuram relativizar um aparente consenso a respeito da *política econômica externa*.

Sem recusar os menores envolvimento e capacidade política da presidenta em comparação aos de Lula, enfatizam *a mudança radical dos contextos internacional e nacional* de um para outro governo.

O objetivo econômico mais ambicioso da *política externa ativa e ativa*, adotada pelo governo Lula e preservada no governo Dilma Rousseff, em longo prazo, era modificar a posição do Brasil na divisão internacional do trabalho. Pretendia reverter a perda de autonomia gerada pela crise da dívida externa nos anos 1980 e a desindustrialização trazida pelo neoliberalismo.

À luz dessa experiência histórica, os autores concordam com Celso Furtado, cuja herança intelectual Conceição Tavares preservou: o principal limite estrutural de uma política de desenvolvimento

periférico é a estrutura de propriedade de capitais na produção industrial.

O sistema de decisões correspondente a essa estrutura é controlado por corporações multinacionais no Brasil. Ele reproduz a baixa autonomia tecnológica da indústria.

Isso limita a ascensão nacional na hierarquia tecnológica da divisão internacional do trabalho e sujeita sua inserção externa a variações conjunturais e mudanças estruturais como as verificadas depois da crise de 2008.

Por um lado, se uma política ativa e altiva não conseguiu limitar todos os efeitos dessa dependência estrutural e esteve sujeita aos impactos da crise financeira, da capacidade produtiva ociosa e do acirramento da concorrência global, como imaginar uma política capaz de proteger a economia brasileira de seus efeitos regressivos tivesse resultados mais favoráveis? Por outro lado, como culpar a política externa de Dilma Rousseff pela piora dos resultados comerciais verificados no período?

Enquanto o Itamaraty lutava para garantir espaço autônomo de política para induzir o desenvolvimento econômico e proteger investimentos locais, a área econômica do governo Lula praticava uma política cambial marcada pela *apreciação do real*. Ela barateava importações e ameaçava a rentabilidade dos investimentos industriais em ramos competitivos (e não complementares) com importações.

A convivência de apreciação cambial com abertura comercial resultou em uma “doença brasileira”: o fato de as unidades produtivas locais se adaptarem estruturalmente à divisão internacional do trabalho industrial, construída desde a década de 1980, com a redistribuição da indústria em cadeias produtivas regionais ou globais. Passaram a importar bens de capital, partes, peças e componentes especializados para montagem industrial dos bens finais no Brasil. Virou uma indústria “montadora ou maquiadora”.

Com isso, uma desvalorização cambial pode deprimir severamente a rentabilidade industrial no Brasil ao encarecer importações insubstituíveis e passivos externos, embora reduzindo o

custo unitário do trabalho em dólares. Não induz qualquer movimento de diversificação estrutural na indústria brasileira.

A *adaptação microeconômica*, no Brasil, à apreciação cambial e à queda dos preços internacionais de bens manufaturados envolveu não apenas aumentar o coeficiente de insumos importados, mas, em alguns casos, simplesmente importar e distribuir internamente produtos finais, objetos de suas próprias estratégias de subcontratação no exterior.

Diante dessas tendências, a reação do governo Dilma foi interromper a tendência de apreciação cambial e, ao mesmo tempo, negociar com filiais estrangeiras o aumento do conteúdo nacional nas cadeias de produção. Infelizmente, tais mudanças na política cambial e na negociação com as filiais estrangeiras não ocorreram antes. Quando foram realizadas, ao longo de 2012, talvez já fosse tarde demais para reverter decisões de produção e fluxos de comércio tomadas pelos centros de comando das corporações multinacionais depois da crise global.

Ao mesmo tempo, em aparente paradoxo, vários empresários industriais reclamavam de juros altos e real sobreapreciado e se opunham à política de aproximação com os países ditos “bolivarianos” da América do Sul. Enquanto isso, outros reclamavam tanto do “terceiro-mundismo” quanto das mudanças na política monetária e cambial. Em tese, elas favoreceriam a indústria local. Na prática, não, sendo ela rentista e importadora.

Para explicar o comportamento empresarial, além da rejeição a um bloco regional de cunho dito “político” e da perda de atratividade da região porque a capacidade de importar dos principais parceiros era prejudicada pela deterioração dos termos de intercâmbio, não se pode descartar a atração empresarial pelos *benefícios internos da crítica neoliberal à política econômica* (interna e externa) de Dilma.

Afinal, essa crítica, tal como expressa no programa presidencial do PSDB em 2014 e no documento “*Uma ponte para o futuro*” apresentado pelo PMDB em 2015, referência para o governo golpista:

- i) prometia o ambiente de negócios supostamente necessário para a melhor integração brasileira nas cadeias globais de valor,

- ii) incluía a austeridade no gasto social e a “flexibilização” de contratos de trabalho entre as reformas presumidas a melhorar tal ambiente de negócios.

Em suma, concluem Bastos e Hiratuka (2018), um *limite fundamental para a diplomacia ativa e altiva* é a dependência estar internalizada na estrutura produtiva e financeira, nos interesses e talvez até na cultura de boa parte dos empresários brasileiros.

A luta futura para assegurar uma *política externa independente* não poderá travar-se apenas no campo da diplomacia internacional. Deverá também envolver batalhas políticas e ideológicas internas para transformar ou modificar estruturas tão ou mais resistentes daquelas encontradas nos fóruns multilaterais.

Para concluir essa seção com uma análise da *atual geopolítica internacional* vale destacar a contribuição de outro “discípulo, colega e coautor” da Professora Conceição Tavares: José Luís Fiori, em janeiro de 2018, apresentou e comentou a nova doutrina de segurança dos Estados Unidos.

O documento-base foi preparado em conjunto pelos Departamentos de Estado e de Defesa, pelo Pentágono e pela CIA, junto com o Departamento de Comércio e a Secretaria do Tesouro do governo americano. Seu conteúdo deve ser separado e distinguido da figura imprevisível e passageira do presidente Donald Trump.

Na parte mais comentada – e menos inovadora – do documento, a Casa Branca define os interesses e objetivos estratégicos e permanentes dos Estados Unidos:

- i) proteger o povo americano e seu modo de vida;
- ii) promover a prosperidade econômica e a liderança tecnológica americana;
- iii) preservar a paz mundial através da força;
- iv) avançar a influência global dos EUA.

Em seguida, o documento identifica as principais “ameaças externas” aos interesses nacionais dos EUA:

- i) em primeiro lugar, a Rússia e a China, as duas grandes “potências revisionistas” com meta de alterar a hierarquia do poder mundial, deslocando ou reduzindo a influência global dos EUA;
- ii) em segundo, a Coreia e o Irã, definidos como “Estados predadores” e ameaçadores de seus vizinhos e do equilíbrio geopolítico do nordeste da Ásia e do Oriente Médio;
- iii) por fim, o “terrorismo jihadista” e todo tipo de organização criminosa internacional propagadoras da violência e do tráfico de drogas e armas, ameaçadoras da saúde e da sobrevivência da sociedade americana.

Na sequência, o documento propõe uma extensa lista de ações e iniciativas para enfrentar os rivais e inimigos, cumprindo com os objetivos traçados pelo governo Trump:

- i) aumentar o controle das fronteiras;
- ii) assegurar o monopólio das grandes inovações tecnológicas;
- iii) manter a liderança militar dos EUA, em todos os campos e em todo tipo de armamentos;
- iv) assegurar o controle americano da produção e distribuição da energia ao redor do mundo;
- v) utilizar o combate à corrupção como forma de luta para mudar regimes e governos de países inimigos e de empresas concorrentes, etc.

Fiori (jan/2018) então apresenta, de forma sintética, quase telegráfica, algumas dessas premissas e conceitos fundamentais e revolucionários, do ponto de vista da tradição norte-americana:

- I - A definição do “sistema mundial” como um espaço de competição permanente pelo poder entre Estados, lutando por seus interesses nacionais, igualmente soberanos e poderosos, e o único instrumento capaz de construir uma ordem mundial pacífica.
- II - O desaparecimento de qualquer tipo de ideia ou proposta de uma luta universal do “bem” contra o “mal” e o reconhecimento

de o sistema mundial estar composto por nações possuidoras de valores, culturas e sonhos diferentes dos norte-americanos.

- III - Os Estados Unidos reconhecem seus valores nacionais não serem universais – e de fato não existirem tais “valores universais” –, e, ao mesmo tempo, abdicam de qualquer projeto messiânico de conversão dos povos ao um dia chamado de “valores ocidentais”. Considera não existir nada assegurando os valores americanos triunfarem no final da história, graças à força do livre mercado e da democracia, como pensavam os neoliberais americanos depois do fim da Guerra Fria.
- IV - Nesse novo contexto, os EUA assumem seus “interesses nacionais” como sua única bússola, abrindo mão da posição de árbitros neutros e universais. Na verdade, eles se propõem a negociar qualquer assunto, e com qualquer membro deste sistema competitivo, a partir de seus interesses, e sempre a partir de uma “posição de força”.
- V - Para manter esta “posição de força”, os EUA assumem sua prosperidade econômica, assim como sua moeda e sua finança, serem um instrumento fundamental da sua luta pelo poder internacional, e como base de sua capacidade de sancionar com eficácia seus rivais geopolíticos e concorrentes geoeconômicos.
- VII - Por fim, os EUA abrem mão da ideia de sua “universalidade moral”, mas não abrem mão do seu “poder global”. Este será exercido através de “força bruta”, em todos os tabuleiros geopolíticos e geoeconômicos do mundo.

Para Fiori (jan/2018), essas novas posições norte-americanas não nasceram de uma idiosincrasia mental do presidente Donald Trump. Pelo contrário, tudo indica esse documento fazer parte de uma longa luta interna dentro do *establishment* americano.

Ela ainda não terminou, mas neste momento vai sendo vencida por seu segmento ligado mais diretamente ao sistema de informação e de gestão do “império militar” norte-americano.

Nesta nova estratégia de segurança, os Estados Unidos abdicam de sua hegemonia ética mundial, mas ao mesmo tempo se assumem como um “poder global” sustentado por seu “império militar”. Um

“poder global” não tem inimigos absolutos e aceita negociar com qualquer país, sendo as negociações favoráveis a seus interesses nacionais.

Mas, ao mesmo tempo, se propõem a sustentar uma competição tecnológica e militar permanente, dentro de um sistema no qual a “conquista do poder” é o principal objetivo. A guerra – pelo menos para os Estados Unidos – passa a ser possível, em qualquer momento e em qualquer lugar, contra qualquer rival, inimigo ou aliado de anteontem.

Sob o ponto de vista de Fiori (fev/2018), “o mais provável é as linhas centrais dessa nova estratégia se manterem com qualquer governo depois de Trump, e só venham a ser alteradas por um novo equilíbrio de forças dentro do sistema mundial imposto pelas demais potências do sistema. (...) para chegar até esse novo equilíbrio, as demais potências terão de seguir a própria cartilha dos norte-americanos – e este caminho passa perigosamente pela beira do abismo da guerra”.

Crescimento com Inclusão Social de 2004 até 2013

Somente a partir da visão da totalidade se avista o centro e a periferia. Daí a impropriedade da transposição das “ideias de fora do lugar”, isto é, do centro à realidade periférica brasileira.

De acordo com a inspiração marxista da formação inicial da Professora Conceição Tavares, o que importa é a perspectiva da totalidade, ou seja, o movimento global do capital.

Essas lições metodológicas de uma mestra na periferia do capitalismo permanecem atuais. O ponto de vista holístico busca um entendimento integral dos fenômenos da economia. Esta é analisada como um sistema complexo. Cada fenômeno macrosocial emerge, em diversas escalas de análise, a partir de interações de múltiplos componentes.

Seu ponto de vista ideológico é nitidamente um posicionamento à esquerda. Por trás de toda a análise sistêmica ela coloca a questão básica: como aumentar o bem-estar popular com a diminuição da pobreza e da desigualdade social.

Será ainda uma estratégia industrialista a propícia à geração de empregos formais no século XXI? Bastarão políticas sociais ativas para melhor distribuição de renda e riqueza na sociedade brasileira?

Outros discípulos da Professora Conceição Tavares, Baltar, Souen e Campos (2018) têm o propósito, no capítulo escrito por eles no livro *Para Além da Política Econômica*, de caracterizar a geração de emprego e a evolução da renda do trabalho durante o *crescimento com inclusão social* ocorrido na economia brasileira de 2004 até 2013.

Um aspecto marcante da geração de emprego e renda desse crescimento com inclusão social foi a forte ampliação do emprego formal, acompanhado de expressivo aumento de poder de compra dos salários nesse tipo de emprego.

Segundo os autores, durante o *crescimento com inclusão social*, a população ocupada (PO) aumentou em ritmo análogo ao da população com idade para trabalhar, mantendo-se a taxa de ocupação da população com idade ativa (PIA). A taxa de desemprego – relação entre o número de desempregados (D) e a PEA –, entretanto, apresentou significativa redução. Como a taxa de ocupação da PIA (relação entre PO e PIA) pouco se modificou, toda a diminuição da taxa de desemprego pode ser atribuída à redução na taxa de participação (relação entre PEA e PIA).

Não se trata somente ou principalmente de uma mudança demográfica. Refletindo a diminuição do crescimento da população ocorrida desde o final da década de 1960, o ritmo de crescimento da PIA é atualmente muito menor se comparada à época da industrialização e urbanização do país.

Houve, entretanto, uma importante mudança social mais recente: vem reduzindo, desde a década de 1990, a taxa de participação na atividade econômica dos homens jovens. Esta era muito alta comparativamente às de outros países, inclusive em relação à América Latina.

Na década de 1990, o aumento da taxa de participação das mulheres adultas mais do que compensou a diminuição da taxa de participação dos jovens. A taxa geral de participação diminuiu somente nos anos 2000, porque foi menor o ritmo de aumento da

taxa de participação da mulher adulta e diminuiu-se a taxa de participação do homem adulto.

Em consequência da abertura comercial e financeira da década de 1990, em simultâneo a uma redução no papel do Estado no desenvolvimento da economia, houve redução na demanda de trabalho, dificultando a entrada do jovem no mercado de trabalho. Esse jovem da década de 1990 é o adulto com menos participação na atividade econômica dos anos 2000.

As modificações observadas nas taxas de participação por idade e sexo foram importantes para a dinâmica do emprego e da renda do trabalho do crescimento com inclusão social. Somou-se aos efeitos do menor crescimento da PIA e de mudanças em sua estrutura etária, além da menor intensidade dos deslocamentos de população no território nacional e de áreas rurais para áreas urbanas, especialmente metropolitanas, experimentados pelo País na época da industrialização e urbanização.

A ampliação do total de oportunidades para ocupar a PEA ocorreu em um ritmo compatível com a intensidade do crescimento do PIB. O que marcou o mercado de trabalho do crescimento com inclusão social não foi um aumento desproporcional do total de oportunidades ocupacionais, mas sim o forte crescimento do emprego formal.

O aumento do emprego formal, medido com dados da RAIS, para os meses de setembro dos anos de 2003 e 2013 foi de fato muito intenso, passando de 30 para 49 milhões de vínculos. Essa forte expansão do emprego formal (5,2% ao ano) ocorreu com aumento do poder de compra do salário médio, no ritmo de 2,7% ao ano, e com redução na dispersão em torno da média, apontada pela diminuição do coeficiente de variação (relação entre o desvio padrão e a média) de 1,57 para 1,42.

Esse comportamento do emprego formal e de seus salários foi fundamental para o caráter inclusivo do crescimento da economia no período, sendo uma novidade no Brasil, onde expressivos aumentos da renda do trabalho costumavam ser acompanhados de aumento de uma enorme desigualdade. Esse crescimento com inclusão social aprofundou-se depois de 2008, mas encontrando crescente dificuldade para continuar depois da crise global atingir o país.

A formalização das atividades da economia e dos contratos de trabalho fez o emprego formal crescer mais do que o total de oportunidades ocupacionais e modificou a maneira como a PEA foi absorvida pela atividade da economia. Uma parcela crescente da população começa a trabalhar mais tarde (e estudar mais tempo), encontra emprego formal para ocupar-se, e pode se manter nesses empregos quando a idade avança.

As posições na ocupação têm diferentes distribuições de renda. O emprego formal tem remuneração média bem maior do que o emprego sem contrato de trabalho formalizado e o trabalho por conta própria. Já a dispersão relativa à média das remunerações do emprego formal é maior do que a das remunerações do emprego sem contrato formalizado, mas menor do que a das remunerações do trabalho por conta própria.

O forte aumento do emprego formal criou condições para uma expressiva elevação nominal dos salários desse tipo de emprego, e a inflação mais baixa fez com que houvesse um aumento significativo do poder de compra desses salários. Para a diminuição da dispersão relativa das remunerações do emprego formal foram importantes o intenso aumento do valor do salário mínimo e os reajustes de salário das categorias profissionais acima da inflação.

Esses fatores institucionais pesaram na redução da dispersão dos salários, mas essa dispersão também foi afetada por uma geração de empregos formais concentrada no nível intermediário das remunerações, comparativamente aos empregos de maior remuneração.

Em síntese, segundo Baltar, Souen e Campos (2018), as principais tendências do mercado de trabalho no período de *crescimento com inclusão social* foram:

- a) o emprego formal cresceu mais do que o número total de pessoas ocupadas;
- b) a taxa de desemprego diminuiu não tanto pelo vigor do aumento do número de pessoas ocupadas, mas sim devido à diminuição no ritmo de crescimento da PEA, provocado principalmente pela redução na taxa de participação das pessoas na atividade econômica;

- c) a dinâmica demográfica e, principalmente, o adiamento da entrada na atividade econômica têm alterado a estrutura etária da PEA, reduzindo a proporção dos mais jovens, com implicações importantes para o mercado de trabalho;
- d) o aumento do valor do salário mínimo e os ganhos reais das negociações das categorias profissionais elevaram o poder de compra da renda do trabalho e reduziram a dispersão.

Na geração de emprego e renda desse período destacou-se, então, a formalização da atividade econômica e dos contratos de trabalho. As razões para essa formalização vão desde o crescimento mais forte e continuado da economia, passando pelo maior cuidado das autoridades do governo social-desenvolvimentista para com essa formalização – visando aumentar a arrecadação de impostos e contribuições sociais para lograr as metas de superávit primário –, até um tratamento tributário e contributivo diferenciado para os pequenos negócios (Simples), com o objetivo de estimular sua formalização.

À Guisa de Conclusão *a la* Conceição Tavares: Concentração de Riqueza

Eu comecei a estudar *a distribuição da renda e riqueza no Brasil* (Costa; junho de 2013) quando percebi a menor concentração da renda do trabalho, durante o período de crescimento com inclusão social (ou Era Social-Desenvolvimentista), não ter diminuído a concentração da riqueza no País. Pelo contrário, analisando estatísticas de riqueza financeira, observei ela ter se elevado.

Além de fatores institucionais como a sindicalização e os fatores políticos como a escolha de políticas públicas, a abordagem estruturalista *a la* Conceição Tavares exige reconhecer fatores demográficos e socioeconômicos. A oferta e a demanda por profissionais de acordo com suas escolaridades também afetam a concentração de renda do trabalho.

Em experiências internacionais, observa-se a massificação do ensino com qualidade ter levado à maior oferta de trabalhadores qualificados (ou “intelectuais” - sic) em relação à queda da oferta de

trabalhadores não tão qualificados (ou “manuais” - sic). Isso leva o leque salarial a fechar um pouco.

Os trabalhadores especializados manuais passam a ter maior demanda e ganhar mais e os trabalhadores intelectuais mais abundantes passam a ganhar relativamente menos. Tudo isso em relação aos salários relativos anteriores.

De acordo com o Censo 2010 realizado pelo IBGE, analisando a Faixa Percentual de Renda da População Ocupada por Escolaridade, constata-se no top 1% mais rico em renda estar mais de $\frac{3}{4}$, precisamente, 76% composta por gente formada em Universidade: graduados 62%, mestres 9% e doutores 5%. Sem educação formal, embora fossem 38% na população ocupada, apenas eram apenas 5% do grupo de 1% mais rico.

Curiosamente, o mesmo percentual de doutores, porém estes eram só 0,5% do total de ocupados. Nesse topo da pirâmide em renda do trabalho, estavam ainda 4% com primário completo ou secundário incompleto e 14% com secundário completo ou universitário incompleto.

Considerando o total de ocupados em cada faixa escolar, incluíam-se no 1% mais rico em renda do trabalho apenas 0,1% dos trabalhadores com primário incompleto, 0,2% dos com secundário incompleto e 0,5% dos com universidade incompleta. Entre os graduados, 4%, mestres, 13%, doutores, 19%. Dedução óbvia: em terra de iletrados, um “anel de doutor” ainda vale alguma coisa...

No fim do primeiro trimestre de 2018, as pessoas ocupadas em todos os trabalhos tinham o rendimento médio real habitual de R\$ 2.169,00 por mês. A PNADC indica esse valor ser próximo da média dos rendimentos do trabalho da faixa do decil entre 70% e 80%: R\$ 2.246,00.

Segundo a RAIS 2014, no mercado formal, em média per capita, um trabalhador com ensino médio completo recebia R\$ 1.833,00 mensalmente, com superior completo, R\$ 5.202,00, com mestrado R\$ 6.744,00, e com doutorado, R\$ 9.880,00. Em termos de centésimos, pela PNADC 2017, os graduados estavam na faixa de 90% e 95% (R\$ 5.214,00) e os pós-graduados na faixa de 95% a

99% (R\$ 9.782,00). Quem estaria no top 1% com rendimentos médios do trabalho em R\$ 27.213,00?

Poder é ter o poder de determinar a própria renda. A proximidade de cada ocupação em relação aos três Poderes da República, ao Poder Econômico e Financeiro, e ao Poder Midiático parecem explicar as colocações nos rankings construídos a partir dos Grandes Números do Imposto de Renda.

Em termos econômicos, a melhor ocupação no País é ser dono de Cartório: é o mais rico em renda, quase o dobro do segundo e do terceiro colocado. Depois dessas, dá para ver no ranking, boas ocupações estão em castas poderosas pertencentes a Poder Judiciário, Poder Político, Poder Fiscalizador, Poder Econômico, Poder Midiático e/ou Poder das "Celebidades" (atletas ou artistas). Senão, resta como boa ocupação cuidar, inclusive da diversão (no caso de atores e jogadores de futebol), dos poderosos: médicos, pilotos...

Os rendimentos per capita da subcasta de funcionários do Estado, devido à proximidade com os Três Poderes (Judiciário, Legislativo e Executivo), e mais pilotos de aeronaves, transportadores dessa gente avessa a risco, se destacam no ranking de renda. Então, não se trata de só obter uma educação de elite, mas também ser selecionado em concursos públicos para seguir carreiras da elite dos servidores públicos.

Esses são fatores favoráveis ao futuro enriquecimento em termos de renda do trabalho. Tanto o Instituto Rio Branco, quanto a ESAF (Escola Superior de Administração Fazendária), ambos os cursos aumentam as chances. Isso sem considerar o oportunismo do apadrinhamento de alguma dinastia política para quem não teve a "sorte do berço".

O melhor mesmo é ser capitalista. Em termos de rendimentos *totais* (inclusive lucros, dividendos, juros, alugueis, salários, etc.) a casta dos inativos recebe o equivalente a 40% do que os 150 mil capitalistas ganham, a casta dos trabalhadores, 37%, dos governantes, 44%, dos guerreiros-militares, 38%, dos sábios profissionais liberais, 37%.

Quanto ao rendimento total per capita mensal, somente se aproximam da média de R\$ 19.500 mensais dos 150 mil capitalistas

os 1,4 milhão de membros ou servidores públicos da administração direta federal – estão aí desde os sábios-tecnocratas, inclusive os do Poder Judiciário, até os oligarcas das dinastias regionais ocupantes de cargos políticos – com uma média mensal de R\$ 15.500. Tirando os empregados de empresas públicas (R\$ 12.800), todos as demais ocupações recebem de renda per capita pouco mais da metade daquele valor para baixo.

Natureza da Ocupação	Qtde Declarantes	Em %	Rendimentos Totais Em %	Rendimento Per Capita Anual em % do Capitalista	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$
Casta dos Inativos	5.647.652	20,2%	19,3%	40,2%	7.798,92
Capitalista que auferiu rendim. de capital, inclus. alug	150.235	0,5%	1,3%	100,0%	19.409,30
Proprietário de empr. ou firma indiv. ou empregador-til	4.474.003	16,0%	21,8%	57,4%	11.132,77
Microempreendedor Individual - MEI	403.825	1,4%	0,4%	12,4%	2.398,09
Casta dos Mercadores	5.028.063	18,0%	23,5%	55,2%	10.707,47
Casta dos Trabalhadores	9.652.939	34,5%	30,2%	36,8%	7.146,42
Casta dos Governantes	4.822.707	17,2%	18,2%	44,4%	8.621,76
Casta dos Guerreiros Militares	678.617	2,4%	2,2%	38,4%	7.447,36
Casta dos Sábios Profissionais liberais ou autônomos	2.173.669	7,8%	6,7%	36,6%	7.099,93
Total das Castas	28.003.647	100,0%	100,0%	42,1%	8.169,97

Alerto ao risco da média per capita provocar uma distorção na análise ao não revelar os extremos das concentrações, seja de renda, seja de riqueza. Quanto menor a quantidade de declarantes por faixa de renda ou por ocupação, tende a ser maior a média per capita. Tem esse viés a comparação entre essas médias. Mas não é disponível, nas estatísticas, o detalhamento individual (CPFs) propício a revelar os extremos.

Dados das declarações de impostos de renda de Pessoa Física (DIRPF 2017- AC 2016) demonstra o vantajoso (em termos individuais) fenômeno da “pejotização”. São 772.923 declarantes como dirigentes, presidentes, diretores de empresa industrial, comercial ou de prestação de serviços.

Mesmo com em número bem superior, a média per capita de rendimentos desses dirigentes fica só abaixo da de Jornalistas, Médicos e Engenheiros. A posse de riqueza per capita é inferior apenas da dos 7.770 jornalistas.

Graças aos grandes percentuais de rendimentos isentos, todas as ocupações recebem um rendimento per capita mensal muito superior ao da maioria dos colegas profissionais não pejotizados. Apresento abaixo o resumo das declarações de recebedores de lucros

e dividendos e rendimentos de sócio e titular microempresa por ocupação principal.

Ocupação Principal do Declarante	Qtde Declarantes	Particip. Isentos / Total	Rendimento Per Capita Mensal (12 m) em R\$	Patrimônio Líquido Per Capita em R\$
Jornalista e repórter	7.770	86%	74.399	2.726.020
Dirigente, pres., diretor emp. indust., com. ou prest. serv.	772.923	72%	32.608	1.877.962
Médico	167.623	51%	37.134	1.181.702
Gerente ou superv. empresa indust., comerc. ou prest. serv.	132.938	68%	23.338	1.015.233
Advogado	79.555	76%	32.378	1.394.346
Engenheiro, arquiteto e afins	84.543	63%	34.550	1.849.769
Produtor na exploração agropecuária	68.014	69%	28.874	1.560.494
Economista, administrador, contador, auditor e afins	67.616	59%	29.571	1.489.062
Analista de sist., desenv.de soft., adm.de redes e banco etc	41.279	55%	15.164	469.551
Vendedor e prestador de serviços do comércio, ambulante etc	49.418	65%	8.409	289.234
Bancário, economiário, escriturário, agente, assistente etc	51.309	36%	12.784	379.905
Odontólogo	25.771	48%	17.762	642.084
Professor do ensino superior	16.082	39%	28.200	1.096.804
Profissional de marketing, publicidade e da comercialização	11.804	66%	22.072	1.133.888
Agente e representante comercial, corretor, leiloeiro, afins	9.241	67%	17.355	690.752
Fonoaudiólogo, fisioterapeuta, terapeuta ocupacional e afins	16.334	62%	10.494	294.885
Enfermeiro nível sup., nutricionista, farmacêutico e afins	15.882	52%	12.026	1.623.519
Psicólogo	8.965	60%	17.911	841.453
Agrônomo e afins	5.782	54%	24.058	1.083.101
Desenhista industrial, escultor, pintor artístico e afins	5.099	75%	17.269	553.165
Demais Ocupações	912.377	57%	15.178	704.852
Total	2.550.324	64%	24.388	1.206.638

Fonte: DIRPF 2017-AC 2016 (elab. Fernando Nogueira Costa) - PL PC: Patrimônio Líquido Per Capita = (PL - Dívidas)/De

Para verificar os *rendimentos totais*, somei os rendimentos tributáveis (59% do total), os isentos e não-tributáveis (31%), e os tributáveis exclusiva ou definitivamente na fonte (10%). Nestes últimos, o 13º. salário representa 31%, os rendimentos de aplicações financeiras 28%, ganho de capital na alienação de bens ou direitos 14% e participação nos lucros ou resultados (PLR) 10%, ou seja, todo o restante 17%. Essa distribuição de renda espelha todas as fontes e não só a renda do trabalho como focalizou, durante muitos anos, o debate sobre concentração de renda – e não de riqueza – no Brasil.

As DIRPF demonstram as isenções e tributações exclusivas serem progressivamente maiores a cada faixa de salários mínimos. São 680 mil declarantes (2,4% do total) acima de 40 salários mínimos com menos da metade de seus rendimentos tributáveis. No topo 0,1% acima de 320 salários mínimos os 26 mil declarantes só têm 10% de seus rendimentos tributáveis, 23% com tributação exclusiva e 68% isentos. Provavelmente, são “pejotizados”.

Pesquise a concentração da riqueza financeira usando com fonte de informações a ANBIMA. Compare no quadro abaixo o

enriquecimento médio dos segmentos de 2015 para 2017. Os ricos da *Private Banking* agradecem a taxa de juro disparatada.

Produtos Bancários (sem Poupança)	Fim de Período			Variação entre 2017-2015
	Fundos e Títulos e Valores Mobiliários	dez 2015	dez 2016	
VAREJO TRADI CI ONAL				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	294.496.484	320.801.896	342.403.089	47.906.605
Número de clientes	6.345.595	6.518.557	7.262.574	916.979
Riqueza Per Capita R\$	46.409,59	49.213,64	47.146,24	737
VAREJO ALTA RENDA				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	515.436.396	619.459.812	687.650.461	172.214.065
Número de clientes	3.146.863	3.551.014	3.776.676	629.813
Riqueza Per Capita R\$	163.793,73	174.445,89	182.078,22	18.284
PRI VATE BANKING				
Patrimônio Líquido - R\$ Mil	712.480.020	831.593.529	964.034.474	251.554.454
Nº de Clientes *	109.894	112.036	117.421	7.527
Nº de Grupos Econômicos	52.050	54.100	56.619	4.569
Riqueza Per Capita de Clientes	6.483.339	7.422.556	8.210.069	1.726.730
Riqueza Per Capita de Grupos	13.688.377	15.371.415	17.026.696	3.338.319
Fonte: ANBIMA (elab. FNC) - Selic 252 média	13,90	14,08	10,08	

Desconsiderando os depositantes de poupança, eram apenas 9.557.985 investidores em dezembro de 2015, número próximo ao dos 9.501.164 profissionais ocupados com Ensino Superior Completo registrados no Censo de 2010. Alteram-se os valores da estratificação social da riqueza financeira ao considerar os depósitos de poupança em conjunto com fundos e títulos e valores mobiliários no fim de 2017. Confira o quadro abaixo.

Clientes	Quantidade	Saldo Per Capita
Depositantes de Poupança (< R\$ 100)	78.784.744	R\$ 15,00
Varejo Tradicional	67.548.530	R\$ 13.561,00
Varejo de Alta Renda	6.051.684	R\$ 128.583,00
Private Banking	117.421	R\$ 8.210.069,00

Depósitos de poupança representam o principal (25%) *funding* do sistema financeiro nacional. O saldo médio do Varejo Tradicional nessa modalidade é apenas R\$ 9.516,00, mas como são cerca de 60 milhões de depositantes, eles acumulam R\$ 573 bilhões, equivalente a 86% de R\$ 664,1 bilhões do saldo total de poupança. Minha dedução é a camada de mais baixa renda conceder, na prática, um autofinanciamento para a aquisição da própria moradia. Ela não depende dos ricos.

Estudo a sociedade brasileira estratificada em castas. Ela é analisada como sendo composta por agrupamentos de natureza ocupacional. Cada qual possui seu próprio *éthos*, isto é, espírito, caráter, mentalidade.

Nas primeiras sociedades coloniais agrícolas, o povoado e o grupo de parentesco ampliado — o *familismo* — eram o mais importante princípio organizador. A ação coletiva da política se fazia pelo *clã* ou a *dinastia*. A sociedade colonial no Brasil desenvolveu-se, patriarcal e aristocraticamente, à sombra das grandes plantações de cana-de-açúcar, não em grupos de nômades a esmo em atividade de extrativismo.

Em uma visão neoliberal, esta colonização não é obra do Estado português, mas sim da iniciativa particular. O empreendedor teria promovido a mistura de raças e a agricultura latifundiária.

As *castas*, ligadas às ocupações, ali estavam, em estágio embrionário, não tendo se libertado do poder do parentesco. A liderança dessa colonização é atribuída apenas à *casta dos aristocratas-latifundiários* ao se esquecer do papel-chave da *casta dos comerciantes-trafficantes*, apoiados pela *casta dos guerreiros* e da *casta dos sábios-sacerdotes* na submissão dos *párias cativos*, sejam os nativos, sejam os africanos “imigrantes compulsórios”.

Uma lição dessa releitura da história do Brasil é a hegemonia de uma casta se tornar vulnerável quando não se alia com as demais. Estas contra-atacam via golpe de Estado.

Se os Sábios-Tecnocratas impõem a burocratização ou a presunção arrogante típica dos especialistas, se os Trabalhadores e Artesãos adotam o corporativismo e excluem “os de fora” na sua busca de espírito comunitário, se os

Guerreiros atacam guerras intermináveis contra “inimigos externos e externos”, e se o Mercador busca dominar sem restrição, infligindo a sociedade com instabilidade econômica e elevação das desigualdades, os outros reagem em um pacto defensivo.

Neste estudo (Costa; 2017^a; 2017^b) dos comportamentos históricos das castas de natureza ocupacional, no Brasil, de início, busquei conhecer suas *instituições e lógicas de ações*. Depois, a

partir das interações entre esses componentes de um sistema complexo, deduzi a emergência de um resultado não possível de ser observado no nível de cada casta, mas sim através da rede de relacionamentos entre elas.

Apresentei uma trajetória dinâmica de alianças, golpes e contragolpes. Primeiro, analisei a evolução histórica das alianças entre as castas brasileiras, destacando os pontos de ruptura como marcos na história.

Depois, busquei detectar, dentro da dependência de trajetória caótica e não linear desse sistema complexo, se havia emergência de comportamentos macrossociais e quais eram os principais nódulos dos relacionamentos entre as castas.

Cheguei à conclusão, no fim desta releitura da literatura historiográfica brasileira clássica, através de intérpretes do Brasil, a conciliação, o autoritarismo, o elitismo, o populismo, o culto à personalidade, e a corrupção, todos esses fenômenos políticos (ações coletivas) são os elos mais notáveis nessa rede de relacionamentos entre as castas brasileiras.

A *conciliação* é a ideologia de coesão nacional. O *autoritarismo* é a coerção imposta pela casta dos guerreiros. O *elitismo* é próprio da casta dos aristocratas governantes em aliança com a casta dos sábios esnobes. O *populismo* ocorre quando o povo (composto de "párias") estabelece conexão direta com uma liderança trabalhista. O *culto à personalidade* corresponde a essa tradição. Por fim, a casta dos mercadores é *corruptora* de todas as demais para impor seus interesses privados.

O que dirá a Professora Conceição Tavares dessa ousadia de um economista, não diplomado em Sociologia?

Ainda não tive a oportunidade de debater com ela a respeito. Mas aprendi com ela o respeito ao *livre-pensar*, bem fundamentado em leituras críticas, e a defesa das hipóteses originais a partir de evidências empíricas e capacidade analítica.

Capítulo 4.

Diálogos com Maria da Conceição Tavares: Reflexões Femininas sobre a Economia Latino-Americana da CEPAL

Tradução de Fernández, Virginia Laura (2021). Feminine reflections on Latin American ECLAC economic thought. Dialogues with Maria da Conceição Tavares. *Cuadernos de Economía*, 40(84), 853-873. Número especial Género, 2021.

Introdução

Maria da Conceição de Almeida Tavares é uma das mentes mais brilhantes do pensamento crítico brasileiro e latino-americano.

“Uma mente rebelde, inquieta e criativa”, diz Bielschowsky (2011, p. 24). Possas (2001, p. 389) afirma: “ela tem sido uma das economistas mais influentes no pensamento econômico brasileiro desde os anos 1960, especialmente os heterodoxos”.

Suas contribuições se estendem a uma ampla variedade de campos, incluindo a inauguração de uma teoria econômica na Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe (CEPAL). Sua atuação como professora e mentora de grandes intelectuais e políticos brasileiros no Instituto de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) e na Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP). Além disso, teve sua inserção na política brasileira como deputada federal do Rio de Janeiro de 1995 a 1999.

Maria da Conceição Tavares, natural de Anadia, Portugal, a 24 de abril de 1930, completou 90 anos. Essas linhas são propostas como uma homenagem a sua trajetória profissional e sua vasta contribuição como intelectual crítica e com compromisso permanente com o desenvolvimento do Brasil e da América Latina.

Visa deixar sua voz clara, precisa e contemporânea seja ouvida para diagnosticar o principal problema ainda hoje determinante (e o

tem feito estruturalmente) do desenvolvimento do Brasil e da América Latina, a saber: “a distribuição da renda e da propriedade”.

Em maio de 2019, Virginia Laura Fernández entrevistou¹ Maria da Conceição Tavares em sua residência no Rio de Janeiro. Conhecê-la cara a cara e conversar com ela foi uma das experiências mais gratificantes da sua vida.

Maria da Conceição Tavares tem sido sua fonte de inspiração no campo da Economia Política Latino-Americana desde quando ouviu sua palestra provocativa e esclarecedora sobre o futuro do Brasil no campus da Praia Vermelha na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em sua primeira visita ao Brasil, em 2003.

O impacto sobre ela lhe impulsionou a encontrar uma oportunidade de se encontrar, conversar e tomar um café juntos. Lá estava ela na sua frente para conversar e tomar um café.

O encontro foi realizado por ocasião da VII Conferência Latino-Americana de História do Pensamento Econômico, realizada na Universidade Federal do Paraná em Curitiba, em novembro de 2019. Convidou-a a ir, pois organizou uma sessão especial sobre os 70 anos do pensamento econômico da CEPAL.

Ela seria a memória atual dessa história. No entanto, uma viagem tão longa foi difícil, devido à sua idade avançada, então decidiu viajar para conversar com ela e transmitir sua mensagem. O que se segue é um trecho daquela conversa naquela tarde quente de outono carioca.

O objetivo da entrevista na íntegra foi explorar, na experiência de Tavares, como as ideias e propostas de política econômica (associadas aos estruturalistas latino-americanos) penetraram em cada instituição onde ela participou (CEPAL, UFRJ, UNICAMP e Poder Legislativo) e se a interação entre tais instituições favoreceu uma maior adesão a essas ideias.

Gênero também foi abordado na conversa à medida da exploração de sua trajetória profissional e experiência pessoal. Maria da Conceição tem sido uma “referência feminina” em um ambiente profissional de economistas predominantemente masculino.

Agradece a Rodolfo Brandão de Proença Jaruga pela captação de imagens e vídeo durante a entrevista.



A entrevista centrou-se na CEPAL para aprofundar as perspectivas de Tavares sobre suas principais contribuições para o pensamento econômico latino-americano e mundial. Falou sobre os principais aspectos teóricos da escola estruturalista, o principal legado dela dentro dessa escola e o grande desafio atual de desenvolvimento da região sob uma perspectiva estruturalista.

Tavares afirmou esse desafio continuar sendo a *heterogeneidade estrutural crônica*, alimentada pela *desigualdade na distribuição de renda e riqueza*. Entrevista e entrevistadora discutiram a adesão da CEPAL, desde a década de 1960, às recomendações de política econômica para superar a heterogeneidade estrutural e melhorar a distribuição de renda e riqueza no Brasil e na região proposta.

Nesse sentido, em um documento oficial da CEPAL de 1963, afirmava-se:

“Nunca os líderes políticos e especialistas em ciências sociais da região estiveram mais de acordo sobre a política geral necessária para o desenvolvimento sustentável [...] Reforma

agrária, industrialização diversificada e a redução das desigualdades extremas na distribuição de renda são aceitos hoje como elementos essenciais de uma política nacional coordenada” (CEPAL, 1963, p. 3).

Bielschowsky (2000) já havia definido a década de 1960 como a década quando a preocupação com a distribuição ganha importância no pensamento da CEPAL. Furtado (1961,1968) e Prebisch (1963) argumentaram: o problema de distribuição causado pela concentração de renda no Brasil e nos países da região era o principal fator de impedimento ao desenvolvimento.

Recentemente, em sintonia com Bielschowsky, Curado e Fernández (2019) periodizaram, brevemente, a relevância da questão distributiva no pensamento da CEPAL desde os anos 1960. Afirmaram, ainda, na última década, iniciada em 2010, a questão distributiva passou a ser foco de debate por dois motivos:

- a primeira, porque fornece políticas com abordagem baseada em direitos; e
- a segunda, porque a igualdade é condição para a construção de um modelo de desenvolvimento voltado para a inovação e a aprendizagem, com reflexos positivos na produtividade, na sustentabilidade ambiental, na difusão da sociedade da informação e no fortalecimento da democracia e da cidadania plena.

Nesse sentido, *a melhoria da distribuição se tornaria um aspecto essencial do desenvolvimento*. Dito de outra forma, a concentração de renda e riqueza são consideradas obstáculos ao crescimento econômico e ao desenvolvimento.

Entrevista de Virginia Laura Fernández com A Professora Maria da Conceição Tavares

Seguem alguns trechos da entrevista, realizada em português. Virginia Laura Fernández (VLF) pergunta e Maria da Conceição Tavares (MCT) responde.

VLF: Maria, qual é a principal contribuição da CEPAL para a história do pensamento econômico latino-americano e também para a história do pensamento econômico mundial?

MCT: A contribuição da CEPAL para o pensamento econômico em geral, tanto para a América Latina quanto para o mundo, foi a introdução da ideia "centro-periferia". E foi Prebisch quem o apresentou. Ele usou a expressão. Antes dele, não era comum alguém falar sobre um centro e uma periferia. E ele incluiu a América Latina na periferia naquela época.

VLF: . Você poderia expandir alguns outros elementos dessa ideia de dualidade?

MCL: A CEPAL basicamente apresentou a ideia de heterogeneidade estrutural através do Aníbal Pinto. Essa é uma ideia importante. Mas dualidade não é ideia dele, *dualidade* é ideia inglesa⁴. A *heterogeneidade estrutural* é de Aníbal Pinto. Ele pensa não haver dualidade no nosso caso, porque a América Latina se caracteriza pela heterogeneidade estrutural.

VLF: Eu entendo, mas essa ideia de "centro-periferia" tem um elemento de dualidade, mais marcante especialmente para Prebisch e Furtado.

MCT: Sim, essa ideia de "centro-periferia" foi introduzida por Prebisch e Celso Furtado a desenvolveu. É baseado na escola da CEPAL em geral, digamos.

VLF: a CEPAL incorpora elementos dos economistas clássicos, de Keynes, de Marx, alguns elementos schumpeterianos. Alimenta-se dos clássicos e os utiliza para compreender os processos da América Latina. Mas qual poderia ser sua principal contribuição para a história do pensamento econômico? Inclusive sua contribuição para a análise do caso da América Latina. As ideias de Furtado vinculavam-se à quantidade de mão de obra pouco qualificada, ou que isso levaria à estagnação.

MCT: Sou contra a ideia de *estagnação* e escrevi contra Furtado. Sou a favor da ideia de *substituição de importações*. Esta é a minha cultura. A ideia de estagnação não faz sentido. O Brasil nunca foi um país estagnado. E o Furtado nasceu aqui, trabalhou aqui.

Portanto, é fantástico ele ter inventado a ideia de estagnação para um país sem nunca ter estagnação.

VLF: Você conseguiu ilustrar depois não haver estagnação, mas aí você faz uma incorporação. E você escreveu um artigo, com o Serra.

MCT: Escrevi um artigo chamado "Além da Estagnação⁶" com Serra.

VLF: Aí você expressa uma discordância mais forte com o mestre Celso Furtado.

MCT: É verdade, na verdade, é uma das mais fortes discordâncias. Porque sua ideia de estagnação nunca me convenceu. E fiz questão de declarar minha posição neste artigo. Eu até escrevi para ele depois, me desculpando. Ele disse: "Tudo bem". Respondi: "Não é, porque você é meu mestre". Ele disse: "Não, seu mestre está morto há muito tempo". Ele achava meu mestre ser Marx... (risos).

VLF: E ele não estava?

MCT: Marx, Keynes, sem dúvida ... Os clássicos.

VLF: Você incorpora precisamente esta questão um tanto marxista ao pensamento latino-americano. Porque o que mais atraiu foram as ideias keynesianas e schumpeterianas. Mas a questão marxista do ciclo, foi você quem a introduziu?

MCT: Isso mesmo. Fui eu quem a introduzi.

VLF: Essas contribuições foram feitas para analisar o caso da América Latina e foram incorporadas à história do pensamento econômico da CEPAL, nesses 70 anos. Essa ideia de "centro-periferia". Você acredita ser essa sua principal contribuição?

MCT: Essa relação centro-periferia foi mantida. Continua. Os centros estão aí e ainda estamos na periferia. Até prova em contrário, não existe um país central na América Latina.

VLF: E quanto ao novo centro? A questão de novas perspectivas com a realidade atual com a Ásia em desenvolvimento, com a China? Como devemos pensar sobre isso?

MCT: Mas esse é um novo centro no exterior. No caso anterior, primeiro foi a Inglaterra, o centro da economia mundial, depois os Estados Unidos – e agora a China também entrou na dança. Ela (China) já é o centro da Ásia, sem dúvida. É um centro quase capitalista. Ainda não se tornou capitalista porque tem muita intervenção estatal. Mas é o centro mais importante da Ásia.

VLF: Este novo centro (China) está mudando o cenário internacional.

MCT: Teve uma influência poderosa.

VLF: Alguns autores afirmam os padrões de consumo terem mudado com a ascensão da China e da Ásia em desenvolvimento porque eles produzem bens de consumo acessíveis à população mais pobre.

MCT: Isso é uma mudança porque antes o *consumismo* era apenas para as classes médias e agora é também para as massas.

VLF: Maria, qual foi sua contribuição para a CEPAL aqui no Brasil e no Chile?

MCT: Foi “Substituição de Importações”, essa foi a minha primeira contribuição. Depois, no Chile, foi “Além da Estagnação” (1971), na CEPAL. No Chile, analisei os outros países da América Latina, incluindo o Peru. E trabalhei com o elemento monetário-financeiro, incluí isso quando estive lá, no Chile. Eu dei aula na Escolatina.

Refere-se a “Ascensão e declínio do processo de substituição de importações no Brasil” (1964). Foi escrito como parte de “O processo de substituição de importações como modelo de desenvolvimento recente na América Latina” in ECLAC, Economic Bulletin of Latin America, vol. 9, N1. Nova York, março de 1964. Publicação das Nações Unidas. (Bielschowsky, 2000, p. 218). Posteriormente, foi publicado na coletânea de artigos “Ascensão e declínio do processo de substituição de importações no Brasil - Da substituição de importações ao capitalismo financeiro”, em 1972.

VLF: Se você pudesse, explique em poucas palavras quais são essas contribuições, o que são esses textos “Substituição de Importação” e “Além da Estagnação”.

MCT: "Além da Estagnação" é basicamente rejeitar a tese de Furtado de estarmos caminhando para a estagnação. Essa era a tese de Furtado. Porém, não estávamos caminhando para nenhuma estagnação, sempre fomos uma economia dinâmica, então não sei de onde ele tirou essa ideia da estagnação.

VLF: E qual foi o seu raciocínio ao sustentar não haver estagnação?

MCT: Não houve estagnação, nunca houve, sempre fomos uma economia dinâmica. Eu não sei de onde ele tirou a estagnação. Como ele inventou a estagnação é o que eu não sei. Nunca fomos uma economia estagnada.

Obs.: A *tese da estagnação* de Furtado tem sua publicação seminal em "Desenvolvimento e Estagnação na América Latina: uma abordagem estruturalista". *Studies* (1969).

VLF: Mas a ideia de que a estagnação poderia vir do fato de que o mercado consumidor, ou a exploração da classe trabalhadora, não permitiria a expansão do consumo ...

MCT: Não, isso é bobo. Simplesmente não é possível incluir o consumo da classe média, mas o consumo das classes populares se expandiu brutalmente. O consumo de massa é um fato no Brasil. E é totalmente expandido.

Obs.: Bielschowsky (2011), ao escrever sobre Maria da Conceição Tavares, argumenta se tratar de momentos distintos de escrita. Furtado escreve no início dos anos 1960, quando a economia brasileira dava sinais de arrefecimento devido ao pequeno mercado consumidor. Em contrapartida, Tavares e Serra escrevem no início do milagre econômico (1968-1973), quando se percebe a concentração derivada das políticas salariais, tributárias e financeiras implementadas desde 1964, trazer um novo padrão de crescimento impulsionado justamente pela maior concentração de renda e o conseqüente aumento do consumo de bens de longa duração e de capital.

MCT afirmou: "Minha explicação é existir um ciclo, mas não estagnação. E o ciclo não é sobre a eficiência marginal do capital, é sobre as tendências cíclicas das economias capitalistas em geral.

Portanto, a ideia de estagnação é uma ideia incorreta em Furtado. Se há um país onde nunca houve a tradição de estagnação é o Brasil. Eu não sei de onde ele tirou a estagnação. Ele não pensou isso ser possível de acontecer, mas sim como um fato consumado já chegando. Ele não disse “talvez”, ele afirmou isso ia acontecer, mas nunca aconteceu”.

VLF: Se você tivesse de deixar um recado para as pessoas, pesquisadores, atualmente pesquisando a História do Pensamento Econômico da América Latina, qual é o principal desafio?

MCT: O maior problema da América Latina não é a estagnação, mas a distribuição de renda. Esta é muito ruim. Esse é o problema. Isso dá lugar à heterogeneidade estrutural. Essa má distribuição de renda cria uma heterogeneidade estrutural do ponto de vista do consumo e da produção. Esse é o nosso problema, o problema da heterogeneidade, não o problema da estagnação.

VLF: Esse elemento é do Aníbal Pinto ...

MCT: Sim, é daí sua origem. Ele era meu mestre. Todo o meu pensamento herético eu herdei dele. (risos) O pensamento de Aníbal Pinto era muito rico. É verdade mais tarde eu ter contribuído, para divulgá-lo, mas ele também tinha uma grande base de fãs aqui. Esteve vários anos no Brasil, foi Diretor do Centro CEPAL-BNDE e gostou muito do Brasil, então se interessou. Ele foi muito importante para mim. Só a CEPAL não teria me tornado tão herege. Devo isso ao Aníbal Pinto. *Ele era um herege, ele era um heterodoxo.*

VLF: E essa ideia de heterogeneidade estrutural foi posteriormente resgatada e sintetizada por Octavio Rodríguez ...

MCT: Sim, mas foi por causa do Aníbal Pinto.

VLF: E então surge algo cuja causalidade é desconhecida. Porque você falou sobre distribuição de renda e heterogeneidade. Essa ideia de a distribuição de renda ser o problema central é a chave para a heterogeneidade estrutural. Para quem devemos produzir?

MCT: Isso mesmo.

VLF: Os chineses parecem ter consumado a ideia de produzir para todos. Para as classes de renda mais baixa.

MCT: Isso mesmo. É o consumo em massa desde o início. Eles não parecem ter um problema sério com a distribuição de renda, talvez riqueza, mas isso eu não sei, não há dados. Não tenho dados sobre a China em relação à distribuição de riqueza. Mas a (distribuição) de renda não era um problema. Eles são um país de consumo em massa desde o início de suas reformas em 1979.

VLF: E essa é a questão chave para você? O principal desafio, o principal elemento para pensar a realidade latino-americana?

MCT: É essa coisa de distribuição de renda, o que é ruim. É o principal e tem a ver com *a concentração da propriedade*.

VLF: Qual seria o principal desafio da América Latina neste cenário nacional e internacional, junto com a presença da China, dado o estágio de desenvolvimento do Brasil?

MCT: Quanto à presença da China, não há problema, porque não estamos competindo com a China nem estamos fazendo substituição de importações de produtos chineses porque eles nunca foram exportadores para nós. Eles fazem mais investimento direto. Eles não são exportadores diretos para nós. Eles não exportam produtos chineses. Está claro?

VLF: Você está falando sobre o que é produzido aqui com o Investimento Direto Estrangeiro chinês?

MCT: Isso mesmo. O que é completamente diferente. Isso não é substituição de importação, é substituição de investimento.

VLF: Mas isso não está crescendo? A China se tornou o principal investidor e o principal importador do Brasil hoje.

MCT: Sim, está crescendo.

VLF: E qual é o principal problema ou desafio a ser considerado no Brasil e na América Latina?

MCT: É a distribuição de renda. Isso é o que é difícil. Porque o problema da distribuição de renda é de um lado o salário, porque os salários são muito heterogêneos. Os salários dos pobres são uma coisa, os salários da classe média são outra, os dos ricos são mais

outra coisa. O mesmo ocorre em relação à propriedade. Temos uma grande concentração de riqueza. E isso piora a distribuição de renda.

VLF: E essa concentração de renda está totalmente ligada à ideia de heterogeneidade estrutural de Aníbal Pinto, a qual você também trabalhou muito na CEPAL.

MCL: Certo. Isso mesmo.

VLF: Então o principal desafio a se pensar na América Latina e no Brasil hoje seria ...

MCL: Ainda é distribuição de renda ... Mais do que crescimento. Crescimento, alguns países conseguiram crescer, outros não, mas por diferentes razões, digamos. Agora, com relação à melhoria da distribuição de renda, não tenho notícias de algum país da América Latina ter melhorado alguma coisa. Isso é o pior. E, portanto, a heterogeneidade continuará.

VLF: E por que os países mais progressistas da América Latina nos últimos anos, os governos do início do século 21 (Lula, Néstor Kirchner na Argentina) não conseguiram melhorar a distribuição de renda e riqueza?

MCT: Eles tentaram, mas imagine. Mexer com a propriedade não é brincadeira. As pessoas podem mexer com qualquer coisa, mas não com propriedade. A propriedade é sagrada, "para eles". Eles nunca foram capazes de redistribuir propriedade ou fazer leis promotoras da igualdade. Os espaços dominantes aqui não brindam a esse serviço. Na América Latina como um todo, incluindo o México, mesmo tendo feito uma revolução popular, mas a distribuição de renda também é péssima. Esse é o principal problema da América Latina. Possui uma distribuição de renda e propriedade muito desigual. E não se desenvolve porque você não pode igualar a situação da parte inferior com a da parte superior.

VLF: E no Brasil está piorando. E esta concentração do 1% mais rico...

MCT: Claro, ainda é o mesmo infortúnio – e são os mesmos por trás do mesmo infortúnio.

VLF: Você tem alguma proposição sobre o necessário a ser feito assim para resolver a situação?

MCT: Sim, mas tudo teria de ser feito, reforma agrária, reforma imobiliária, enfim.

VLF: E as reformas implementadas na CEPAL original para mudar a estrutura produtiva?

MCT: Certo. Mas a CEPAL propôs reformas nunca feitas. É uma coisa propor e outra a classe dominante executá-la. A classe dominante nunca adotou as ideias dos reformadores da CEPAL. Quando o fez, era conservador, não reformista.

VLF: Em algum momento você fala que o programa de desenvolvimento brasileiro é uma modernização...

MCT: Sim. Porque é, uma *modernização conservadora*.

Obs.: No filme "Livre-pensamento", dirigido por José Mariani (2014), Maria da Conceição Tavares expressa: "O programa desenvolvimentista brasileiro foi uma modernização conservadora" (2014, minuto 28:46).

VLF: Então você não acha isso ser um desenvolvimento real?

MCT: Não, não é que não seja um desenvolvimento real, é um desenvolvimento não igualitário, é um desenvolvimento heterogêneo. Mas é desenvolvimento de qualquer maneira. Você não pode dizer "não é" porque é. Não é apenas crescimento, é também desenvolvimento produtivo. Mas é desigual, é heterogêneo.

VLF: E você acha ser possível reformar a distribuição de renda e riqueza no capitalismo?

MCT: Não no capitalismo subdesenvolvido. Não conheço nenhum caso, pelo menos. No capitalismo desenvolvido, sim, porque fizeram reformas. Mas eles tinham sindicatos ativos, partidos políticos de esquerda. Aqui não. Aqui nunca tivemos isso. Tínhamos minorias de esquerda e minorias nos sindicatos, mas elas nunca foram ativas ou dominantes na cena política. Enquanto na Europa e nos Estados Unidos, eles estavam.

VLF: Uma última pergunta. Como mulher, ao longo da vida profissional, como professora, na CEPAL, na universidade, você sentiu ser diferente por ser mulher? Enfrentando todos esses homens da CEPAL...

MCT: Não. Mas eu sou muito agressiva, então eles me respeitaram. Eu sou inteligente, sou agressiva, combativa... Então, não é fácil me conter, sabe. Não é fácil para eles me refrearem assim. Eles nunca conseguiram me conter... (risos)

VLF: E as outras mulheres? Por qual razão não há muitas mulheres nessas esferas ...

MCT: Não há razão para não haver, você sabe. Eles não são agressivos, mas eu sou!

VLF: Mas então, para que uma mulher seja ouvida, é preciso ser agressiva?

MCT: Ahhh, você tem de ser agressiva. Eu acho... Aqui neste país, quem é mole não consegue sobreviver. Você tem de ter uma abordagem combativa, caso contrário, você não vai conseguir. Pense nisso.

VLF: E na CEPAL?

MCT: Mas aí não era importante porque não tinha executivo... Era diferente. Eu era a única economista mulher da CEPAL. Então, eu tinha simpatia em geral. E o Aníbal Pinto, quando me escolheu na CEPAL foi por ser um progressista... Eu trabalhei com ele...

VLF: Ele defendeu você?

MCT: Ele sempre me defendeu, daquele ponto em diante. Eu fui lá a convite dele, é claro. Devo tudo ao Aníbal Pinto. Se não fosse pelo velho Aníbal eu estaria na escola, dando aula. Foi ele quem me lançou no mundo. Velho amigo. Ele me levou para a CEPAL no Chile. Ele é meu mestre.

Veja aqui os meus dois mestres (na foto), Aníbal Pinto e Celso Furtado. Ela mostra a foto abaixo.



Bases do Pensamento Estruturalista da CEPAL

O Sistema Centro-Periferia, a Deterioração dos Termos de Comércio Internacional e a Heterogeneidade Estrutural constituem o tripé da História do Pensamento Econômico Latino-Americano.

Em 1998, publicou-se uma compilação das principais contribuições teóricas da CEPAL, "*Cinquenta anos de pensamento CEPAL. Textos selecionados*". Ricardo Bielschowsky foi o editor e quem fez um trabalho de sistematização e análise por décadas, por temas relevantes e por autor. Em 2010, foi publicada "*Sessenta anos da CEPAL*", compilada pelo mesmo autor. Em 2018, foi publicada a coletânea de artigos "*Desarrollo e igualdad: el pensamiento de la CEPAL en su séptimo decenio*", compilada por Bielschowsky e Miguel Torres. Tudo isso é leitura recomendada para entender a originalidade de seu pensamento.

Percebe-se seu avanço, pois no momento histórico da redação do documento fundador da CEPAL, em 1949, as ideias sobre comércio internacional ainda se baseavam na Teoria das Vantagens Comparativas de David Ricardo. Essa teoria afirmava por meio do comércio internacional a troca deveria ser feita de acordo com a *especialização produtiva* em setores onde as economias tivessem custos trabalhistas relativos mais baixos. Desse modo, os países poderiam reduzir ou eliminar a distribuição desigual de renda e, assim, alcançar maior eficiência produtiva e comercial.

No entanto, Prebisch, analisando a realidade da América Latina, como membro da periferia do capitalismo mundial, critica essa teoria. Sugeria a difusão "lenta e desigual" do progresso técnico, em escala internacional, dar origem a diferenças nos graus de desenvolvimento dos países.

Prebisch (1949) expressava isso da seguinte maneira: a falha nessa suposição é a de generalizar a partir do particular. Se por "a comunidade" se referir apenas aos grandes países industrializados, os benefícios do progresso técnico seriam gradualmente distribuídos entre todos os grupos e classes sociais, dadas as conquistas sociais.

Se, no entanto, o conceito de "a comunidade" fosse estendido, para incluir a periferia da economia mundial, um erro grave estava implícito naquela generalização. Os enormes benefícios decorrentes

do aumento da produtividade não alcançaram a periferia em medida comparável à obtida pelos povos dos grandes países industrializados.

Daí, as diferenças marcantes entre os padrões de vida das massas da primeira (comunidade do centro) e a segunda (comunidade da periferia) e as manifestas discrepâncias entre as respectivas capacidades de acumulação de capital. De maneira ortodoxa, dizia a margem de poupança depender, principalmente, do aumento da produtividade (CEPAL, 2016, p. 46).

A conclusão de existir uma lacuna tecnológica entre os países centrais e periféricos é acompanhada pela observação dela estar intimamente ligada à produtividade e aos termos de troca. Para Prebisch, há uma penetração desigual do progresso técnico entre setores da periferia, gerando nos países periféricos diferenças persistentes em suas produtividades.

Assim, como a tecnologia só penetra nos setores exportadores de matéria-prima e não nos demais setores (subdesenvolvidos), geram-se sistemas duais na periferia. Eles dificultam o processo de industrialização na periferia.

Foi o que observou ao analisar a evolução da economia mundial entre 1876 e 1947: em termos gerais, o progresso técnico parece ter sido maior na indústria em lugar de ser na produção primária dos países periféricos. Consequentemente, se os preços tivessem sido reduzidos proporcionalmente ao aumento da produtividade, a redução deveria ter sido menor no caso dos produtos primários em vez de ser nos manufaturados. Assim, enquanto a disparidade entre as produtividades aumentava, a relação de preços entre os dois deveria ter mostrado uma melhoria contínua em favor dos países da periferia. (Prebisch, 1949, na CEPAL, 2016, p. 51)

Prebisch demonstrou a queda nos preços internacionais dos produtos primários não ser acompanhada por uma dinâmica semelhante nos preços dos produtos industriais. Esse fato contradizia a teoria tradicional, baseada em hipótese de livre-comércio, a qual não conseguia explicar por qual razão a melhora da produtividade industrial não se traduzia em redução dos preços dos produtos industriais.

Portanto, os países com uma inserção externa baseada na exportação de bens primários encontrariam um entrave ao seu crescimento, porque as divisas derivadas das exportações perdiam em relação ao seu poder de compra. Este desequilíbrio, em prejuízo da periferia, entre a relação de preços das exportações e das importações, acabava por obstruir o potencial de crescimento e desenvolvimento dos países periféricos. Isso ficou conhecido como a *deterioração dos termos de troca*.

Prebisch, ao analisar a evolução da economia argentina e tratar dos problemas de desenvolvimento dos países latino-americanos, conclui o seguinte.

Em primeiro lugar, os preços não caíram concomitantemente com o progresso técnico, pois, por um lado, costumam a diminuir em decorrência do aumento da produtividade, por outro lado, a renda dos empresários e dos detentores de fatores produtivos aumentou. Quando a renda aumentou acima da produtividade, os preços aumentaram em vez de cair.

Em segundo lugar, tivesse o aumento da renda, nos centros industriais e na periferia, sido proporcional ao aumento de suas respectivas produtividades, a relação de preços entre produtos primários e manufaturados teria sido a mesma como se os preços tivessem caído em proporção estrita à produtividade. Dada a maior produtividade da indústria, a relação de preços teria se movido a favor dos produtos primários.

Em terceiro lugar, como a relação na verdade se moveu em relação aos produtos primários, no período entre 1870 e 1930, é evidente no centro a renda dos empresários e detentores dos fatores produtivos ter aumentado relativamente mais acima da produtividade, enquanto na periferia, o aumento da renda foi menor se comparado ao da produtividade.

Em outras palavras, enquanto os centros guardavam todo o benefício do desenvolvimento técnico de suas indústrias, os países periféricos transferiam para eles uma parte dos frutos de seu próprio progresso técnico (Prebisch 1949, na CEPAL, 2016, p. 53).

O trecho acima desafia a Teoria Tradicional do Comércio Internacional com base nas vantagens comparativas ricardianas e

afirma não haver “efeito transbordamento”, resultante do progresso técnico das economias capitalistas por meio de melhorias produtivas e redução dos preços dos produtos industriais. Além disso, se houver efeito de transbordamento ou transferência da fruição do progresso técnico, será na direção oposta, da periferia para o centro, conforme expresso no parágrafo anterior.

Esses postulados confirmam uma relação entre o crescimento econômico e a restrição externa, gerada pela assimetria na elasticidade-renda das exportações e importações dos países exportadores de matérias-primas e produtos industriais. Isso também se reflete na relação entre os países centrais e os periféricos.

O Sistema Centro-Periferia se estabelece a partir da inserção de países na divisão internacional do trabalho, onde aqueles pioneiros a entrar no processo de industrialização, como a Inglaterra, os países europeus, os Estados Unidos e o Japão, apresentam domínio em termos da criação e difusão do progresso técnico. O progresso técnico não atinge os demais países e eles permanecem inseridos na economia mundial por meio da economia primária (produção de alimentos e matérias-primas) de forma “lenta e desigual”.

Os primeiros, países considerados grandes centros industriais por sua predominância no controle dos avanços do progresso técnico e na melhoria da produtividade, são *os países centrais*. Os últimos, constituindo aquele vasto conjunto de países produtores de bens primários, insumos e alimentos úteis às economias centrais, garantem a menor custo a sua produção alimentar e industrial, são *as economias periféricas*. Nesse último grupo, claramente, estavam os países latino-americanos, foco do diagnóstico de Prebisch.

O ponto chave é essa disseminação “lenta e desigual” do progresso técnico entre os países centrais e periféricos condicionar tal relação ser mantida ao longo do tempo. Enquanto os países periféricos permanecerem inseridos na divisão internacional do trabalho, produzindo alimentos, matérias-primas e *commodities* e implementando nesses setores os avanços do progresso técnico desenvolvido pelos países centrais, haverá aumento de produtividade, e aumento da produção capaz de provocar a redução dos preços dos alimentos, matérias-primas e *commodities*.

Eles beneficiarão os países compradores, ou seja, os países centrais, grandes centros industriais. Desse modo, as recompensas da implementação do progresso técnico gerado nas economias periféricas em termos de aumento da produção e redução de preços permanecem nos países centrais e não nas economias periféricas.

Prebisch considera o Sistema Centro-Periferia funcionar apenas para satisfazer as necessidades e interesses dos centros industriais, onde o progresso técnico se originou e se difundiu rapidamente. Os países periféricos se inserem no sistema de comércio internacional apenas caso possam atender a esses interesses e necessidades, fornecendo matérias-primas ou alimentos e recebendo produtos manufaturados e capital.

Essa inserção da periferia é insuficiente para igualar o nível de renda dela com o dos centros. Ela impõe duas características negativas à estrutura produtiva periférica – *heterogeneidade estrutural* e *especialização* – como consequência da penetração lenta e irregular do progresso técnico.

Consequentemente, três desigualdades surgem entre os centros e as periferias.

A primeira, devido à posição e à função ocupadas no sistema mundial, sendo o centro o provedor e a periferia o absorvedor do progresso técnico.

A segunda, em suas estruturas produtivas, tendo o centro uma estrutura produtiva diversificada e homogênea, enquanto a periferia é especializada e heterogênea.

A terceira, em seus níveis médios de produtividade e renda, sendo alto nos centros e baixo nas periferias (Gurrieri, 2011, p. 21).

Gurrieri caracteriza como “irregular” a forma de disseminação do progresso técnico nas periferias, semelhante à denominação “desigual”. Esta é a expressão originalmente usado por Prebisch e retomado em Rodriguez (2006) e Cimoli e Porcile (2013). Consideraremos desigual como sinônimo de irregular neste texto.

Para uma compreensão formalizada deste quadro teórico, ver Cimoli e Porcile, “*Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas*”, 2013.

Para uma leitura aprofundada e sintética dos principais conceitos do Estruturalismo latino-americano e suas conexões internas, ver “*El Estructuralismo Latinoamericano*” de Octavio Rodríguez, 2006.

A *heterogeneidade estrutural*, entendida como o círculo vicioso criador e reforçador das divergências entre os países centrais e periféricos em estrutura produtiva, estrutura do mercado de trabalho, potencial de crescimento, renda per capita e salários, já estavam presentes em os escritos fundamentais de Prebisch e Furtado. Escreveram a respeito quando as economias agrário-exportadoras foram analisadas.

No entanto, Aníbal Pinto incorpora uma análise das *heterogeneidades internas*, nas regiões dos países, e acompanhando o início do processo de industrialização. Pinto parte da constatação de os frutos do progresso técnico tenderem a se concentrar em apenas poucos setores, tanto em termos de distribuição de renda entre as classes sociais, quanto em termos de distribuição entre setores (estratos) e entre regiões de um mesmo país.

Assim, a *heterogeneidade estrutural* deriva da existência de uma estrutura produtiva heterogênea, na qual alguns setores de alta produtividade (vinculados à exploração de vantagens comparativas naturais) coexistem com muitos setores de baixa produtividade (intensivos em mão de obra pouco qualificada).

Além disso, após analisar os resultados do impacto da industrialização sobre a heterogeneidade estrutural dos países da região, ele reforça seu argumento a respeito da reprodução da antiga heterogeneidade estrutural, prevalecente no período agrário-exportador. O problema central derivaria da dificuldade existente nos centros industriais da periferia de interagir com os setores tradicionais obsoletos.

“O principal não é por serem áreas distintas, mas sim pela irradiação do *locus* exportador para o interior [sertão] ser nula ou mínima. O primeiro (o complexo de exportação) cresce para fora, enquanto o segundo vegeta sem outros estímulos, exceto os endógenos” (Pinto, 1970, p. 1).

O principal problema é, nessa perspectiva, a industrialização não eliminar a heterogeneidade estrutural, mas apenas modificar sua forma. Esse ponto era central: embora houvesse crescimento econômico, o subdesenvolvimento da região persistiria.

Essa questão levou Pinto a indagar sobre novos estilos de desenvolvimento, com maior justiça social e voltados para a redução da heterogeneidade estrutural. Resultados semelhantes, onde a industrialização apenas alterou o problema, mas não resolveu a dependência na região, foram alcançados pelos estudiosos da CEPAL ao desenvolverem a Teoria da Dependência na década de 1960 se início dos anos 1970 (Bielschowsky, 2000).

Estagnação versus Dinamismo: Além da Estagnação

Maria da Conceição Tavares foi a primeira economista a contribuir para o pensamento estruturalista da CEPAL, em 1964, com "*O Crescimento e o Declínio da Substituição de Importações no Brasil*". No artigo, ela argumenta a industrialização não resolver per se o problema da escassez de divisas nos países periféricos, e no Brasil em particular, pois o processo de substituição de importações, embora transformasse a estrutura produtiva de alguns setores mais qualificados, cairia em um estrangulamento do balanço de pagamentos.

Isso ocorreria porque a produção para o mercado interno (interno) implicaria na demanda por bens de capital estrangeiros. Tudo isso acabava sustentando a desigualdade no balanço de pagamentos, algo estrutural no caso dos países da região no período pré-modernização agrícola.

Prebisch, nos documentos fundadores, já tinha expressado essa preocupação. Afirmou essa situação se manteria até quando se concluísse o processo de industrialização por substituição de importações.

No entanto, a formulação de Tavares é precisa ao explicar ter havido uma dinâmica de substituição particular, própria dos países da região, devido à forma como eles reagiram aos sucessivos gargalos do balanço de pagamentos ao longo desse processo. O processo de substituição de importação evoluiria progressivamente dos setores

mais fáceis de instalar, isto é, não muito exigentes em termos de tecnologia, capital e escala, aos setores mais sofisticados e exigentes.

Isso levaria a um processo de crescimento, absorção de mão de obra e consumo. Portanto, implicaria em *alteração na composição das importações, mas não em redução* (Bielschowsky, 2000, p. 29). Vale ressaltar também: esse processo não seria prejudicial ao centro, pois manteria um ciclo dinâmico de demanda externa e preços de equilíbrio mais baixos.

Embora essa contribuição inicial tenha sido relevante, o texto destacado de modo a colocar no centro do debate na CEPAL foi "*Para além da estagnação: uma discussão sobre a natureza do desenvolvimento recente no Brasil*". O texto foi desenvolvido no próprio escritório da CEPAL no Chile, em coautoria com José Serra e foi apresentado em seminário internacional em novembro de 1970 e publicado em dezembro de 1971.

"*Além da Estagnação*" é central porque ajudou a formular argumentos para interpretar os possíveis "estilos" de desenvolvimento nos países da região, eixo analítico da CEPAL nos anos 1970. Também é central porque ataca com firmeza as teses estagnacionistas, espalhadas durante a década de 1960 sobre o esgotamento do modelo substitutivo na região, em particular a tese de Celso Furtado publicada em 1969 sobre "*Desenvolvimento e estagnação na América Latina: uma abordagem estruturalista*".

A tese do "*Além da Estagnação*" analisa e interpreta o processo de crise e recuperação da economia brasileira em meados da década de 1960. Com base nisso, evidencia existirem aspectos particulares do estilo de desenvolvimento econômico brasileiro, dos quais derivam modos específicos de funcionamento de uma economia capitalista onde ocorrem processos de expansão, difusão e incorporação do progresso técnico e, simultaneamente, reconcentração econômica. (Tavares & Serra, 1971, pp. 591-592).

Assim, para Tavares e Serra (1971), no caso brasileiro, em particular, apesar de a economia ter se desenvolvido de forma extremamente desigual, aprofundando um conjunto de diferenças relacionadas ao consumo e à produtividade, foi possível estabelecer um esquema capaz de permitir a geração de fontes internas de estímulo e expansão, conferindo dinamismo ao sistema. Nesse

sentido, pode-se dizer: enquanto o capitalismo brasileiro se desenvolve de forma satisfatória, a Nação, ou seja, a maioria da população, permanece em condições de grande privação econômica, e isso, em grande parte, devido ao dinamismo do sistema, ou mesmo ao tipo de dinamismo capaz de o animar (p. 593).

Portanto, a economia brasileira é um caso particular e possível na América Latina onde ocorre um período de dinamismo econômico, com altas taxas de crescimento econômico e elevados investimentos. Caracterizam o avanço da substituição de importações em setores mais sofisticados, mas com grandes injustiças sociais. Para os autores (Tavares e Serra) foram geradas pela compressão salarial, imposta pelo regime ditatorial militar.

A principal diferença entre Furtado (*estagnação*) e Tavares e Serra (*dinamismo "perverso"*) diz respeito à percepção da crise do início dos anos 1960 no Brasil.

Furtado relaciona a estagnação econômica à perda de dinamismo do processo de industrialização, sustentado pela substituição de importações. Portanto, se preocupa com a evolução e o comportamento da estrutura da demanda, que por sua vez depende da distribuição de renda.

Tavares e Serra consideram a crise acompanhante do esgotamento do processo de substituição representa para alguns países, entre os quais o Brasil está incluído, uma situação de transição para *um novo esquema de desenvolvimento capitalista*. Este poderia apresentar características dinâmicas e ao mesmo tempo reforçar alguns aspectos do "modelo" de crescimento substitutivo, em seus estágios mais avançados, como a exclusão social, a concentração espacial e a paralisação de certos subsetores econômicos em termos de níveis de produtividade (Tavares & Serra, 1971 p. 592).

Além disso, é possível argumentar a análise de Furtado se basear na ideia de haver uma baixa relação produto / capital, devido ao processo substitutivo, desestimulando o investimento e contribuindo para a manutenção da estagnação da economia. No entanto, Tavares e Serra consideram a relação produto / capital ser resultado do processo produtivo e a variável relevante para estimular

o investimento ser a taxa de mais-valia, ou seja, a taxa de exploração.

Por fim, é importante destacar na apresentação do texto “*Além da Estagnação*”, Ricardo Bielschowsky afirmar o artigo ter sido escrito “na sede da CEPAL no Chile sob a influência direta de seu mestre Aníbal Pinto, já influente com sua *tese de heterogeneidade estrutural*, ajudando-os a pavimentar o caminho para a ideia inovadora de ver *além da estagnação*” (Bieschowsky, 2000, p. 49).

Como já delineado, a ideia de *heterogeneidade estrutural*, aperfeiçoada por Pinto, permitiu compreender a coexistência de um processo de industrialização por substituição de importações sem melhorar a heterogeneidade estrutural das economias da região. Pinto em 1976 escreveria um dos textos fundamentais sobre “estilos” de desenvolvimento do pensamento da CEPAL em “Notas sobre estilos de desenvolvimento na América Latina”.

Reflexões Finais sobre a Entrevista

O diálogo com Maria da Conceição Tavares foi uma experiência transformadora e provocadora. Pelo conhecimento compartilhado, por sua visão de longo prazo, porque definiu em poucas palavras o que ainda é o principal obstáculo ao desenvolvimento da região latino-americana: *a péssima distribuição de renda e riqueza*.

Além disso, por perceber ainda serem necessárias as reformas estruturais historicamente sugeridas pela CEPAL: *reformas agrárias, imobiliárias, financeiras, tributárias, educacionais e tecnológicas*, bem como aquelas redutoras da heterogeneidade estrutural dos países da região.

Embora o exposto sugira certa semelhança temática com o problema do subdesenvolvimento latino-americano, ao longo das décadas, a percepção das *questões de gênero* parece ter tido uma evolução mais notável. Isso mostra uma *mudança geracional* expressa na entrevista.

Uma das principais contradições surgidas durante a entrevista foi ao ser questionada sobre a questão de gênero. Maria da Conceição respondeu nunca ter se sentido menosprezada por ser “agressiva”,

expressão utilizada várias vezes ao longo da entrevista. Por conta disso [e mais sua inteligência, seu vasto conhecimento e seu posicionamento à esquerda], todos os homens respeitaram ela.

A percepção da Maria da Conceição sobre si mesma e dos economistas seus contemporâneos parecia ter uma conotação negativa de gênero. Falando de forma sutil, lembremos a expressão: “para ser ouvida uma mulher tem que ser agressiva”.

Outra resposta, quando argumenta sua proximidade com Aníbal Pinto a manter protegida, da qual se pode inferir, com um homem de referência no âmbito profissional, é mais difícil ser atacada.

Em relação ao uso do adjetivo “agressivo” quero deixar clara a delimitação dada ao conceito, para evitar qualquer interpretação errônea. O dicionário Houaiss de sinônimos e antônimos dá três significados para agressivo: “combativo”, “provocador” e “violento”.

É claro Maria da Conceição se autodenominar agressiva no sentido de “combativa” e “provocativa” ao apresentar e defender suas ideias em favor de tornar o Brasil um país mais desenvolvido e justo. Ressalta-se: *em nenhum momento ela se referiu a agressividade como violência.*

Assim, é possível afirmar a resposta de Tavares expõe claramente uma questão de gênero e seu papel ou sua busca por uma forma de se relacionar em um ambiente historicamente masculino.

Um aspecto geracional da questão de gênero também emerge da entrevista. Ela não o vê como uma *questão de gênero*, mas como uma “condição” para qualquer mulher de seu tempo.

A falta de percepção de Tavares quanto ao tratamento recebido por ser mulher também fica evidente em um trecho da entrevista, não apresentado neste artigo, quando ela é questionada sobre por que nunca ocupou cargo relevante no Executivo: Ministério das Finanças, Ministério do Planejamento, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Banco Central, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Embora ela expresse nunca sentir diferença no tratamento, é surpreendente muitos homens de sua

grandeza intelectual, incluindo muitos seus ex-alunos, terem alcançado essas posições.

Por fim, é importante destacar o valor do uso desse tipo de fonte – depoimento pessoal – na Ciência Econômica. Os registros da história oral resgatam algumas nuances espontâneas muito difíceis de captar em outro tipo de registro escrito, no qual há mais tempo para refletir, mas também para construir respostas mais padronizadas ou aderentes a uma abordagem mais lógica.

Referências

1. Bielschowsky, R. (comp). (2000). *Cinquenta anos de pensamento da CEPAL*. Editora Record.
2. Bielschowsky, R. (2011). Homenagem à professora de todos nós!. In *Desenvolvimento e igualdade/Maria da Conceição Tavares*. Organizadores: Vanessa Petrelli Corrêa, Monica Simioni. – ed. esp – (pp. 23-29). IPEA.
3. Cimoli, M., & Porcile, G. (2013). Tecnología, heterogeneidad y crecimiento: una caja de herramientas estructuralistas. Serie Desarrollo Productivo 194. CEPAL.
4. Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL] (1963). Etapa actual del desarrollo económico y social de América Latina. In *El desarrollo económico de América Latina en lo posguerra*. CEPAL.
5. Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL] (1990). Transformación productiva con equidad: la tarea prioritaria de I desarrollo de América Latina y el Caribe en los años noventa. CEPAL.
6. Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL] (2010). A hora da igualdade: brechas por fechar, caminhos por abrir. (LC/G.2432(SES.33/3). CEPAL.
7. Comisión Económica para América Latina y el Caribe [CEPAL] (2018). La ineficiencia de la desigualdad. (LC/SES.37/3-P). CEPAL.

8. Curado, M. L., & Fernández, V. L. (2019). Igualdade, justiça e crescimento no Brasil. In *O futuro do crescimento com igualdade no Brasil: ensaios vencedores do concurso em comemoração aos 70 anos da CEPAL*(LC/TS.2019/13; LC/BRS/TS.2019/2, pp. 13-20). CEPAL.
9. Gurrieri, A. (2011). *Raúl Prebisch. O Manifesto Latino-Americano e outros ensaios*. Centro Internacional Celso Furtado.
10. Furtado, C. (1961). *Desenvolvimento e subdesenvolvimento*. Fundo de Cultura.
11. Furtado, C. (1968). *Brasil: tempos modernos*. Paz e Terra.
12. Furtado, C. (1969). Desarrollo y estancamiento en América Latina: un enfoque estructuralista. In *Investigación Económica* (vol. 29, núm. 113, enero-marzo). Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM). Pinto, A. (1970). Natureza e implicações da heterogeneidade estrutural da América Latina. In R. Bielschowsky (org.), *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (vol. II, Record, 2000, p. 567-588). Cofecon-Cepal.
13. Possas, M. S. (2001). Maria da Conceição Tavares. *Estudos Avançados*, 15(43), 389-400.
14. Prebisch, R. (1949). *ECLAC Thinking. Selected Texts 1948-1998*. In Bielschowsky (comp). *ECLAC*, United Nations, december 2016, pp. 45-84.
15. Prebisch, R.(1963). *Hacia una dinámica del desarrollo latino-americano*. CEPAL.
16. Rodriguez, O. (2006). *El estructuralismo latinoamericano*. Siglo XXI Editores, CEPAL, Naciones Unidas.
17. Singer, H. W. (1950). The distribution of gains between investing and borrowing countries. *The American Economic Review*, 40(2), 473-485.
18. Tavares, M. C. (1964). Auge e declínio do processo de substituição de importações no Brasil. In R. Bielschowsky (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (vol. I, Record, 2000, pp. 219-237). Cofecon-Cepal.

19. Tavares, M. C., & Serra, J. (1971). Além da estagnação: uma discussão sobre o estilo de desenvolvimento recente do Brasil. In R. Bielschowsky (org.). *Cinquenta anos de pensamento na CEPAL* (vol. II, Record, 2000, p. 589-608). Cofecon-Cepal.

Apêndice: Por Qual Razão Há Tão Poucas Economistas?

Tim Harford, colunista do Financial Times, publicou artigo com o título acima. Dado o debate sobre *questão de gênero*, compartilho-o abaixo, em especial, para reflexão de minhas colegas, alunas e amigas.

“Quando Elinor Ostrom se tornou a primeira mulher a receber o Prêmio Nobel de Economia, em 2009, ela brincou: “Não serei a última”. Desde então, ela provou estar certa, mas ainda assim era espantosamente tarde para se chegar a tal marco.

Somado a esse constrangimento está o fato de Ostrom, morta em 2012, recebeu o Prêmio apesar de estar de *fora da corrente principal das Ciência Econômica*. Isso significa a Economia ter um problema com as mulheres? E as mulheres têm um problema com Economia?

No início do verão, a *Royal Economic Society* publicou um relatório onde analisa o desequilíbrio de gênero na área da economia no Reino Unido. O quadro não é encorajador. O trabalho acadêmico sobre Economia continua a ser uma atividade predominantemente masculina, e quanto mais alto o cargo, mais ele é dominado por homens.

As mulheres são 32% dos estudantes universitários de Economia (eram 27% em 1996) e 26% por cento dos economistas trabalhadores na área acadêmica, ante 18% em 1996. Ao longo de um quarto de século, o ritmo desse avanço não é inspirador. Também é uma má notícia para a Economia.

A economista Diane Coyle, professora de Políticas Públicas em Cambridge, coloca a questão de forma sucinta: “Não é possível produzir Ciências Sociais de qualidade se você é tão pouco representativo da sociedade”. [?!]

O problema parece muito mais forte para a área acadêmica da Economia em vez de ser para a economia [atividade] em geral. Metade de todos os alunos de pós-graduação em Economia do Reino

Unido são mulheres. Essas mulheres parecem ir para trabalhar no setor privado (bancos, consultorias e tecnologia da informação são todas áreas atraentes) – ou vão para *think-tanks*, o Banco da Inglaterra ou o Serviço Econômico do governo, instituições empregadoras de uma proporção maior de economistas mulheres em relação ao feito pelas universidades.

Em nível internacional, as mulheres comandam ou comandaram até recentemente o Tesouro dos EUA, o Conselho de Governadores do Federal Reserve e o Fundo Monetário Internacional (FMI). Os principais economistas tanto do FMI como do Banco Mundial são mulheres.

Portanto, parece realmente extraordinário a área acadêmica da economia ser tão inacessível ou tão pouco atraente para as mulheres. Parte do problema é a precariedade dos empregos acadêmicos de começo de carreira em todos os campos e as exigências de publicação de trabalhos em um ritmo frenético justamente quando muitas mulheres pensam em tirar licença-maternidade.

Não deveria ser impossível repensar os empregos na área acadêmica para torná-los atraentes e disponíveis para pessoas com outras demandas sobre seu tempo. Até agora, isso não parece ter acontecido.

Mas a falta de um plano de carreira de modo a levar em conta necessidades familiares não é o único problema. Quatro anos atrás, Alice Wu, uma estudante de graduação da Universidade da Califórnia em Berkeley, publicou um estudo sistemático da linguagem usada para se referir a acadêmicas no fórum da internet EconJobRumors (vou poupar os leitores de detalhes, que muitas vezes são explicitamente sexuais, altamente ofensivos ou ambos).

A pesquisa de Wu desencadeou uma espécie de tomada de consciência da *American Economic Association*. Desde então tem dado muito mais atenção a medir a discriminação contra as mulheres dentro da profissão. Resta saber se isso terá algum resultado produtivo, mas sempre é melhor reconhecer esses problemas em vez de ignorá-los.

A jornalista de economia Stacey Vanek Smith, autora do livro "*Machiavelli for Women*", argumenta a transparência ajudar a trazer

mudanças. No Reino Unido agora é obrigatório qualquer organização com pelo menos 250 funcionários informar qualquer diferença entre os salários médios de homens e mulheres.

Essa regra diminui a disparidade salarial entre homens e mulheres: é constrangedor tentar justificar uma nítida desigualdade salarial. Patrões não gostam de se sentir constrangidos.

Também é cada vez mais embaraçoso ter tão poucas economistas mulheres em altos cargos no mundo acadêmico, especialmente quando as mulheres são tão visíveis em altos cargos na área política. Portanto, há esperanças.

E um passo adiante simples é fazer um trabalho melhor de promover o curso de Economia entre quem busca entrar na universidade e um trabalho melhor de ensinar Economia para quem o frequenta.

“Se você perguntar [aos jovens] o que é um economista, eles dirão ser um homem chato de terno”, diz Sarah Smith, professora de Economia da Universidade de Bristol. “Se você perguntar a eles do que trata a Economia, eles dirão: é de dinheiro, bancos e finanças”.

Tanto Smith como Diane Coyle acreditam essa identificação da Economia com dinheiro e finanças é algo mais atraente para os rapazes de 17 anos em lugar das moças de 17 anos. [*Por que?!*] Não posso provar essa percepção equivocada contribuir para o desequilíbrio de gênero, mas ela certamente desvaloriza a economia.

O Core, uma influente plataforma aberta de cursos, tem uma abordagem diferente. Ele começa com grandes questões econômicas de desigualdade, pobreza e desenvolvimento sustentável – temas considerados por estudantes em todo o mundo como as maiores prioridades. [*Desigualdade e pobreza não são contrapartes de riqueza e dinheiro?!*]

O Core, então, usa ferramentas padrão da Economia para examinar essas questões. Isso faz mais justiça ao conteúdo de toda a Economia. Se também aumentar a atração pelo assunto, será um bônus.

A carreira de Elinor Ostrom deve ser um exemplo. Ela foi excluída da área convencional da Economia porque, como uma menina nos anos 1940, foi afastada da Matemática. Ela se tornou uma cientista política e produziu uma compreensão mais abrangente das questões possíveis de ser abordadas pela Economia, das ferramentas a ser usadas e das pessoas necessárias de estar presentes quando as decisões fossem tomadas.

Ostrom foi uma mulher capaz de aprofundar a Economia ao torná-la mais ampla. Ela não será a última.”

Mulheres em Profissões Tecnológicas

Enquanto as mulheres representam quase metade (45%) do total de trabalhadores formais no Brasil, no mercado de STEM (Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática, na sigla em inglês), elas não chegam a um terço (26%). Isso é revelado por um levantamento financiado pelo International Development Research Centre (IDRC), com coordenação de Cecília Machado, da Escola Brasileira de Economia e Finanças (FGV EPGE), co-coordenação de Laísa Rachter, do Instituto Brasileiro de Economia (FGV Ibre), e participação dos pesquisadores Mariana Stussi (UFRJ) e Fabio Schenider (FGV EPGE). Anais Fernandes (Valor, 10/09/2021) publicou reportagem a respeito.

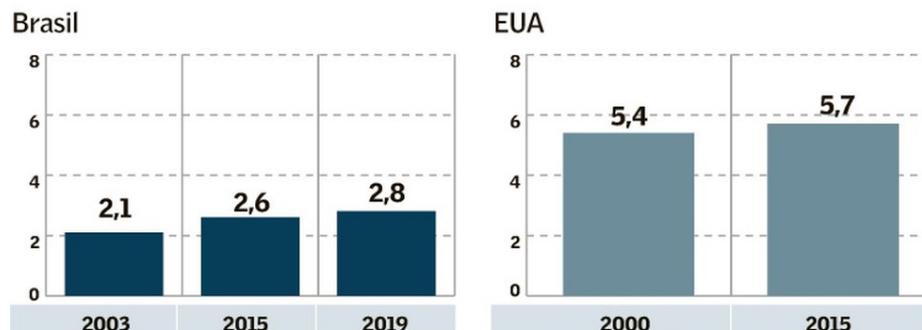
A sub-representação feminina no universo STEM não é exclusividade do Brasil. Nos Estados Unidos, por exemplo, as mulheres são 47% do total de trabalhadores, mas apenas 24% nos empregos STEM. Os números brasileiros impressionam, no entanto, porque os postos STEM no país já estão muito aquém do padrão mundial e avançaram pouco nas duas últimas décadas.

Em 2003, trabalhadores STEM representavam 2,1% dos empregados formais no Brasil. Esse número passou para 2,6% em 2015, mas, em 2019 (último dado disponível da RAIS), ainda se encontrava em 2,8%, somando cerca de 1,2 milhão de pessoas. Como comparação, nos EUA, em 2015, eles já eram 5,7% dos trabalhadores, um contingente de 8,6 milhões de empregados.

Mulheres em "STEM"

Presença feminina em ciência, tecnologia, engenharia e matemática

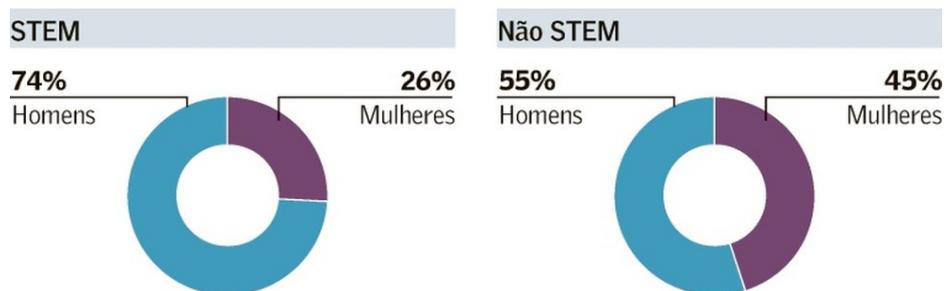
Trabalhadores STEM no Brasil e nos Estados Unidos, em % do total de trabalhadores



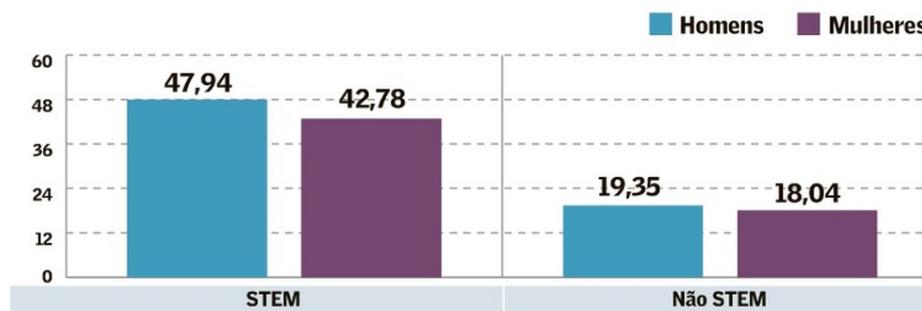
Evolução da participação relativa das mulheres brasileiras no mercado de trabalho formal, em %



Proporção de gênero em empregos STEM e não STEM no Brasil (2019), em %



Salário-hora médio por gênero e tipo de trabalho (2019), em R\$



Fonte: elaboração dos autores a partir dos dados da RAIS e U.S. Department of Commerce

Muito se fala, atualmente, em Ciência, Pesquisa e Tecnologia como áreas do futuro, mas pouco se investe nisso no Brasil. É baixa a quantidade de trabalhadores, e, principalmente, de mulheres ingressando nessas áreas.

Os pesquisadores observaram a área de STEM no Brasil ser majoritariamente formada por homens, brancos e pessoas com alto nível de escolaridade.

A taxa de participação absoluta dos homens no mercado STEM evoluiu mais rapidamente ao longo dos anos se comparada à das mulheres. Esse mesmo aumento da diferença na participação não é verificado no restante do mercado formal, no qual, pelo contrário, houve um aumento da participação relativa das mulheres.

No mercado formal, em 2003, o contingente de mulheres era 66% do dos homens. Este número passou para quase 81% em 2019. Nas áreas STEM, porém, essa proporção sempre ficou em torno de três homens para cada uma mulher no setor.

São duas barreiras, uma começa cedo e outras vão surgindo ao longo da carreira. Poucas meninas ingressam no campo científico e tecnológico por causa de normas sociais que afetam o interesse e confiança delas nessas disciplinas.

Para a formação e carreira profissional em STEM, é baixa a perspectiva de projeção, porque quando elas olham, não veem muitas mulheres trabalhando nessas ocupações e como modelos de referência.

Esses são “problemas de entrada”. Depois de a jovem superar essas barreiras e formar-se em áreas STEM, passa a enfrentar outras. Tem a questão já conhecida da jornada dupla da mulher.

Mas ocorre também grande parte das culturas organizacionais de promoção ser baseada em critérios de avaliação masculinos, porque os chefes são homens. Isso se soma a vários estereótipos de gênero a dificultarem a trajetória e reconhecimento dessas profissionais.

Entre os homens atuantes no mercado STEM, cerca de 80% trabalham nas áreas de Tecnologia de Computação ou Matemática,

Arquitetura ou Engenharia. Já entre as mulheres, esse percentual é de 63%.

Por sua vez, enquanto apenas 12% dos homens estão ocupados nas áreas de Educação ou Pesquisa e Física ou Ciências da vida, esse percentual é de cerca de 30% entre as mulheres.

Além da pesquisa quantitativa, a equipe também realizou entrevistas com trabalhadoras do mercado STEM e percebeu que muitas delas acabam se desviando de suas áreas de formação ao longo da carreira. Mulheres atuantes em ramos tipicamente masculinos, como engenharia de automóveis, entram para trabalhar com inovação, pensar em motor, performance, mas, para desenvolver sua carreira, acabam indo para áreas de publicidade, gestão, o máximo alcançado, mantendo-se em inovação, é trabalhar com design de carros.

Trabalhadores STEM ganham, em média, salários muito mais altos em comparação aos demais trabalhadores formais: R\$ 45 por hora trabalhada, contra R\$ 19/hora. Em uma primeira leitura, a média de diferença salarial entre homens e mulheres, com vantagem para eles, parece menor nas ocupações STEM (7%) se comparado ao mercado não STEM (11%).

A simples comparação dos rendimentos médios entre gêneros, porém, pode ocultar outros fatores que afetam os salários, como diferenças de idade, nível de escolaridade, setor da atividade econômica, Estado. Descontados esses efeitos, os pesquisadores observaram a diferença salarial ajustada para homens e mulheres em ocupações STEM subir para 16%.

Negros também estão sub-representados em ocupações STEM, respondendo por apenas 30% dos trabalhadores. No mercado de trabalho formal, eles são 45%. Isso ainda é menor face a sua representação na população brasileira (54%), segundo o IBGE.

A desigualdade de gênero e raça acaba gerando uma distribuição de talentos ineficiente. Poderíamos ser mais produtivos, mas o país está desperdiçando esses talentos.

Atacar esse problema envolve, primeiro, um foco em educação e orientação vocacional, para trabalhar normas sociais e culturais que

estão travando o ingresso de mulheres e negros no mercado STEM. Existem iniciativas surgindo no Brasil sobre mulheres na Ciência, em Programação, mas isso tem alcançado mais o Ensino Superior, precisa começar um pouco antes.

Para quem já está no ensino superior em STEM, mecanismos que ajudem na transição para o mercado de trabalho adequado são importantes. Existem ONGs tentando fazer isso, mas ainda são iniciativas pontuais. Já dentro das organizações é fundamental as empresas quebrarem visões de reprodução de normas e critérios de avaliação exclusivamente masculinos.

Referências Bibliográficas

ANDRADE, Rogério Pereira de & SILVA, Renata Carvalho. *Uma Mestra na Periferia do Capitalismo: A Economia Política de Maria da Conceição Tavares*. Campinas: Texto para Discussão do IE-UNICAMP n. 172, dezembro de 2009.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. *Maria da Conceição Tavares*. Revista de Economia Contemporânea. IE-UFRJ. Rio de Janeiro, 14(1): 193-200, jan./abr. 2010.

CARNEIRO, Ricardo, BALTAR, Paulo & SARTI, Fernando (org.). *Navegando a contravento: Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do governo Dilma Rousseff* (Ricardo Carneiro). *Impactos da economia chinesa sobre a brasileira no início do século XXI: o que querem que sejamos e o que queremos ser* (Bruno De Conti e Nicholas Blikstad). *O setor externo no governo Dilma e seu papel na crise* (André Biancarelli, Renato Rosa e Rodrigo Vergnhanini). *Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais* (Fernando Sarti e Celio Hiratuka). *Emprego e distribuição da renda* (Paulo Eduardo de A. Baltar, Jacqueline A. Souen e Guilherme C. de Souza Campos). *Notas sobre a política econômica externa do governo Dilma Rousseff e o contexto global* (Pedro Paulo Zahluth Bastos e Celio Hiratuka). in *Para além da política econômica*. São Paulo: Editora Unesp Digital, 2018.

Cartas IEDI n. 590 de 20/09/2013 "O Dinamismo Exportador do Brasil e a Ameaça das Exportações Chinesas no Após Crise", n. 716 de 26/01/2016 "Complexidade das Exportações Brasileiras: De Mal A Pior" e n. 769 de 20/01/2017 "Exportação de Manufaturados: Concorrência China X Brasil".

COSTA, Fernando Nogueira da. *Medição da Riqueza Pessoal*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP 221; junho 2013.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Instituições e Valores das Castas no Brasil*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP 294; maio 2017^a.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Brasil como Sistema Complexo: Interações de Castas*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP 299; maio 2017^b.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Economia Brasileira como Sistema Complexo: Dimensões da Economia Política da Complexidade*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP 323; dezembro 2017.

COSTA, Fernando Nogueira da. *Complexidade do Sistema Bancário Brasileiro: Interações de Pessoas Jurídicas e Físicas, Bancos Privados e Públicos*. Campinas; Texto para Discussão do IE-UNICAMP 294; março 2018.

COSTA, Fernando Nogueira da. Variedades de Capitalismo e Bancos Públicos. in SADER, Emir (org.). *Se é Público, é Para Todos*. Rio de Janeiro: LPP UERJ, 2018.

Estudos IEDI. *A indústria de Transformação por Intensidade Tecnológica: Em Busca da Exportação Perdida* (outubro 2015). *Mergulho do Emprego Industrial: Análise por Intensidade Tecnológica* (junho 2016). *Lucratividade e Endividamento das Empresas não-financeiras: Ajuste Incompleto* (agosto 2017). *O Impacto da Crise nas Empresas Não-financeiras Brasileiras* (junho 2018).

FIORI, José Luís. *A Síndrome de Babel e a Nova Doutrina dos Estados Unidos*. Rio de Janeiro: IE-UFRJ; Parte I: janeiro de 2018; Parte II: fevereiro de 2018.

POSSAS, Maria Sílvia. *Maria da Conceição Tavares*. Estudos Avançados 15 (43), 2001: 389-400.

PRADO, Luiz Carlos Delorme (org.). *Desenvolvimento Econômico e Crise: Ensaio em Comemoração aos 80 Anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto-Centro Internacional Celso Furtado; 2012.

ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna. *O Desenvolvimento Capitalista na Obra de Maria da Conceição Tavares: Influências Teóricas, Economia Política e Pensamento Econômico*. Campinas: Dissertação de Mestrado apresentada no IE-UNICAMP; defendida em 29/02/2016.

TAVARES, Maria da Conceição (1963) *Auge e declínio do processo de Substituição de Importações no Brasil*. In: Tavares, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição (1967). *Notas sobre o problema do financiamento numa economia em desenvolvimento – o caso do Brasil*. In: Tavares, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição (1971). *Natureza e contradições do desenvolvimento financeiro recente*. In: Tavares, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição & SERRA, José. *Além da Estagnação* (1971) In: Tavares, 1973.

TAVARES, Maria da Conceição. *Da substituição de Importações ao Capitalismo financeiro: ensaios sobre economia brasileira*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 2ª Ed., 1973.

TAVARES, Maria da Conceição (1974). *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas: Editora da Unicamp, 1998a.

TAVARES, Maria da Conceição (1978). *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas: IE-UNICAMP, 1998b.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. (1978) *Notas sobre o processo de industrialização recente no Brasil*. In: In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello e Coutinho, Renata. [orgs.] (1998). *Desenvolvimento Capitalista no Brasil*. vol. I. Campinas: Editora da Unicamp: Instituto de Economia.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. (1980) O Capital Financeiro e a Empresa Multinacional. *Temas de Ciências Humanas*. Vol. 9.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello. Ainda a controvérsia sobre a demanda efetiva: uma pequena intervenção. *Revista de Economia Política*. Vol. 1, No. 3, julho-setembro 1981.

TAVARES, Maria da Conceição (1981). *Problemas de industrialización avanzada en capitalismo tardios y periféricos*. Rio de Janeiro: Texto para Discussão/UFRJ (1981).

TAVARES, Maria da Conceição & SOUZA, Paulo Renato. Empregos e salários na indústria. *Revista de Economia Política* 1 (1981).

TAVARES, Maria da Conceição et al. A questão da poupança: desfazendo confusões. *A economia política da crise*. Petrópolis, Editora Vozes (1982).

TAVARES, Maria da Conceição (1983a) O Movimento Geral do Capital: Um Contraponto à Visão da Autorregulação da Produção Capitalista. In: KONDER, L., CERQUEIRA FILHO, G. & FIGUEIREDO, E. L. (1983) (orgs.) *Por Que Marx?* Rio de Janeiro, Graal, pp. 233-256.

TAVARES, Maria da Conceição. (1983) Apresentação. In: Hobson, John Atkinson. *A Evolução do capitalismo moderno: um estudo da produção mecanizada*. São Paulo: Nova Cultural, 1983. (Coleção Os Economistas)

TAVARES, Maria da Conceição & Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. TAVARES, M. C. & BELLUZZO, L. G. ([1984] 1986) *Uma Reflexão Sobre a Natureza da Inflação Contemporânea*. Revista do Instituto de Economia Industrial - UFRJ, dezembro de 1984. Republicado em: REGO, J. M. (1986) (org.) *Inflação Inercial, Teorias sobre Inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, cap. 2.

TAVARES, Maria da Conceição & CARDOSO DE MELLO, João Manuel. The Capitalist Export Economy in Brazil (1884-1930). In Conde, R. C. & Hunt, S. J. [orgs.] *The Latin American economies: growth and Export Sector 1880-1930*. New York, Holmes & Meier, 1985

TAVARES, Maria da Conceição & ASSIS, José Carlos. *O grande salto para o caos: a economia política e a política econômica do regime autoritário*. Rio de Janeiro: J. Zahar Editor, 1985.

TAVARES, Maria da Conceição (1991) Economia e Felicidade. *Novos Estudos CEBRAP*. No. 30, julho.

TAVARES, Maria da Conceição (1992) Ajuste e Reestruturação nos Países Centrais: A Modernização Conservadora. *Economia e Sociedade*, No. 1, agosto. Republicado em: TAVARES, M. C. & FIORI, J. L. (1993) (Des)ajuste Global e Modernização Conservadora. Rio de Janeiro, Paz e Terra, cap. 1.

TAVARES, Maria da Conceição (1996) Entrevista. In: BIDERMAN, C., COZAC, L. F. L., REGO, J. M. (1996) (orgs.) *Conversas com Economistas Brasileiros*. São Paulo, Editora 34.

TAVARES, Maria da Conceição. (1985) A retomada da hegemonia norte-americana. In: Tavares, Maria da Conceição e Fiori, José Luís. *Poder e dinheiro: uma economia política da globalização*. Petrópolis: Vozes (1997)

TAVARES, Maria da Conceição & MELIN, Luiz Eduardo (1985). Pós-escrito 1997: A reafirmação da retomada da hegemonia norte-americana. in Tavares, M. C. e J. L. Fiori, (Org.). *Poder e dinheiro - uma economia política da globalização*. Petrópolis/RJ: Vozes: 27-54.

TAVARES, Maria da Conceição. (1998). Poder, dinheiro e vida intelectual. Haddad, F. (Org.) *Desorganizando o consenso*. Petrópolis/RJ: Vozes: 149-164.

TAVARES, Maria da Conceição. (1999). Império, território e dinheiro. Fiori, J. L. (Org.) *Estado e moedas no desenvolvimento das nações*. Petrópolis/RJ: Vozes: 449-489.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, L. G. (2004). A Mundialização do Capital e a Expansão do Poder Americano. In: FIORI, J. L. (2004) (org.) *O Poder Americano*. Petrópolis, Vozes.

TAVARES, Maria da Conceição & BELLUZZO, Luiz Gonzaga de Mello (1980) Capital financeiro e empresa multinacional, In: Belluzzo, Luiz Gonzaga de Mello. *Os antecedentes da tormenta: origens da crise global*. São Paulo: Unesp, 2009.

TAVARES, Maria da Conceição (2000) Subdesenvolvimento, Dominação e Luta de Classes. In: TAVARES, M. C. (2000) (org.) *Celso Furtado e o Brasil*. São Paulo, Fundação Perseu Abramo.

TORRES Filho, Ernani Teixeira. *O Crédito Corporativo de Longo Prazo em uma encruzilhada: onde estamos e para onde podemos ir?* São Paulo: Estudo IEDI; junho/2017

Obras do Autor com *links* para *download*

Fernando Nogueira da Costa – *Transdisciplinaridade* out 2021

Fernando Nogueira da Costa - Tradução de Extratos de Karen Petrou - *Motor da Desigualdade*. 2021

Fernando Nogueira da Costa – *Post-Keynesianism and Horizontalism*. Reedição bilíngue do original publicado em 2001.

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo e Democracia segundo Schumpeter*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Evolução Sistêmica Financeira*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de *Futuro do Emprego*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Ortodoxia X Heterodoxia na Economia*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Formação e Mercado de Trabalho de Economistas*. setembro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Economia de Mercado de Capitais à Brasileira*. agosto 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política e Planejamento Econômico*. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. Política Econômica e Planejamento Volume I. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Política Econômica e Planejamento* Volume II. julho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Socialismo*. junho 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Conduzir para não ser Conduzido – Crítica à Ideia de Financeirização*. maio 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Estudo do Plano Biden*. Blog Cidadania & Cultura. abril 2021

Thomas Piketty e outros. Tradução de extratos de: *Clivagens Políticas e Desigualdades Sociais*. abril 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Castas e Párias*. Blog Cidadania & Cultura. março de 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Finanças Comportamentais para Trabalhadores*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. Blog Cidadania & Cultura; março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Por Uma Teoria Alternativa da Moeda*. Tese de Livre Docência, defendida 1994 e reeditada em março de 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução Comentada do livro de Richard Hildreth. *História dos Bancos*. março 2021.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução de Resumo do livro de John Zysman. *Governos Mercados e Crescimento – Sistemas Financeiros e Política Industrial*. fevereiro 2021.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos e Banquetas: Evolução do Sistema Bancário com Inovações Tecnológicas e Financeiras*. janeiro 2021

Fernando Nogueira da Costa. *Aprendizagem e Ensino de Economia*. dezembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. Tradução e Resumo da História de Wall Street. novembro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. Breve História Comparativa de Bancos de Negócios. Blog Cidadania e Cultura, novembro 2020.

Fernando Nogueira da Costa. Metodologias em Economia: Apostila com Extratos de Traduções. outubro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *O Trabalho: Capital Acumulado*. julho de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Grande Depressão Deflacionária*. junho 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Vamos Salvar o Brasil*. junho de 2020

RAY DALIO e outros. Tradução: *Populismo – Falar em Nome do Povo*. Junho 2020.

RAY DALIO. Tradução: *Crise da Grande Dívida*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Mercados e Planejadores Imperfeitos*. Blog Cidadania e Cultura; maio de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Estatais sob Estado Mínimo*. Blog Cidadania e Cultura; abril de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Pensamento Sistêmico sobre Complexidade*. Campinas Blog Cultura e Cidadania; abril de 2020

Fernando Nogueira da Costa. *Capital e Dívida: Dinâmica do Sistema Capitalista*. março de 2020

Fernando Nogueira da Costa (org.). *Economia em Documentários: Coletânea de Textos para Discussão em Seminários*; março de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia em 10 Lições – 2a. Edição* fevereiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Economia Monetária e Financeira 2a. Edição* Revista janeiro de 2020.

Fernando Nogueira da Costa. *Ciclo: Intervalo entre Crises*. 2019

A Professora (Maria da Conceição Tavares) e seu Livro. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Estado da Arte da Economia*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *A Vida está Difícil. Lide com Isso*. 2019

Fernando Nogueira da Costa. *Cartilha de Finanças Pessoais*. 2019.

Fernando Nogueira da Costa. *Crônicas Econômicas: debater, bater rebater e combater*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Pensar o Brasil no século XXI*. 2018

Fernando Nogueira da Costa. *Intérpretes do Brasil*. 2018

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Sociologia e Comportamentos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Política*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História Geral*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História dos Povos*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – História do Brasil*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Finanças*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia Mundial*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Economia*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Ciência e Filosofia da Mente*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Biografia e Futebol*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte de Comunicar*

Fernando Nogueira da Costa – *Leituras de Cabeceira – Arte do Roteiro*

Fernando Nogueira da Costa – *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar*

Fernando Nogueira da Costa – *Métodos de Análise Econômica*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino de Economia na Escola de Campinas – Memórias*

Fernando Nogueira da Costa. *Bancos Públicos no Brasil. São Paulo: Editora FPA - Coleção FENAE; 2016.*

Fernando Nogueira da Costa – *Ensino e Pesquisa em Economia*

Costa, F.N. (coord.), Costa, C.A.N., Oliveira, G.C. – *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil – 10.09.2010*

Fernando Nogueira da Costa – *Banco do Brasil 200 Anos 1964-2008*

Sobre o Autor

Fernando Nogueira da Costa é Professor Titular do IE-UNICAMP, onde é professor desde 1985.

Participou da direção estratégica de empresa pública como Vice-presidente de Finanças e Mercado de Capitais da Caixa Econômica Federal, entre fevereiro de 2003 e junho de 2007. No mesmo período, representou a Caixa como Diretor-executivo da FEBRABAN - Federação Brasileira de Bancos.

Publicou os livros *Ensaio de Economia Monetária*, em 1992, *Economia Monetária e Financeira: Uma Abordagem Pluralista*, em 1999, finalista do Prêmio Jabuti, *Economia em 10 Lições*, em 2000 – esses dois com segunda edição digital –, *Brasil dos Bancos*, em 2012 pela EDUSP (Primeiro Lugar no XVIII Prêmio Brasil de Economia do COFECON - Conselho Federal de Economia em 2012 e finalista do Prêmio Jabuti 2013 na área de Economia, Administração e Negócios), *Bancos Públicos do Brasil* (FPA-FENAE, 2016), *200 Anos do Banco do Brasil: 1964-2008* (2008, edição eletrônica), *Métodos de Análise Econômica* (Editora Contexto: 2018); *Ensino de Economia na Escola de Campinas: Memórias* (IE-UNICAMP: 2018); *Complexidade Brasileira: Abordagem Multidisciplinar* (IE-UNICAMP; 2018), próximo de sessenta livros digitais, muitos capítulos de livros e artigos em revistas especializadas. Coordenou e escreveu capítulos do livro sobre *Mercado de Cartões de Pagamento no Brasil* (ABECS).

Palestrante com inúmeras palestras em Universidades, Sindicatos, Associações Patronais, Bancos, etc. Coordenador da área de Economia na FAPESP de 1996 a 2002.

Publicou artigos em jornais de circulação nacional. Atualmente, posta em conhecidos sites como GGN, Brasil Debate e CartaMaior.

Seu blog (<http://fernandonogueiracosta.wordpress.com/>), desde 22/01/2010, recebeu mais de 9,3 milhões visitas.